



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ORLANDO ALMEIDA DOS SANTOS**



***DOS CANTOS AOS CAMELÓDROMOS:***  
*Comércio de rua e territorialidade negra no Centro Antigo de Salvador*

**SALVADOR  
2015**

**ORLANDO ALMEIDA DOS SANTOS**

**DOS CANTOS AOS CAMELÓDROMOS:**

Comércio de rua e territorialidade negra no Centro Antigo de  
Salvador

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gabriela Hita

Coorientador: Prof. Dr. Livio Sansone

**SALVADOR**

**2015**

---

S237 Santos, Orlando Almeida dos  
Dos cantos aos camelódromos: comércio de rua e territorialidade  
negra no centro antigo de Salvador / Orlando Almeida dos Santos. – 2015.  
170 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gabriela Hita.

Coorientador: Prof. Dr. Lívio Sansone.

de Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade  
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

1. Comércio - Salvador (Ba). 2. Negros. 3. Territorialidade humana.  
4. Mercado de Trabalho – Bahia. I. Hita, Maria Gabriela. II. Sansone, Lívio.  
III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. IV. Título.

CDD: 380.198142

---

ORLANDO ALMEIDA DOS SANTOS

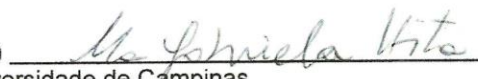
**DOS CANTOS AOS CAMELÓDROMOS:**  
Comércio de rua e territorialidade negra no Centro Antigo de  
Salvador

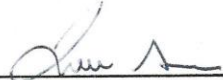
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia,  
como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.


Aprovada em 16 de Abril de 2015.

Área de concentração: Sociologia


BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Gabriela Hita (UFBA)   
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas

Prof. Dr. Livio Sansone (UFBA)   
Doutor em Antropologia pela UvA-Amsterdam

Prof. Dr. Jacques Depelchin (UEFS)   
Doutor em História pela Stanford University

Profa. Dra. Selma Alves Pantoja (UnB)   
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Flávio Gonçalves dos Santos (UESC)   
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense

---

*Para duas grandes mulheres,  
Minha Avó (ausente) e Minha Mãe,  
pelos ensinamentos com os quais tenho  
sobrevivido.*

*À Bahia,  
Por proporcionar um reencontro com a  
ancestralidade.*

## AGRADECIMENTOS

A elaboração desta tese só foi possível graças à colaboração direta e indireta de um conjunto de pessoas, entidades e instituições para com as quais gostaria de expressar a minha infinita gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, a todas as forças que me mantêm em pé. A Deus, pela sua infinita misericórdia, aos Orixás e aos meus guias que sempre me acompanharam e me proporcionaram esse reencontro com a minha ancestralidade.

Ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me terem concedido a bolsa que tornou materialmente possível minha estadia em Salvador e, conseqüentemente, a elaboração deste trabalho.

Devo especial gratidão à minha família, pelas ausências consentidas, e pela prioridade que, mesmo em momentos de crise, sempre concederam à minha formação.

Agradeço à professora Gabriela Hita, não só pela disponibilidade e entusiasmo para orientar o trabalho, mas, sobretudo, pelos incentivos e valiosos contributos fornecidos para as nossas reflexões e pelo espírito de camaradagem demonstrado durante esta jornada de quatro anos.

À Coordenação, à Secretaria e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA (PPGCS), especialmente pelo empenho na execução das suas funções.

Um agradecimento especial aos professores Fátima Viegas, Selma Pantoja, Livio Sansone, Valdemir Zamparoni, Víctor Kajibanga, Jacques Depelchin, por me incentivarem em prosseguir os estudos de Pós-Graduação.

Sinto-me igualmente grato aos meus amigos e colegas de Angola e do Brasil pela camaradagem, solidariedade e palavras incentivadoras que me têm transmitido. Meus agradecimentos especiais a Ana Rita Machado, Adérito Manuel, Horácio Vadila, Juariano Ferreira, Erik das Virgens, Marcos Rodrigues, Remos Muanda, Simão Jaime, Tatiana Reis, Valdinéia Sacramento, Viviane Barbosa, Bruno Kambundo, Zeca Dias. Ao Tata Samba Ngó e aos irmãos do Unzó Mutalambo Ye Sambangó, grato pelo acolhimento fraterno.

Um agradecimento especial à minha amiga e colega Luiza Reis, pela compreensão e por compartilhar comigo momentos de alegria, tristezas e angústias.

Não podia deixar de estender a minha gratidão a todas as pessoas com as quais convivi e que, atendendo as solicitações da pesquisa, forneceram contributos com depoimentos que tornaram plausível levar adiante os propósitos deste trabalho.

A todos, “Ngassakidila”: muito obrigado!

Mas o defrontar-se com tão imenso preconceito não poderia trazer senão autoindignação, autopreconceito e o arrefecimento da busca de ideais que sempre acompanharam a repressão e se reproduzem numa atmosfera de contemplo e ódio. Rumores e crenças nascem de quatro ventos: Cuidado! Estamos doentes e morrendo, clamam as hostes negras; não sabemos escrever, votar é ato vão; para que educação se somos úteis somente para servir e cozinhar? E a nação ecoou e ampliou essa autocrítica, dizendo: fiquem felizes em serem serventes e nada mais; para que cultura para um meio-homem? Suprimam o voto do negro, pela força ou fraude, e contemplem o suicídio de uma raça! Todavia, do mal surgiu algo de bom – um mais cuidado ajuste da educação à vida real, uma mais clara percepção das responsabilidades sociais do negro e uma mais sóbria realização do significado do progresso.

(W. E. B. DU BOIS, *As Almas do Povo Negro*, 1998 [1903], p. 44).



SANTOS, Orlando Almeida dos. *Dos Cantos aos Camelódromos: Comércio de rua e territorialidade negra no Centro Antigo de Salvador*. 170 f. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

## **RESUMO**

Nesta tese analiso o cotidiano e as práticas do comércio de rua no Centro Antigo de Salvador sob o olhar da contemporaneidade, situando os contextos históricos nos quais se desenvolveram essas atividades. Busco refletir sobre as experiências relativas aos saberes e práticas mantidas e/ou adaptadas pelas populações bem como as relações sociais e as questões de territorialidade no contexto das suas trajetórias de vida. As reflexões sobre o mercado de trabalho local englobam o seu passado urbano, seus atuais aspectos e as configurações comerciais que representam um perfil marcante da cidade, desde a época colonial. Argumento que existe um conjunto específico de atividades importantes no passado, com um peso social significativo na capital baiana e que, apesar disso, foram combatidas pelas políticas higiênico-sanitárias da colônia e pelo crescimento produtivo das atuais práticas de comércio. Porém, através de uma resistência forjada em contextos de extremas desigualdades, ainda sobrevivem sob o estigma da marginalidade.

**Palavras-chave:** Salvador, comércio de rua, informalidade, territorialidades.

SANTOS, Orlando Almeida dos. *Dos Cantos aos Camelódromos: Comércio de rua e territorialidade negra no Centro Antigo de Salvador*. 170f. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

### **ABSTRACT**

In this thesis I analyze the everyday and street trade practices in Old Salvador from the perspective of contemporary, placing the historical contexts in which they developed these activities. I seek to reflect on the experiences related to knowledge and practices maintained and / or adapted by the people and the social relations and territorial issues in the context of their life histories. Reflections on the local labor market include its urban past, their current aspects and commercial settings that represent a striking profile of the city, from the colonial era. Argument that there is a specific set of important activities in the past, with a significant social weight in Salvador and that, nevertheless, were fought by the hygienic and sanitary policies of the colony and the productive growth of current trade practices. However, through a resistance forged in the extreme inequalities contexts, still survive under the stigma of marginality.

**Keywords:** Salvador, street trading, informality, territoriality.

SANTOS, Orlando Almeida dos. Des Coins aux Camelódromos: le Commerce de rue et de la territorialité noire dans la Vieille-Salvador. 170f. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

## RÉSUMÉ

Dans cette thèse, j'analyse le quotidien de la rue et les pratiques commerciales dans la Vieille Salvador du point de vue contemporain, plaçant les contextes historiques dans lesquels ces activités se sont développées. Je cherche à réfléchir sur les expériences liées à la connaissance et les pratiques entretenues et/ou adaptés par les populations et les rapports sociaux et les questions territoriales dans le cadre de leurs histoires de vie. Les réflexions sur le marché du travail local comprennent son passé urbain, leurs aspects actuels et les configurations commerciales qui représentent un profil frappante de la ville, depuis l'époque coloniale. Je soutiens sur l'existence d'un ensemble spécifique d'activités importantes dans le passé, avec un poids social significatif à la capitale de Bahia et que, malgré cela, ont été combattus par les politiques sanitaires et d'hygiène de la colonie et la croissance productive des pratiques commerciales actuelles. Cependant, à travers une résistance forgée dans les contextes les inégalités extrêmes, elles survivent toujours sous la stigmatisation de la marginalité.

**Mots-clés:** Salvador, le commerce de rue, l'informalité, la territorialité.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1–	Comércio de rua na Praça Castro Alves – Salvador, BA	37
Figura 2 –	Vendedora de bananas no início do séc. XX	37
Figura 3 –	Ganhadores transportando “senhor” em cadeira de arruar	38
Figura 4 –	Ganhador na Ladeira da Montanha nos finais do século XIX	38
Figura 5 –	Cenário da Avenida Sete: transeuntes, comércio e trânsito	52
Figura 6 –	Placa indicativa das velhas estruturas dos camelódromos na Avenida Sete	53
Figura 7 –	Placa indicativa das novas estruturas dos camelódromos na Avenida Sete	51
Figura 8 –	Detalhes dos pontos de vendas na Avenida Sete	54
Figura 9 –	Detalhes dos pontos de vendas na Avenida Sete	54
Figura 10 –	Panorama do comércio de rua no Relógio de São Pedro (Avenida Sete)	55
Figura 11 –	Detalhes das práticas de transporte e venda: criatividade e improviso	58
Figura 12 –	Detalhes das práticas de transporte e venda: criatividade e improviso	58
Figura 13 –	Vendedor ambulante transportando o isopor na cabeça	58
Figura 14 –	Exposição de DVDs pirateados na Avenida Sete	59
Figura 15 –	Exposição de DVDs pirateados na Avenida Sete	59
Figura 16 –	O tabuleiro da baiana de acarajé	63
Figura 17 –	Antigas atividades femininas de ganho	63
Figura 18 –	Perspectivas do comércio na Rua do Cabeça	69
Figura 19 –	Perspectivas do comércio de frutas e legumes na Rua do Cabeça	70
Figura 20 –	Venda de frutos do mar na Rua do Cabeça	71
Figura 21 –	Anúncio de produtos típicos da culinária local na Praça Inocência Galvão	71
Figura 22 –	Boxes na Praça Inocência Galvão	72
Figura 23 –	Exposição de produtos medicinais e mágico-religiosos	72
Figura 24 –	Boxes de flores na Rua do Cabeça	73
Figura 25 -	Crianças no comércio de rua	73
Figura 26 -	Vendedor de queijinho no CAS	74
Figura 27 –	Aspecto do Mercado de Água de Meninos (1952)	
Figura 28 –	Cotidiano dos espaços de venda em São Joaquim	76
Figura 29 –	Cotidiano dos espaços de venda em São Joaquim	77
Figura 30 –	Exposição de Sérgio Guerra na Feira de São Joaquim	77
Figura 31 –	Plantas e folhas medicinais	79
Figura 32 –	Anúncio de artigos religiosos	79
Figura 33 –	Mapa da localização do Largo Dois de Julho	79
Figura 34 –	Visão panorâmica da Rua do Cabeça em períodos diferentes	81
Figura 35 –	Visão panorâmica da Rua do Cabeça em períodos diferentes	81
Figura 36 –	Passado e presente, Praça Inocência Galvão	83
Figura 37 –	Passado e presente, Praça Inocência Galvão	83

Figura 38 –	Aguadeiros na extinta fonte do Largo Dois de Julho	83
Figura 39 –	Aguadeiros no Largo Dois de Julho	83

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ABAM:** Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia

**CAS:** Centro Antigo de Salvador

**CEAO:** Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**CHS:** Centro Histórico de Salvador

**DAM:** Documento de Arrecadação Municipal

**DIEESE:** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IHGB:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**INSPIR:** Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial

**IPAC:** Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural

**IPHAN:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**ISCED:** Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Agostinho Neto (UAN)

**IURD:** Igreja Universal do Reino de Deus

**OIT:** Organização Internacional do Trabalho

**PDDU:** Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador

**PEA:** População Economicamente Ativa

**PEC-PG:** Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação

**PÓS-AFRO:** Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos do CEAO

**PPGCS:** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA

**SEBRAE:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SESP:** Secretaria de Serviços Públicos

**SEMOP:** Secretaria Municipal de Ordem Pública

**SICM-BA:** Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia

**UAN:** Universidade Agostinho Neto

**UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: DA SENZALA AOS CANTOS DE RUA: COMÉRCIO E OCUPAÇÕES DE RUA NA PAISAGEM URBANA DE SALVADOR</b>	<b>12</b>
Caminhos metodológicos: o âmbito e as delimitações do estudo	22
<b>1 O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE</b>	<b>29</b>
1.1 ENTRE CANTOS, QUITANDAS E CAMELÓDROMOS: EVOLUÇÃO URBANA DO CENTRO DE SALVADOR	29
1.2 TERRITORIALIDADES E RESISTÊNCIAS	42
1.3 DO “INFORMAL” À INFORMALIDADE: ALGUNS ELEMENTOS PARA DEBATE	47
<b>2 ITINERÁRIOS PELA CIDADE ALTA: CIRCUITOS E CENÁRIOS</b>	<b>52</b>
2.1 BANCAS, ESQUINAS E CAMELÓDROMOS: O COMÉRCIO NA AVENIDA SETE	52
2.1.1 Artes, Táticas e Maneiras de Fazer	56
2.1.2 Entre Práticas Globais e Tradições Locais	59
2.1.3 Convivências Negociadas: trabalho e relações de sociabilidade	64
2.2 CENÁRIOS, COTIDIANO E MEMÓRIAS DO LARGO DOIS DE JULHO	69
2.2.1 Entre Memórias e Nostalgias: como era o Dois de Julho?	74
2.2.2 Não Tinha quem não ia à Feira do Dois de Julho	80
<b>3 ITINERÁRIOS OCUPACIONAIS E EXPERIÊNCIAS VIVIDAS</b>	<b>90</b>
3.1 DE PELÉ A QUITÉRIO DO BEIJU, “NA RUA VOCÊ ESTÁ EM CONTATO COM O MUNDO”	91
3.2 DONA EDNA: A PROFISSÃO, A FÉ E O AXÉ, “A FÉ MOVE MONTANHAS”	96
3.3 A TRAJETÓRIA DE VIDA DE CLÁUDIO, “DECIDI DAR CONTINUIDADE AO QUE APRENDI COM A MINHA AVÓ”	101
3.4 JOÃO E SEU “COMERCINHO”, “QUARENTA ANOS NESSE CANTINHO, GANHANDO O PÃO DE CADA DIA”	103
3.5 ENTRE IDAS E VINDAS: O CASO DE SEU MIRO	107
3.6 APRENDIZADOS, MOTIVAÇÕES E CAMINHOS POSSÍVEIS	109
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>116</b>

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>123</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>136</b>
ANEXOS A - Mapa de localização da área pesquisada	<b>137</b>
ANEXOS B - Legislação comércio de rua	
ANEXOS C - Reportagens de Jornais	



## **INTRODUÇÃO: DA SENZALA AOS CANTOS DE RUA: COMÉRCIO E OCUPAÇÕES DE RUA NA PAISAGEM URBANA DE SALVADOR**

Nascido e criado em Luanda, as feiras, os mercados populares e o comércio de rua fazem parte do meu cotidiano, desde a infância. Quer como frequentador quer na condição de vendedor de pequenas iguarias confeccionadas por minha mãe ou na condição de menor aprendiz, passei a contribuir no incremento da renda domiciliar.

No entanto, a ideia de pesquisar comércio de rua e trajetórias de vida de comerciantes começou no período em que eu cursava a Graduação, quando estudava Sociologia no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Universidade Agostinho Neto (UAN/Angola), onde apresentei uma Monografia de Fim de Curso sobre estratégias de sobrevivência de mulheres vendedoras ambulantes, conhecidas como zungueiras<sup>1</sup>.

É importante ressaltar que a minha intenção em prosseguir e aprofundar esse tema durante o Mestrado se relaciona com o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO) do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A existência do programa foi mencionada por professores dessa Universidade ao, em 2006, visitarem Luanda durante a realização do IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Eles me incentivaram a ingressar no PÓS-AFRO.

Cheguei a Salvador no dia 28 de fevereiro de 2008 e, em março, iniciei as minhas aulas no PÓS-AFRO, tendo, em 2010, concluído o curso de Mestrado com a dissertação *“Do pregão da Avó Ximinha ao grito das Zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda”*<sup>2</sup>. De todo modo, desde a minha chegada a Salvador, tive a oportunidade e o privilégio, para a realização desta pesquisa, de residir no centro antigo da cidade, nas regiões do Dois de Julho e do Campo Grande. Transitar por esses locais proporcionou-me outro contato, mais direto, que operou como crucial, assim como o de minhas experiências anteriores sobre comércio de rua.

---

<sup>1</sup> cf. SANTOS, Orlando. *A Mulher no sector informal: trajetórias sociais e estratégias de sobrevivência*. 2006. Monografia (Licenciatura em Sociologia) – Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto, Luanda. Monografia orientada pela Professora Fátima Viegas.

<sup>2</sup> Orientada pelo Professor Livio Sansone (UFBA) e coorientada pela Profa. Selma Pantoja (UnB).

Também despertaram meu interesse outros espaços da cidade, como o de suas feiras, e a trajetória de vida de comerciantes soteropolitanos. As práticas comerciais encontradas nesses espaços pareceram-me, inicialmente, bastante similares às encontradas nas ruas e feiras de Luanda. Pensei na possibilidade de desenvolver um estudo comparativo sobre as práticas comerciais de rua entre a cidade de Luanda e a de Salvador. Entretanto, leituras da bibliografia sobre a história social de Salvador, particularmente a que aborda a temática das atividades comerciais e ocupações de rua, direcionaram-me cada vez mais para focar minha análise apenas ao contexto soteropolitano, privilegiando o foco e a intenção de destacar a continuidade dessas práticas na sociedade atual pelos afrodescendentes.

A literatura historiográfica revisada aponta para uma forte tradição de atividades comerciais e ocupações de rua nessa cidade desde a época colonial. A minha leitura se voltou para, não somente apontar as articulações entre cidade, comércio e história, mas também revelar como o comércio de rua situa-se e determina o contorno urbano da cidade de Salvador desde o passado até o presente. No passado, os locais nos quais os trabalhadores de determinadas atividades de ganho (os escravos, livres e libertos) se concentravam à espera de trabalho, ficaram conhecidos como cantos (MATTOSO, 1978; SOARES, 1996 FERREIRA FILHO, 1999; REIS, 2000, 2008; PAIM, 2005; MARTINI, 2007; MATTOS, 2008; GRAHAM, 2013).

Outro aspecto importante apontado pelos estudos já mencionados indica que o comércio e as ocupações de rua nas suas configurações iniciais se caracterizaram pela presença de mulheres e homens negros africanos e, posteriormente, pelos seus descendentes, que se reuniam em espaços movimentados do centro da cidade em busca de trabalho. Assim, os espaços reservados ao trabalho urbano constituíram um entre os vários lugares onde esses atores colocaram em prática diversos usos e costumes adquiridos nas culturas de origem, ainda que em contexto diferente e em condições sociais quase sempre adversas.

Nesse quadro, o trabalho de ganho nas ruas representava um meio de se ganhar o sustento diário e possibilitava, frequentemente, a realização de poupanças e, na vigência da escravidão, uma possibilidade para a compra da liberdade. Por outro, em determinados casos, representava também outra forma de exploração da força de trabalho “africana”, uma vez que os senhores controlavam as atividades desses trabalhadores e, frequentemente, usufruíam de uma parcela da receita

arrecadada por eles nessas atividades (MATTOSO, 1978; DIAS, 1984; SOARES, 1996).

Ademais, se tem apontado que, no pós-abolição, observou-se um crescimento espantoso do comércio nas ruas da cidade, especialmente o feito por: comerciantes ambulantes de doces, de frutas e de iguarias em gamelas e tabuleiros; engraxates e vendedores de bilhetes de loteria; carregadores de pessoas e de mercadorias; pedreiros; ferreiros; carpinteiros etc. (MATTOSO, 1978; REIS, 2000; FRAGA FILHO, 2004).

Como se tem constantemente afirmado, o Estado brasileiro, ao abolir a escravidão sem adotar qualquer iniciativa complementar de absorção produtiva dos ex-escravos como força de trabalho livre, ao mesmo tempo em que promovia a imigração de mão de obra europeia, estabeleceu as bases de perpetuação da exclusão de uma parte importante da população do mercado de trabalho “oficial” no país. População que vai, então, se concentrar na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades (KOWARICK, 1994; HASENBALG; SILVA, 1988; CHALHOUN, 2001; THEODORO, 2004, 2008; MONSMA, 2007).

Com o passar do tempo, esses lugares de comércio passaram a causar grande “dor de cabeça” aos planejadores das políticas urbanas da época. Vale lembrar que, nas primeiras décadas da República, a ordenação dos espaços urbanos baseava-se nas concepções ocidentais de pensamento, possuindo uma estruturação, configuração e imagem de urbanização que era imposta pelas classes dominantes. Essa urbanização, no entanto, não se conciliava com a organização dos espaços negros, que se estruturava tanto pela forma particular determinada pela cultura dessa população, como pela condição subalterna à que a população negra fora submetida durante o longo período da vigência do escravismo (PAIM, 2005; SAMPAIO, 2005; UZÊDA, 2006; RAMOS, 2007).

Nessa conjuntura, em Salvador, comércio de rua e feiras-livres, apesar de constituírem um elemento vital para o funcionamento da cidade, foram repetidamente acusados de contribuir para práticas e costumes incivilizados. Tal “incivilidade” foi quase sempre associada a usos e costumes africanos. Assim, mecanismos foram implementados para coibir a circulação de mulheres e homens portadores de tabuleiros, balaios, cestos, fogareiros e outros apetrechos, que apregoavam doces, frutas, cuscuz, verduras e acarajés diuturnamente nas ruas das

partes alta e baixa da cidade. Cidade essa que, a todo custo, tentava se modernizar e abolir os costumes herdados de povos africanos na Bahia, considerados incivilizados para a sociedade da época, que buscava de modo insistente se ajustar aos padrões europeus (PAIM, 2005; ARAUJO, 2006).

Nessa situação, as atividades comerciais e ocupações exercidas nas ruas passam a representar um fator de conflito entre os comerciantes e o poder público, já que a rua representava, simultaneamente, um espaço de inclusão/exclusão e, conseqüentemente, de hierarquização social. Inclusão porque, mesmo que, no contexto em análise, Salvador fosse uma sociedade caracterizada por fortes desigualdades e exclusões sociais, que acarretavam uma multiplicidade das formas de conflito e de ação social, tinha o trabalho nas ruas como representativo de uma das principais formas de territorialização negra. Voltarei a essa discussão mais adiante.

Nessa perspectiva, transformar e reinventar os papéis que lhe estavam atribuídos consecutivamente na estrutura social da sociedade escravista-colonial e, posteriormente, na pós-colonial, tornou-se um modo de essa “maioria silenciada” (BAUDRILLARD, 1985) desafiar a ordem social que lhe era socialmente imposta. Foram desenvolvidas, ao longo dos tempos, o que Castells (1999, p. 24) designa por “identidades de resistência”, ou seja, aquelas criadas por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou, mesmo até, opostos a eles.

Aliás, como assegura Certeau (1994), essas estratégias de resistência demonstram que, não obstante a rede de “vigilância” imposta a essa parcela da população, suas ações não se reduziram a ela. Através de procedimentos populares, essa parcela da população soube jogar com os mecanismos da disciplina e não se conformaram a ela, a não ser para alterá-la.

Apoiado nessa perspectiva de análise, argumento que a presença de determinadas atividades atuais de comércio de rua remonta a práticas originadas no período escravagista e colonial, e pode ser apontada como resultado de estratégias de resistência empreendidas por esses trabalhadores negros que, apoiados em seus próprios meios, buscavam se inserir no mercado de trabalho.

Santos, C. (2010, p. 135) sublinha que o desenho assumido por trabalhadores ambulantes, na atualidade, diz respeito tanto à resistência de grupos negros quanto à permanência de um conjunto diferenciado de trabalhadores das mais diversas origens que, ao longo do tempo, carregou as marcas do estigma da contravenção e da ilegalidade na estruturação do mercado de trabalho urbano. O que acarretou efeitos nefastos sobre a forma como são reconhecidas socialmente suas contribuições e sua participação na construção da cidade.

A persistência de certos ofícios como a venda de comida de rua, a exemplo da venda de acarajé, pôde, dentre outros, servir como exemplo dessas estratégias de resistência na medida em que se trata de uma atividade que resistiu às vigorosas investidas do poder público visando a sua extinção. Atualmente considerado patrimônio histórico nacional, o acarajé, iguaria de origem africana, vinda com os africanos trazidos ao Brasil durante o período escravagista e colonial, passou da condição de iguaria da população pobre e escrava para o seu atual *status* de alimento que faz parte do “cartão-postal” de Salvador. Consumido por todas as classes sociais, ele é hoje uma das comidas de rua mais consumidas na cidade, assim como em outras cidades brasileiras.<sup>3</sup>

A respeito das baianas de acarajé e das demais mulheres que se dedicavam à venda de comida de rua, encontramos, na literatura em análise, inúmeras referências não só a respeito da sua presença ativa no comércio como também da sua capacidade de negociar e de articular redes sociais. Esse aspecto é, também, realçado por Ferreira Filho em *Salvador das mulheres* (1994). Nesse trabalho, Ferreira Filho analisa a condição social das mulheres das camadas populares na cidade de Salvador durante o primeiro período da República no Brasil. Ele destaca tanto a presença marcante das mulheres negras no comércio de rua, bem como sua capacidade singular em conciliar interesses pessoais com redes de solidariedade e negociações com o “poder público”, contornando, desse modo, os obstáculos e desafios da rua e da sua condição de gênero e classe.

A existência dessa articulação das mulheres vendedoras com as demais instâncias da sociedade da época é corroborada por Martini (2007), quando atenta para a presença de uma articulação das vendedoras de rua com redes de sociabilidade maiores. Dentre elas: quilombos, nascentes irmandades e espaços

---

<sup>3</sup> Ver cópia do registro das baianas de acarajé em Anexo B.

que culminarão em terreiros. Essas redes de solidariedade e de entreajuda, avança Martini, evidenciam a forma como os africanos buscavam sobreviver e socializar-se no Novo Mundo (MARTINI, 2007, p. 16).

Demonstrando alguma aproximação entre essas práticas socioculturais na África e na diáspora, autores de referência em estudos sobre a temática assinalam que a tradição de autonomia das mulheres que se dedicam ao pequeno comércio dos mais variados gêneros não é algo circunscrito apenas à experiência da diáspora. Antes disso, apontam que as práticas através das quais homens e mulheres buscavam sua sobrevivência no Brasil, particularmente na Bahia, têm paralelo com as soluções adotadas em regiões do continente africano, intimamente ligadas à ancestralidade dos afro-brasileiros (VERGER; BASTIDE 1992; PANTOJA, 2000, 2001; MARTINI, 2007; BORGES, 2005; SANTOS, 2013).

Esse meu interesse em incursionar pelo “passado” aliado às observações do atual contexto do comércio de rua de Salvador me têm permitido fortalecer a hipótese de que existe um conjunto de atividades que tiveram importância em épocas anteriores, com um peso social significativo, e que, apesar disso, foram negligenciadas. Tendo sido combatidas pelas políticas higiênico-sanitárias da colônia e pela expansão da produção em moldes mais modernos e capitalistas, próximas às práticas de comércio atuais. Porém, através de estratégias de resistência forjadas em contextos de extremas desigualdades nas relações de poder, sobrevivem, embora não tenham perdido totalmente o estigma da marginalidade.

Essas verificações suscitaram-me, cada vez mais, a refletir sobre a possível presença desses legados no cotidiano atual das práticas de comércio de rua. Ao abordar a presença ou os possíveis desdobramentos desse “passado” nas atuais configurações dessas atividades, Martini (2007) indica que muitos dos recursos dos quais as vendedoras de comida de tabuleiro, a exemplo das baianas, hoje dispõem são retirados dos modelos tradicionais que foram sendo construídos ao longo de um processo iniciado no período colonial. Seus registros sobre as mulheres que iniciaram a tradição do tabuleiro e antecederam às baianas de acarajé recuam para um período anterior ao da primeira descrição desse alimento. Trata-se, para essa autora, de antigas formas de venda de rua empreendidas por mulheres de regiões africanas ao sul do continente, agregadas posteriormente às maneiras mais recentes e iorubanas do pregão (MARTINI, 2007, p. 12-14).

Em outro estudo sobre as transformações sofridas pelo acarajé, Florismar Borges (2008) sugere que os traços dessa tradição colonial se evidenciam, ainda hoje, através da presença do azeite como elemento primordial utilizado para o seu preparo, pelo seu vínculo com o Candomblé, e pela população que o comercializa, que continua a ser majoritariamente negra e “pobre” (BORGES, 2008, p. 119).

Os trabalhos de Martini (2007) e Borges (2008) corroboram com o pressuposto de continuidade, preservação e inovações de alguns modelos tradicionais de comércio de alimento presentes contemporaneamente em Salvador. Esses elementos, assinalados por essas duas autoras, colocam Salvador em diálogo com práticas que, embora desenvolvidas em contextos históricos, culturais e políticos diversos, evidenciam afinidades socioculturais.

Enquanto os dois últimos estudos citados evidenciam “continuidades” nas “artes e maneiras” (CERTEAU, 1994) de fazer de atividades como a venda tradicional de comida de rua, a exemplo do acarajé, outro conjunto de estudos busca destacar a permanência de uma forte presença negra na composição sociodemográfica dos atuais comerciantes de rua. Para esses pesquisadores, parcela da população associada ao passado de escravidão continua confinada a ocupar as atividades tradicionalmente associadas ao uso da força e da resistência física no mercado de trabalho e que pouco diferem daquelas remanescentes das antigas atividades de ganho.

Cabe aqui abrir um parêntese para tecer breves considerações sobre a estrutura ocupacional de desigualdades sociorraciais. Tendo em vista e na medida em que não é meu propósito aprofundar-me no debate sobre o tema, apresentarei apenas um esboço geral da literatura para destacar algumas teorizações de maior impacto. Entre eles se destacam os estudos que têm analisado comparativamente a inserção dos negros e dos não negros na estruturação social brasileira, como os de Hasenbalg e Silva (1988); Santos (1997); Castro e Barreto (1998); Costa e Ribeiro (2010); Theodoro (2004); Monsma (2007). Esses estudos sinalizam a persistência das desigualdades sociorraciais na estrutura social e no mercado de trabalho, que têm impedido uma importante parcela da população afrodescendente de conquistar melhores chances de vida.

Argumentam-se, nessas pesquisas, que tais desigualdades estão presentes em diferentes momentos do ciclo de vida desses indivíduos, desde a infância, pela falta de acesso à educação de qualidade e pela inacessibilidade aos serviços de

infraestrutura urbana. Elas cristalizam-se nas piores ocupações no mercado de trabalho e, por consequência, no impacto negativo do valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida dos afrodescendentes. É quase consensual entre os estudiosos da temática que, apesar da elevada e expressiva presença demográfica da população negra na sociedade brasileira, historicamente ela está entre os grupos sociais que enfrentam as maiores desvantagens sociais: exclusão socioeconômica, discriminação étnico-racial e violência.

Salienta-se, de igual modo, que essa parcela da população continua a apresentar os piores índices de acesso à saúde, a educação e ao emprego. Nesse contexto, é verdadeiro afirmar que o trabalhador negro ocupa postos de trabalho mais precários ou vulneráveis que os dos não negros. Os negros concentram-se nas atividades da População Economicamente Ativa PEA, como as do setor terciário, que exigem menor qualificação, tais como as de faxineiros, serventes, lixeiros, zeladores, empregados domésticos.

Em Salvador, as desigualdades de oportunidades educacionais entre os grupos raciais também são muito elevadas, penalizando a população negra, que chega ao mercado de trabalho com escolaridade bastante inferior a dos não negros (CASTRO; BARRETO, 1998; SANTOS, 1998, QUEIROZ, 1999 apud SANTOS, 2001, p. 2). As conclusões dos estudos citados têm reforçado a ideia de que, apesar dos avanços, logrados nas últimas décadas no combate a essas desigualdades, ainda hoje a população negra representa a parcela mais significativa dos desempregados, e que está sub-representada nesse contingente.

A precariedade continua sendo o que marca a presença dos negros no mercado de trabalho e na sociedade brasileira. Por isso que os baixos rendimentos auferidos por essa população, as suas maiores necessidades de trabalho, maiores taxas de desemprego e de concentração em postos de trabalho mais desprotegidos são apenas algumas das facetas do viver dessa parcela da população (INSPIR, 1999; DIEESE, 2013).

Aliado a tudo isso, associa-se o mercado de trabalho ao de uma estrutura ocupacional frágil, em que se destaca o grande peso do trabalho “informal”, com forte presença de ocupações e atividades que se reproduzem a partir de processos crescentes de exclusão social. Como forma de driblar esse quadro de exclusão social e a marginalidade que a atinge, observa-se que a parcela da população pobre



desenvolve, de modo bastante criativo, táticas de sobrevivência, dentre as quais as do pequeno comércio realizado em casa, na rua ou em feiras.

Há consenso entre os estudiosos da temática em afirmar que uma das características que aproximam o presente ao passado escravagista e colonial tem a ver com o lugar “subalterno” ocupado pelas populações afro-brasileiras na estrutura social e de classes da sociedade brasileira. Os dados dessas pesquisas têm revelado que o conjunto de populações resultantes do legado escravista e colonial continua confinado às ocupações instáveis ou mesmo a não ocupação. Serviços domésticos, comércio de rua, artesanato caseiro continuam a constituir-se como atividades fundamentais para a sobrevivência de um número considerável da população soteropolitana, particularmente a sua parcela afrodescendente.

Dados de um levantamento sobre o perfil socioeconômico de comerciantes de rua no Centro Antigo de Salvador (CAS) revelam que, na cidade, os “microempreendedores” de rua são preponderantemente homens, de cor negra, com idade superior a 25 anos, com até o primeiro grau completo, chefes de família e que estão à margem do sistema previdenciário. Ainda de acordo com os dados da referida pesquisa, a expressiva participação de trabalhadores de cor negra pode ser também depreendida pelo recrudescimento do mercado de trabalho soteropolitano que atinge notadamente indivíduos de cor negra. Nesse contexto, avança a pesquisa, as atividades de rua de Salvador continuam a representar um importante mecanismo de geração de ocupação e renda, para indivíduos que são afetados em maior proporção pela austeridade do mercado de trabalho formal, especialmente mulheres e homens negros (MATA et al., 2009, p. 10-13).

Pesquisas de Durães (2006) sobre o paralelo entre comércio e ocupações de rua na cidade de Salvador no século XIX e no século XXI apontam similitudes e congruências nas condições de vida e no cotidiano de trabalhadores de rua desses dois contextos díspares da história da cidade. Primeiro, com a independência do Brasil e depois, com a abolição. Segundo Durães, não se extinguiram as formas de trabalho de rua (venda ambulante, camelô), mas, pelo contrário, sempre permaneceram como uma prática corrente, sobretudo para as populações nacionais de passado escravista.

Essas populações, desde aquele período, não encontraram outra forma de sobrevivência a não ser nos trabalhos incertos, perseguidos e, tantas vezes, insalubres das ruas. Desse modo, conclui o autor, o trabalho de rua da atualidade

(não obstante se apresentar como uma realidade muito mais complexa e heterogênea) conserva atividades típicas de base tradicional do século XIX, período, conforme demonstrado anteriormente, marcado por uma estrutura social rígida, no qual as diferenças raciais e sociais eram mais nitidamente explicitadas, afirmadas e defendidas.

Parto do pressuposto de que, além de ser necessário analisar os processos sócio-históricos que impulsionam essas atividades ontem e hoje, é imprescindível ressaltar que, atualmente, essas formas de trabalho e de reinvenção de estratégias de sobrevivência são impulsionadas simultaneamente por fenômenos novos além dos tradicionais, como: globalização, transformações do mercado de trabalho a nível local, nacional e global. Isso torna pertinente a sua importância no debate contemporâneo, sendo colocado no centro das reflexões sobre formas de desigualdades, discriminação étnico-racial e “exclusão social”, e dos novos questionamentos que vêm sendo feitos ao velho “paradigma” e às teorias sobre o trabalho assalariado.

Baseado nessas discussões, o argumento central que defendo neste trabalho, o de que comércio de rua de Salvador congrega atividades comerciais que têm algum vínculo com o passado, sendo reproduzidas, apropriadas, deslocadas e transformadas, enquanto outras são totalmente novas, inventadas nas práticas e interações da vida cotidiana dos comerciantes. Essa asserção sugere a existência, nesses espaços sociais, de dinâmicas sociais que combinam “heranças” do passado com práticas mais globais atuais, o que abre possibilidades para um constante processo de reconfiguração cotidiano do espaço urbano, assim como permite uma coabitabilidade de saberes e técnicas antigas com novos e velhos hábitos, e com práticas culturais urbanas.

Nessa direção e partindo do pressuposto de que em Salvador existem aspectos que nos remetem ao período escravagista e colonial, busca-se, nesta pesquisa, entender o que o atual comércio de rua mantém – ou não – de práticas e experiências coloniais, no que se refere a tipos de atividades, tecnologia, relações étnico-raciais, experiências sociais do comércio de rua. A análise será conduzida a partir da seguinte questão: Em que medida experiências sociais, saberes e práticas comerciais que remontam ao período escravagista e colonial têm sido mantidas e/ou adaptadas no atual contexto do comércio de rua do Centro Antigo de Salvador?

No âmbito do quadro apresentado, a presente tese busca, de forma reflexiva, compreender o cotidiano do comércio de rua no CAS na sua contemporaneidade. Para isso, situa os contextos históricos nos quais vem se desenvolvendo essa prática social, bem como analisa as experiências sociais dos comerciantes relacionadas às suas histórias profissionais e às estratégias cotidianas que utilizam na condução dos seus próprios destinos. De modo mais específico, o trabalho pretende:

1. Delinear um panorama sócio-histórico do comércio de rua no CAS, e destacar a sua evolução histórica e espacial em diferentes momentos da cidade;
2. Contextualizar a existência de práticas tradicionais e as de consumo globais no cotidiano do atual comércio de rua;
3. Reconstruir as trajetórias profissionais dos comerciantes e informantes-chaves e, a partir delas, ilustrar exemplos de tipos de experiências profissionais que mantêm algo de práticas tradicionais ou do passado.

### **Caminhos Metodológicos: o âmbito e as delimitações do estudo**

A natureza e os objetivos pretendidos nesta tese, no sentido de captar as dinâmicas históricas e socioespaciais do comércio de rua no Centro Antigo de Salvador, exigiram-me a adoção de uma estratégia metodológica de teor histórico e etnográfico, combinando pesquisa documental com trabalho de campo. Nesse sentido, a necessidade de encontrar vias de operacionalização dos principais objetivos e coordenadas teóricas da pesquisa obrigou-me a multiplicar as estratégias metodológicas e cruzar as informações obtidas. A análise documental de fontes e de outros materiais recolhidos, a observação direta e a redação de notas de campo, bem como o recurso à fotografia constituíram ferramentas essenciais para a materialização desta pesquisa.

A triangulação foi uma das formas de contornar as limitações que decorrem das condições próprias de uma investigação na busca de maior grau de

objetividade. No âmbito desta pesquisa, o recurso a esses processos de “triangulação” visou otimizar e diversificar os tipos de informação recolhida: dados e análises da pesquisa documental e bibliográfica com os dados do trabalho de campo – entrevistas, anotações e reflexões registradas no diário de campo e de material fotográfico. (BOGDAN; BILKEN, 1994; DENZIN; LINCOLN, 2006).

A pesquisa documental e bibliográfica permitiu-me acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do contexto analisado. Ela consistiu no levantamento exaustivo, na seleção e análise crítica de documentos tais como jornais, artigos de revistas especializadas, iconografia, bem como na consulta da produção acadêmica (monografias, dissertações, teses, relatórios) existente sobre temáticas relacionadas ao objeto da tese. A revisão bibliográfica permitiu acessar informações pertinentes para a elaboração da caracterização da evolução histórico-espacial das atividades comerciais e de ocupações de rua em Salvador, assim como me ajudou a articular teoricamente os pressupostos da pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado entre meados de 2012 e dezembro de 2013, com o objetivo de conhecer e analisar o cotidiano dos espaços de comércio de rua no Centro Antigo de Salvador (CAS). Nessa região, a pesquisa se centrou em focos de comércio de rua presentes na Avenida Sete de Setembro e no Largo Dois de Julho, duas áreas importantes da cidade. Através da observação direta, adentrei nesses espaços físicos e simbólicos. Participar do cotidiano desses contextos permitiu-me certa familiaridade com determinados cenários do comércio e das sociabilidades nos quais comerciantes e clientela conversam, interagem, trocam ideias e dão risada, estabelecendo um tipo de relações sociais que dispensa formalidades que em outros contextos seriam imprescindíveis.

Entretanto, conduzir uma pesquisa de campo como a desta tese é uma situação que pode ser tudo, menos natural, uma vez que me exigiu aprender a tornar estranha a trama da vida ordinária. Desse ponto de vista, a etnografia consegue fazer com que se vejam de outra forma coisas nas quais se esbarram todos os dias sem as ver de verdade. Ela pode, sobretudo, nos ajudar a pôr às claras a complexidade das práticas sociais mais comuns de determinados grupos, que acabam passando despercebidas, por se acreditar serem “naturais”, uma vez que foram naturalizadas pela ordem social (BEAUD; WEBER, 2007).

A realização de visitas de campo periódicas, duas a três vezes na semana, mediante a utilização da observação direta registrada em diário de campo, permitiu-

me captar elementos capazes de enriquecer a caracterização: as formas de organização dos espaços; os atores sociais típicos (quem compra e quem vende/faixa etária/gênero/aparência física/maneira de vestir/maneirismos); os tipos de produtos comercializados; as estratégias diárias dos comerciantes no que tange a negociação com a clientela, com os seus modos de sociabilidades e as interações sociais cotidianas.

Nesse processo de observação em campo, a utilização da fotografia visou documentar a pesquisa com registros perenes do contexto observado, apoiando assim a caracterização resultante da observação direta, bem como permitiu o enriquecimento e a inovação teórica a partir dos elementos empíricos recolhidos.

Ao caminhar por esses espaços de comércio, observei atividades mais recentes ligadas a novas práticas de consumo, a exemplo da venda de celulares sofisticados, roupas, artigos de perfumaria, cosméticos, cópias de CDs e DVDs, óculos de sol, bolsas, mochilas, correntes de prata, bijuterias. E constatei também a existência de ofícios tidos como tradicionais que remontam a outros períodos, os exercidos por peixeiros, baianas de acarajé, vendedores de frutas e hortaliças, de mingau, de bolos de aipim, de chá e café, de beiju. Assim como notei outros, aqueles ligados às tradições culturais do povo baiano, como a comercialização de produtos mágico-religiosos, numa cosmologia que conjuga elementos das crenças afro-brasileiras e indígenas: como folhas para banhos de descarrego, raízes medicinais para pequenos males, incensos etc.

No decorrer das minhas incursões por esses espaços, realizei entrevistas focais e diálogos informais com onze (11) informantes, dentre eles cinco comerciantes da Avenida Sete, cinco do Largo Dois de Julho e um proprietário de um estabelecimento comercial da Avenida Sete, que mora na região há mais de quarenta anos e prontificou-se em falar sobre aspetos da história social da região. No universo da minha experiência de campo, os encontros e a convivência com esse grupo de informantes constituíram momentos privilegiados, nos quais eles puderam dar sentido às suas experiências sociais. Ou seja, foi uma ocasião em que, através das palavras, puderam formular os modos pelos quais atribuem um significado respeitante as suas vivências, e nos quais foi possível observar e participar do cotidiano deles nos lugares onde desempenham suas atividades (SCHNAPPER, 2000).

No interior desse grupo, selecionei cinco interlocutores-chaves, aqueles com quem mais convivi durante o período de campo. Esse grupo é composto por uma mulher e quatro homens, todos afrodescendentes (sendo quatro negros e um pardo), com idades compreendidas entre 30 e 67 anos. Todos possuem pontos fixos e trabalham por conta própria, exercem atividades comerciais diversificadas, dentre elas a venda de iguarias como beiju e acarajé, de ervas e plantas medicinais, de tempero verde, de balas e lanches, de frutas.

Durante o período de convivência, foram esses indivíduos que manifestaram maior interesse em falar das suas experiências de vida e em fornecer depoimentos referentes a acontecimentos marcantes da história social desses espaços. Acho interessante oferecer ao leitor uma breve descrição dos meus principais informantes. São eles:

**Quitério**, 62 anos, negro, casado, vendedor de beiju na Avenida Sete, morador do centro da cidade;

**Dona Edna**, 59 anos, negra, solteira, baiana de acarajé na Avenida Sete, atividade que exerce há quarenta anos, moradora do bairro de Nazaré;

**Cláudio**, 38 anos, pardo, viúvo, comerciante de ervas, plantas medicinais e produtos religiosos no Largo Dois de Julho, onde exerce a atividade acerca de vinte anos, morador do bairro de Boa vista de São Caetano;

**João**, 67 anos, negro, casado, pai de três filhos, vendedor de café, lanche e guloseimas no Largo Dois de Julho, onde exerce a atividade acerca de quarenta anos, morador do bairro Pau da Lima;

**Miro**, 65 anos, negro, solteiro, comerciante de tempero verde no Dois de Julho, atividade que exerce acerca de quarenta anos, morador do bairro de São Caetano;

O critério da escolha desse grupo de interlocutores-chaves foi baseado na disponibilidade demonstrada em participar da pesquisa, em conversar e compartilhar suas experiências e tempo comigo. Convém pontuar que a escolha desse pequeno

grupo não esteve pautada no critério de representatividade estatística. Assim, selecionei um pequeno grupo com o qual fosse possível, para além da realização de entrevistas mais focadas em certos temas do interesse da pesquisa, estabelecer contatos diretos, mediante encontros regulares para conversas informais e participação no cotidiano das suas atividades. E, desse modo, procurar conhecê-los, e elaborar uma análise mais detalhada desse contexto para ilustrar com exemplos parte do universo estudado.

A ideia foi a de trabalhar com um pequeno grupo que permitisse contatos mais aprofundados, frequentes e diretos, no sentido de ganhar maior robustez, densidade e qualidade de dados nas entrevistas e nas descrições de campo. Vale reforçar que, para além das entrevistas, estabeleci um ciclo regular de encontros e conversas com cada um dos meus interlocutores-chaves e, na medida em que me foi permitido, participei dos seus cotidianos nos locais onde exerciam suas atividades comerciais. Isso permitiu, em determinadas situações, adentrar as suas redes de relações sociais.

Às vezes, quando o fluxo de clientela era maior, me prontificava em ajudar no atendimento aos clientes, aproveitava para interagir tanto com o comerciante quanto com sua clientela. Ou seja, tive oportunidade de observar as dinâmicas cotidianas dos comerciantes nos espaços onde exercem suas atividades. Desse modo, captei, junto a meus interlocutores, elementos referentes às suas origens social e geográfica, histórias profissionais, práticas e estratégias cotidianas, percepções acerca do cotidiano, bem como coletei informações relacionadas às histórias dos espaços nos quais esses atores desenvolvem suas atividades. Durante as conversas e entrevistas com meus interlocutores, meu interesse esteve focado nas narrativas sobre os caminhos que percorreram durante as suas trajetórias profissionais.

As entrevistas foram realizadas nos pontos de venda dos comerciantes. Com o objetivo de garantir a captação das falas das entrevistadas, procedi à gravação sonora dos depoimentos. As transcrições foram efetuadas concomitantemente com a realização das entrevistas. Os discursos foram para os entrevistados um meio privilegiado de dar um sentido às suas experiências, uma ocasião de formularem, graças às palavras, os modos pelos quais atribuem um significado respeitante ao que viveram (SCHNAPPER, 2000, p. 89).

Estou ciente de que, ao centrar as entrevistas em uma categoria específica de comerciantes, provavelmente deixei de considerar outras categorias nesse universo do comércio de rua. Entretanto, gostaria de frisar que o fato de optar por trabalhar mais qualitativamente com esse pequeno grupo não me impediu de recolher depoimentos de outros comerciantes e moradores. Além disso, mais do que em indivíduos, o trabalho de campo de cunho etnográfico realizado assentou sobre o âmbito das relações sociais. Nessa relação, entraram em ação a personalidade e a biografia do investigador, os diálogos teóricos em vigência no momento, o contexto social mais amplo e, não menos, as situações imprevisíveis que fizeram ressoar, nessa experiência, as teorias aprendidas de outros povos e outros tempos (BEAUD; WEBER, 2007; PEIRANO, 2007).

A tese comporta três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, apresento uma contextualização sócio-histórica e espacial do Centro Antigo de Salvador. A análise está estruturada em dois momentos. Primeiramente, faço uma descrição da evolução urbana e das principais dinâmicas socioespaciais ocorridas nessa área da cidade, destacando os processos de reformas urbanas executadas a partir dos primeiros governos republicanos e o caráter segregacionista das concepções de urbanidade e modernidade que estavam na base dessas políticas públicas. A seguir, situo as atividades comerciais de rua dentro desse contexto e assinalo os impactos dessas transformações físicas e simbólicas no modo de ser e de estar dos indivíduos que exerciam essas atividades. Finalizo com uma breve discussão a respeito da pertinência das noções de “formal” e “informal” na análise da temática das atividades comerciais de rua.

No segundo capítulo, apresento uma descrição etnográfica detalhada do contexto empírico no qual se desenrolou o trabalho de campo. Descrevo os cenários, os circuitos, os atores, as interações sociais, as práticas de venda e as especificidades do cotidiano do comércio de rua na Avenida Sete e no Largo Dois de Julho.

No terceiro capítulo, baseado nas narrativas dos comerciantes contidas em entrevistas e anotações de campo, introduzo os cinco personagens e principais interlocutores que fizeram parte desta pesquisa e analiso elementos referentes às suas impressões e aos seus itinerários profissionais, às expectativas, experiências sociais e estratégias cotidianas utilizadas por eles para sobreviver. A partir dessa



discussão, busco ilustrar nexos entre as diferentes histórias pessoais de cada um e o contexto sócio-histórico no qual estão inseridos.

Nas considerações finais, realço os elementos mais relevantes abordados ao longo dos capítulos, retomando as discussões sobre permanências e mudanças.

# 1 O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR ENTRE TRADIÇÕES E MODERNIDADES

## 1.1 Entre Cantos, Quitandas e Camelódromos: evolução urbana do CAS

Salvador é uma cidade no limiar de cinco séculos de história, e uma das colonizações urbanas mais antigas da América Latina que, por séculos, serviu como centro de comércio e transporte de economias agrícolas baseadas em mão de obra escrava africana. Ela faz parte de um circuito que ligava Portugal, África e Brasil como partes integrantes de um sistema econômico, social e cultural, tecido em torno do Atlântico (MATTOSO, 1978; PANTOJA, 1999, 2011; ALENCASTRO, 2000; COSTA E SILVA, 2003, 2005; PINHO, 2004; SOUZA, 2005; SWEET, 2007; PANTOJA, 2011; GRAHAM, 2013).<sup>4</sup>

Como primeira capital do Brasil, e por cerca de dois séculos (1549-1763), Salvador albergou a sede do Governo Geral do Brasil, então colônia de Portugal. O núcleo mais antigo da cidade, designado neste trabalho por Centro Antigo de Salvador (CAS), constitui uma região importante para a memória histórica da cidade que reflete, ao mesmo tempo, as formas atuais da sua vida e do seu passado.

O CAS possui características geoespaciais que se aproximam do modelo colonial urbano português, que distinguia o território urbano em cidade baixa (popular, comercial e portuária) e cidade alta (aristocrática, intelectual e política). Essa configuração arquitetônica tem sido apontada como uma estratégia político-militar de defesa contra prováveis invasões provenientes do mar. Durante a colônia e até as primeiras décadas da República, a cidade alta era uma região reservada à elite e à administração.<sup>5</sup>

Numa breve descrição da paisagem de Salvador, cabe mencionar a existência de um conjunto significativo de igrejas, monumentos e casarões de reconhecido valor histórico. Nesse conjunto, o símbolo mais notório da cidade é a região denominada de Pelourinho (localizada no Centro Histórico de Salvador), marcada por estruturas coloniais. O Pelourinho foi considerado, até ao final do séc. XIX, como a principal área de expansão urbana da cidade naquela época, somente ao alcance de prósperos comerciantes, senhores de engenho, autoridades

---

<sup>4</sup> Até 1888, Salvador tinha a mão de obra escrava como importante componente da sociedade e da economia.

<sup>5</sup> Dessa forma, algumas cidades brasileiras tiveram afinidades com as suas congêneres de África e da Ásia, se considerarmos as origens comuns e o modelo de cidade atlântica de raiz portuguesa.

graduadas e dos detentores de altos postos da hierarquia eclesiástica. Isso se espelha pela abundância de riquezas retratadas na construção dos luxuosos casarões, solares, sobrados de diversos andares, igrejas coloniais e pelas dinâmicas da vida individual e social da época (MIRANDA; SANTOS, 2002; NETO, 2009).<sup>6</sup>

No início da República brasileira, Salvador tentava se livrar da cidade antiga e se criar como cidade moderna.<sup>7</sup> O projeto de inserção da cidade na modernidade teve, em seu primeiro momento, o desejo de mudar a antiga capital do Estado. Em um segundo momento, a cidade enfrentou esse conflito de viver a sua cotidianidade de cidade antiga e, ao mesmo tempo, abraçar a modernidade e as modernizações advindas do capitalismo (UZÊDA, 2009).

Ainda que as políticas de ordenação urbana remontem ao séc. XIX, serão os governos republicanos que lhe darão um cunho mais sistemático no Brasil. A primeira reforma urbana importante de Salvador se dá durante o governo de J. J. Seabra (1912-1916). Determinados autores caracterizam essa reforma como uma aventura saneadora que buscava aproximar a cidade de uma imagem europeia e, sobretudo, francesa.

Nessa proposta de intervenção do poder público sobre o espaço urbano, ruas e avenidas foram alargadas, normas de higienização foram reformuladas. No âmbito desse projeto de reforma urbana de 1916, surgiu e foi inaugurada a Avenida Sete de Setembro, que buscava conectar o Centro Antigo aos novos bairros que surgiam ao sul da cidade (FERREIRA FILHO, 1999; UZÊDA, 2009).

Desde então, essa área passou por outras mudanças significativas na sua paisagem urbana. Entre 1932 e 1945, destacaram-se os projetos da Prefeitura da cidade que priorizaram ações visando melhorar a sua circulação urbana. Tais ações previam calçamento, alargamento de ruas, construção de novas artérias, melhoramento das vias de acesso aos bairros proletários, reforma de antigos jardins e construção de novos jardins públicos (UZÊDA, 2009).

---

<sup>6</sup> A região do Centro Antigo de Salvador é uma área delimitada pela lei municipal nº 6.586 de 2004, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU). Nessa região, considera-se Centro Histórico de Salvador (CHS) o espaço tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1984 e reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1985. O CHS possui uma área de 0,8 km<sup>2</sup>, que se inicia próxima ao Mosteiro de São Bento e segue até o Forte Santo Antônio Além do Carmo.

<sup>7</sup> Nesse período, tratava-se de uma cidade recém-saída da escravidão e dominada pelo capital mercantil.

Após um longo período de estagnação econômica, e com o novo impulso de crescimento pela descoberta de petróleo, em 1949, dá-se uma nova dimensão à economia de Salvador e de todo Recôncavo na Bahia de Todos os Santos. A década de 1950 se caracteriza pelo elevado fluxo de migrações populacionais do interior do Estado para Salvador e pelo acelerado processo de industrialização em curso nesse período, dois fatores associados à sua forte expansão urbana. Nesse contexto, a cidade começa a atrair novos movimentos migratórios já não apenas do campo para cidade, mas também de regiões do sul e sudeste, gerando um amplo aceleração demográfica: sua população, de 290.400 habitantes em 1940, passou para mais do dobro em apenas duas décadas, alcançando um total de 655.700 em 1960 e saltando para um milhão em 1970. Em 2000, Salvador já tinha 2,5 milhões de habitantes em meados dos anos 2000 (GORDILHO, 2000; CARVALHO et al., 2002; HEINONEN, 2005; ESPINHEIRA; SOARES, 2006; AGIER, 2011).<sup>8</sup>

Durante esse processo, grandes avenidas são construídas, e outras surgem para aliviar congestionamentos e para expandir a estrutura urbana consolidada no topo dos morros. A estação rodoviária é deslocada para uma distância de 6 km do centro; uma via rápida de 17 km da rodoviária ao aeroporto, a Avenida Paralela, é construída; o Centro Administrativo do Estado é transferido para as margens dessa via rápida, e mais crucial para as atividades comerciais: o primeiro grande shopping center do Nordeste, o Shopping Iguatemi, é erguido em frente à Rodoviária, em 1975.

Essa nova área é intencionalmente desenvolvida e passa a operar como um novo centro da cidade. Em 1978, é inaugurado o Complexo Petroquímico de Camaçari, que vai atrair cada vez mais indústrias nacionais e internacionais. E o fluxo de trabalhadores que se deslocavam diariamente para Salvador não só consolidou novas rotas importantes, como ajudou na solidificação de bairros de classe média e média alta, a exemplo da Pituba e do Itaipava, redefinindo o desenho socioespacial da cidade (CARVALHO et al., 2002; GORDILHO, 2000, 2001; HEINONEN, 2005; PINHEIRO, 2008).

Assim, a população de alta renda, que antes habitava os bairros tradicionais do CAS, passou a abandoná-los e a ocupar outros espaços da cidade, como

---

<sup>8</sup> A partir desse período, Salvador passa a se constituir como a principal referência nordestina no movimento de ampliação do processo de industrialização moderno iniciado no centro-sul, com a instalação da Chéfs e da Petrobras (CARVALHO et al., 2002; HEINONEN, 2005; ESPINHEIRA; SOARES, 2006; AGIER, 2011).

Politeama, Campo Grande, Canela, Graça e, especialmente, o Corredor da Vitória. Já a população de baixa renda passou a habitar em velhas edificações e fez crescer a demanda por novas áreas residenciais, forçando a expansão da periferia urbana, então representada pelos fundos de vale não drenados e por outras áreas ainda não urbanizadas, particularmente nas encostas (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 83).

A partir dessas mudanças, desenha-se uma nova configuração urbana que passa a articular uma posição na estrutura social e a apropriação do espaço urbano, o que fez com que, em termos étnicos e raciais, a população da cidade estivesse desproporcionalmente distribuída. Nesse processo, a parcela da população branca se concentrou preferencialmente na região central de Salvador e na faixa da Orla Atlântica, onde se concentram mais oportunidades de trabalho, a maior parte dos equipamentos urbanos e os espaços residenciais privilegiados (CARVALHO; PEREIRA, 2008). De modo que,

Nesta trajetória de concentrações e desconcentrações temos uma perversa consolidação da segmentação do espaço urbano de Salvador, dividido-o aqui em “concentrações de territórios populares” e “concentrações de territórios abastados”. Desta forma, somam-se ao território abastado da cidade: os bairros tradicionais do Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória, Graça, assim como a maioria dos bairros que margeiam a Orla Atlântica da Cidade, Barra, Ondina, Rio Vermelho, Pituba, Itaigara, Alto do Itaigara, Caminho das Árvores, Costa Azul, Stiep etc. Territórios que poderíamos considerar como os da cidade formal, a cidade legal, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. Na outra face da moeda os “territórios populares”, compreendidos na maioria dos casos como os espaços pobres e informais da cidade, àqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanizações populares, são habitados em sua maioria por negros, pobres e desempregados, constituídos pelas áreas situadas ao norte, ao centro e ao oeste de Salvador, compreendidos através dos bairros: Mussurunga I, II, III, Parque São Cristóvão, Alto do Girassol, Raposo, Carobeira, Cassange, Nova Brasília de Itapuã, área oeste do bairro de Itapuã e entorno; Ilha da Maré, Valéria e proximidades; Subúrbio Ferroviário e seus vinte e dois bairros (aglomerado de Alagados, Novos Alagados, Conjunto Nova Primavera, Baixo de Coutos, Plataforma, Periperi etc.); Pau da Lima (Invasão Brasilgás, Beco do Bozó e etc.); Tancredo Neves, Cabula VI, Beiru, e outros e na região limítrofe do bairro da Liberdade. (ESPINHEIRA; SOARES, 2006, p. 4).

Essas reformas urbanas alteraram, ou colocara em causa, o anterior *status* do CAS enquanto espaço “nobre” da cidade. De modo que, aos poucos, esse espaço foi perdendo a sua funcionalidade e o seu interesse econômico. Assim, dinâmico

até o final da década de 1960, o Centro Antigo entrou em decadência a partir de 1970, em função da reestruturação urbana já mencionada, que provocou o deslocamento das principais atividades comerciais, de serviços e finanças para um novo espaço da cidade. O Pelourinho e as demais áreas do CAS começam então a receber parcela de migrantes, de habitantes de camadas sociais menos abastadas e com a pele mais escura, e vão sendo criados os bares populares, as boates alternativas, os lugares de prostituição. Devido ao estado de abandono pelo poder público, o CH entra num processo de degradação, de falta de saneamento e de empobrecimento de seus moradores. Os casarões antigos ganham feição envelhecida e descuidada, sendo ocupados, primeiro, por redutos de pequenos artesões e, posteriormente, por populações em situação de rua, usuários de craque, mendigos (MIRANDA; SANTOS, 2002).

Esse estado de degradação criou uma imagem do Centro Antigo associada às noções de “marginalidade” e “periculosidade”, de “gueto”, de ser uma “região-problema” (WACQUANT, 2005), o que contribuiu para reforçar seu estigma, situando-a na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infeccionam (MIRANDA; SANTOS, 2002; HEINONEN, 2005; AGIER, 2011).

Para reverter esse quadro de “abandono” e contrapor a tendência de reorientação dos investimentos para as novas áreas da cidade, nos anos 1980, houve um fortalecimento do movimento negro que se manteve presente no Centro Histórico de Salvador (CHS). Os afrodescendentes começaram a desenvolver atividades culturais e educativas, e fizeram florescer um movimento musical negro que, embora não se restringisse ao Pelourinho, tinha nele seu foco. Com isso, uma grande população dos bairros vizinhos e da periferia norte da cidade começa a ser atraída para o CHS.

O movimento ganharia projeção nacional e internacional, e concomitantemente, a partir de 1992, o Governo da Bahia começou uma reforma no CHS. O projeto de reforma, nos anos 1990, foi marcado pela modernização da infraestrutura com reforma de prédios, limpeza de fachadas e retirada de moradores com o intuito de atrair novos investimentos e um novo público para a área entre o Terreiro de Jesus e o Pelourinho. Área essa que foi transformada em um enclave de consumo e lazer, pautado no conceito de “shopping a céu aberto”. Atraídos por

incentivos financeiros e fiscais, um número considerável de estabelecimentos se instalou na região (MIRANDA; SANTOS, 2002).

A respeito dessas reformas no CH iniciadas na gestão de governo de Antônio Carlos Magalhães, determinados estudos têm chamado atenção para o fato de esse projeto ter alcançado resultados contraditórios. Para Cifelli e Peixoto (2012), tratou-se de um projeto que priorizou a valorização cultural e econômica da materialidade, expressa pelo patrimônio arquitetônico em detrimento do seu conteúdo social. Conteúdo esse representado pelo predomínio de uma população de baixa renda, excluída do bônus advindos da realização do plano de recuperação e alijada em grande parte do direito de exercer livremente as suas práticas sociais e de exibir a riqueza de suas expressões culturais.

Esse objetivo de converter o Pelourinho em polo de atração turística resulta de projetos que tiveram origem no final dos anos 1960 e que pretendiam combinar patrimônio, turismo e desenvolvimento territorial a partir da concretização do “Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho”, de 1969. Ou seja, em Salvador, tal como em muitos outros locais, ao mesmo tempo que, através do alargamento da malha urbana e da criação de novas centralidades e zonas mais nobres, se criam as condições para a localização de funções e de pessoas mais estigmatizadas no centro antigo, descobre-se a combinação patrimônio-turismo como elixir das políticas urbanas locais (CIFELLI; PEIXOTO, 2012, p. 39)

A ação do poder público, no sentido de mobilizar ou embelezar a cidade, afetava sobremodo os habitantes mais pobres e os que não viviam nas áreas privilegiadas da cidade. Tanto pelo efeito da desapropriação dos seus imóveis, chamados mocambos, como pela criação de obstáculos jurídicos a certas práticas sociais, que constituíam meios de obter o sustento das classes populares, a exemplo das atividades comerciais de rua (UZÊDA, 2009). Como observa Dunn,

A celebração de cultura negra em Salvador não significa avanços sociais políticos para a maioria negra, embora tenha disponibilizado avenidas de ascensão social e prosperidade econômica para um setor significativo de afrodescendentes que trabalham na indústria cultural. [...] a celebração da cultura negra tampouco tem mudado a postura do estado e seus órgãos repressivos, como as polícias militar e civil, que continuam a vitimizar as comunidades negras (DUNN, 2008, p. 139).<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Na perspectiva de Sansone, cultura negra pode ser definida como a específica subcultura de pessoas de origem africana dentro de um sistema social que enfatiza a cor, ou a descendência a

Essas evidências atestam o fato de o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifestar no espaço físico apropriado sob a forma de uma determinada relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a da distribuição dos bens ou dos serviços, privados e públicos. Nesse sentido, a posição do agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado, e pela posição relativa das localizações. Assim, é na relação entre a distribuição dos agentes e a dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 2008, p. 160-161).

Ainda no âmbito dessas reformas com vista à revitalização do CAS, na área que corresponde a Avenida Sete de Setembro (uma das principais vias comerciais do Centro Antigo) e adjacências (Largo Dois de Julho, Piedade, Relógio de São Pedro), inicia-se uma nova fase de desenvolvimento comercial. O auge desse processo foi a inauguração do Shopping Piedade na região estratégica próxima ao terminal Central de ônibus da Lapa (construído em 1983).<sup>10</sup> Em 1996, surge um segundo shopping, o Center Lapa. Em termos de estruturas comerciais, foram ainda criados dois outros grandes conjuntos de lojas, o Orixás Center e o Centro Comercial Fundação Politécnica (HEINONEN, 2005).

Essas ações, até certo ponto, contribuíram para que o CAS, ainda hoje, continue como detentor de uma “centralidade simbólica”. Ou seja, ele é, por excelência, o espaço público que é entendido como patrimônio coletivo dos habitantes da cidade (BOMFIM, 2010, p. 152). Esse processo de descentralização do Centro Antigo e de busca de novas centralidades revela que a concepção de centro e periferia está em constante deslocamento. Não só o centro em seu sentido físico se desloca permanentemente, mas também o centro do poder ideológico. Nesse processo, os territórios *des-marcam-se*, permanentemente, do centro para a periferia e vice-versa. Nesse sentido, entendo que centro e periferia podem significar categorias que se mantêm não em seu sentido estrito, mas dialético, sintético e sincrético (SILVA, 2011).

Portanto, essas mudanças socioespaciais e de reordenamento urbano, sugerem leituras distintas daquelas que historicamente informaram o olhar das

---

partir da cor, como um importante critério de diferenciação ou de segregação das pessoas (SANSONE, 2002, p. 250-251).

<sup>10</sup> Trata-se de um equipamento de transbordo que oferece transporte do centro aos bairros de Salvador e à sua região metropolitana.



Ciências Sociais sobre o urbano e que, regra geral, tinha como pano de fundo a oposição rural versus urbano, privilegiando determinados processos como, por exemplo, o crescimento industrial e seus efeitos sociodemográficos (OLIVEN, 2002). Ao contrário dessa perspectiva, entendo a cidade enquanto território que condiciona múltiplas experiências pessoais e coletivas. Na medida em que, sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas (MATOS, 2002, p. 35).

Tendo apresentado esse breve panorama das transformações socioespaciais ocorridas no CAS, cabe agora discorrer sobre a evolução, as características e o cotidiano do comércio de rua nessa área da cidade e, posteriormente, analisar os impactos dessas transformações urbanas nas configurações das atividades comerciais de rua presentes no Centro Antigo.

Em Salvador, as feiras-livres e o comércio de rua existem desde os primórdios. As referências à presença do comércio no seu cotidiano urbano incluem as descrições históricas sobre as ocupações de rua feitas à beira do cais e a venda a retalho de toda a sorte de gêneros e mantimentos nas ruas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nessas alusões, as denominadas “atividades de ganho” são apresentadas como uma característica da escravidão urbana, tendo sido desempenhadas principalmente por mulheres e homens negros para garantir a sua sobrevivência e para amealhar algumas poupanças. As pequenas atividades de venda eram um dos setores mais lucrativos dentro do conjunto das atividades comerciais e ocupações de rua (MATTOSO, 1978; DIAS, 1984; SOARES, 1996; GRAHAM, 2013).

Entre os comerciantes de rua, como ilustrado nas **Figuras 1 e 2**, as mulheres estavam concentradas na venda de frutas, iguarias e outros alimentos (como angu, mingau, mungunzá, milho assado, acarajé, banha de porco, mocotós, efós, carurus) com os quais abasteciam a massa de habitantes com comidas baratas vendidas nas ruas ou em pequenas bancas, ou ainda prestando todo tipo de serviço doméstico. Para além do comércio itinerante, também se dedicavam à venda em pequenos estabelecimentos improvisados designados por quitandas. De modo geral, na

quitanda, vendia-se desde a talha de barro e potes, até coentro, hortelã e demais tipos de tempero, além de doces e acarajé (BORGES, 2008, p. 104).<sup>11</sup>



Figura 1 – Comércio de rua na Praça Castro Alves – Salvador, BA, c. 1875. Fonte: Marc Ferrez – Acervo Instituto Moreira Salles.

Figura 2 – Vendedora de bananas no início do séc. XX. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Salvador (2000).

Os homens, por sua vez, empenhavam-se em atividades como o carregamento de pessoas em cadeiras de arruar, o transporte de mercadorias e serviços de sapataria, carpintaria, alfaiataria, marcenaria, etc. (MATTOSO, 1978; SOARES, 1996; FERREIRA FILHO, 1994; REIS, 2000; DURÃES, 2004; PAIM, 2005; GRAHAM, 2013).

Como se pode depreender das **Figuras 3 e 4**, o transporte de mercadorias e de pessoas por parte da população negra constituía um traço marcante do período escravista e colonial, símbolo do lugar subalterno que ocupavam os escravos e afrodescendentes na estrutura social da época.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> A palavra “quitanda” é um aportuguesamento do termo Kitânda, que deriva da língua kimbundu, uma das nove línguas africanas faladas em Angola. Originalmente, a palavra faz alusão a espaços de comércio como feiras-livres e pequena barraca de negócios (RIBAS, 1989). No contexto brasileiro, a palavra manteve seu significado de origem, ponto de venda. Encontramos os seguintes significados: loja ou local onde se faz comércio; pequena mercearia, tenda; lojinha ambulante; tabuleiro com gêneros e mercadorias dos vendedores ambulantes; pequeno estabelecimento onde se vendem frutas, legumes, ovos, cereais, etc.; mercadinho; biscoitos, bolos e doces expostos em tabuleiro (FERREIRA, 2009, p. 1683). A esse respeito e reportando-se às trocas que se deram entre essas duas margens do Atlântico, Pantoja refere que antes de aportarem no Brasil, as “quitandas” eram um fenômeno tipicamente africano, espalhados por todo o continente. Ao atravessarem o Atlântico a bordo dos navios negreiros sofreram modificações (cf. Pantoja 2008,p. 1-3).

<sup>12</sup> Na perspectiva de Sérgio Costa (2006, p. 118-120), considero o colonial como um processo que vai além do colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais.

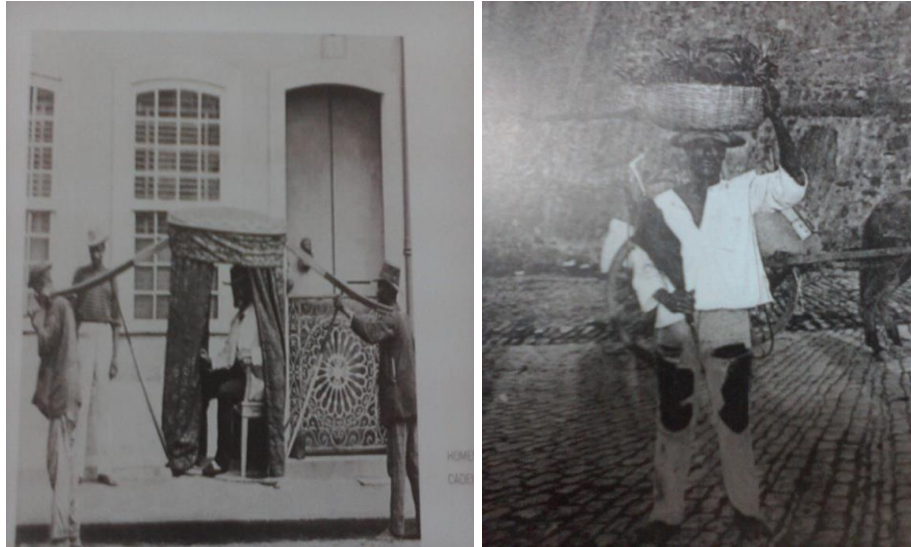


Figura 3 – Ganhadores transportando “senhor” em cadeira de arruar. Fonte: Sampaio (2005). Figura 4 – Ganhador na Ladeira da Montanha nos finais do século XIX. Fonte: Sampaio (2005, p.101).

Esta significativa presença da força de trabalho negra nas ruas da cidade de Salvador atiçou desde cedo a curiosidade de turistas e demais visitantes, originando ora gravuras e relatos pitorescos, ora comentários sobre o cotidiano do trabalho de africanos e seus descendentes nas ruas da cidade. Em determinados relatos, a cidade é “ironicamente” confundida com uma capital africana. A título de exemplo, o alemão Robert Christian Berthold Avé-Lallemant, de visita à cidade na segunda metade do século XIX, se surpreendeu com essa “África fora do lugar”. E disse, com ironia, que:

Se não soubesse que ela [a Bahia] ficasse no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação por uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros (AVE-LALLEMANT, 1980 [1860] apud VERGER, 1981, p. 21-22).

Mesmo depois da abolição, assim como durante a vigência da República, a venda ambulante ou de tabuleiro, exercida por comerciantes que percorriam as ruas da cidade com seus produtos, ainda constituía a atividade predominante entre os afro-brasileiros, na medida em que lhes garantia certo grau de independência. Esses trabalhadores de rua viviam uma relação íntima com a dinâmica da cidade. Nada escapava aos seus olhos e, principalmente, aos seus ouvidos. Eles eram, dentre outros, os que contavam, de boca a boca, as novidades que se passavam na

cidade, prática que em Salvador costuma se chamar de ‘correio nagô’ (MATTOSO, 1978; SANTOS, 2013).

Devido a esse relativo grau de liberdade de movimento, esses atores que tinham a rua como lugar de trabalho eram vistos como elementos perigosos, tornando-se, por isso, alvos de posturas e leis repressivas.<sup>13</sup> (REIS, 2000; MATTOS, 2008).<sup>14</sup>

Dessa forma, a rua, já anterior e constantemente desprestigiada por encarnar a metáfora de todos os vícios, transformou-se no lugar dos excluídos. Escravos de ganho, libertos, pobres, mendigos, prostitutas, ladrões e vagabundos faziam do espaço da rua, sujeito à intervenção das autoridades, um caso de polícia, uma vez que a preocupação básica dos poderes públicos era punir os considerados infratores que nela se encontravam. Desenha-se, nesse contexto, então, um espaço urbano, no qual as hierarquias sociais foram se sedimentando: pobres e pretos, homens e mulheres, livres, libertos e cativos, mendigos e vadios, vão se reconhecendo e se diferenciando mutuamente, através de uma complexa teia de distinções e diferenciações que regulava a gramática urbana (FERREIRA FILHO, 1993, p. 239).

Durante a vigência da República, a crítica às formas de comércio de rua e de modo particular à venda de comida na rua trazia implícita a associação dessas formas de comércio ou venda de rua com a escravidão ou com costumes considerados tipicamente “africanos”. A associação dessas atividades com o passado africano as marcava como signos de desprestígio social. Assim, elas foram, repetidamente, acusadas de contribuir para enfeiar a cidade ou colaborar para permanência de hábitos considerados incivilizados e que travavam o advento da modernidade.<sup>15</sup> Consuelo Sampaio descreve os aspectos contraditórios causados por esses ideais modernizadores:

---

<sup>13</sup> Essas perseguições se estendiam aos Candomblés, aos sambas e à prática da capoeira. Observa Reis que o maior projeto do poder público era o de disciplinar o negro no espaço público, tanto no seu trabalho como em suas formas de lazer. Fossem escravos ou libertos, deviam ser bem vigiados. Vigiados em sua ocupação ostensiva da rua, quer carregando ou vendendo mercadorias, quer fazendo batuques, jogando capoeira ou só vadiando (cf. REIS, 1993, p. 8).

<sup>14</sup> De acordo com dados apresentados por Reis (2000, 2008), entre 1857 a 1888, as autoridades baianas continuaram pressionando “os vendedores de ganho” com tentativas de limitar sua liberdade de trabalho, além da imposição de pagamento de taxas, o que gerou protestos dos trabalhadores. Numa dessas investidas, o poder público decretou que os trabalhadores dos “cantos” deixassem de ser controlados pelas autoridades municipais e passassem a ser supervisionados diretamente pela polícia.

<sup>15</sup> É importante lembrar que as tentativas de regulamentação do comércio e das profissões, para além de visarem inibir essas atividades na cidade, buscavam a viabilização da cobrança de impostos.

É preciso lembrar que as transformações em processo na cidade, no sentido de torná-la mais ampla, limpa, saudável e funcional, atendiam a uma demanda premente da elite política e empresarial, que desejava pôr em prática ansiado projeto de modernizar, à semelhança do vigente na Europa. Era preciso que a Bahia se civilizasse, que a grande maioria da população, na qual predominavam os negros, mulatos e brancos pobres, mudasse seus hábitos, considerados primitivos, e abandonasse valores tradicionais arraigados em seu cotidiano. Os choques seriam inevitáveis, nesse processo de modernização excludente, desenvolvido de cima para baixo, com total despreocupação e desprezo pelos que compunham as camadas inferiores da sociedade (SAMPAIO, 2005, p. 85).

Uzêda (2009), nos reportando para um período anterior, a década de 1940, reproduz as representações da imprensa da época acerca do comércio de rua e de seus atores:

A cidade vai cada vez mais apresentando um aspecto que não recomenda bem, deprimindo-a ao particular da vendagem de frutas, doces, amendoins e bugigangas (por determinada classe de pequenos comerciantes). A cada passo e a qualquer momento pelas esquinas de ruas movimentadas, veem-se principalmente, mulheres, e estas, às vezes, em trapos a mercadejar em grandes tabuleiros, atravancando o trânsito, no exercício de uma prática que deveria estar inteiramente fora de época. Por isso mesmo, desabamos para uma situação não muito decente, as visitas de forasteiros atraídos pela propaganda do turismo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, jul. 1941 apud UZÊDA, 2009, p. 608).

Comerciantes de rua costumaram ser responsabilizados por causar problemas urbanos, tais como o tumulto das vias e a desordem, a sujeira e a degradação dos espaços nos quais transitavam e vendiam. Em suas análises sobre essa temática e reportando-se às décadas de 1950 e 1960, Carla Santos (2010) aponta que, apesar dos reforços de regulamentação institucional da atividade, verificados nesses períodos, percebe-se, ao mesmo tempo, a permanência de representações tradicionais sobre os comerciantes que predominavam no século XIX. Considerados como “vândalos e selvagens” ou como personagens impróprias à ordem da cidade “civilizada”, eles deveriam ser tratados com repressão pela fiscalização municipal. A título ilustrativo, transcrevo uma das notícias analisadas pela autora:

[...] assustados, sempre prontos para correrem do rapa a qualquer momento, comerciantes marginais, semianalfabetos e portanto pertencentes a um grupo cuja mão de obra é desqualificada, os camelôs crescem a cada dia em nossa Cidade e agora estão alarmados com a notícia de que deveriam sair dos locais de maior concentração de pedestres para comercializarem em locais previamente estabelecidos pela Prefeitura. Em sua maioria, os camelôs são pessoas que nunca tiveram emprego e não têm profissão, mas que, como todo ser humano, precisa sobreviver. Uma pequena minoria é composta de pessoas “encostadas” no INPS. Como a pensão é pequena, precisam arrumar “um bico” para ajudar. Já os que têm barracas, que chegam a dar impressão de uma feira numa Cidade atrasada do Interior, não pensam assim e acreditam que tudo o que há “é um preconceito”. “Todos nós já sabemos que camelô vive de teimoso, mas é melhor do que roubar”, sentenciam. Até um certo tempo, o camelô vendia apenas “miudezas”: pó de arroz, batom, rouge, talco, brilhantinas, óleos, presilhas, pentes, carteiras de cédulas, meias e grampos para cabelos. Agora, só faltam vender eletrodomésticos e móveis. (PREFEITURA..., 1975 apud SANTOS, C., 2010, p. 147).

Pelo acima exposto, pode-se assinalar que a concepção de modernidade que tem orientado essas reformas urbanas, assim como as de urbanidade, considerava o abandono da tradição como condição para que a sociedade baiana pudesse entrar na modernidade. Trata-se de um entendimento de modernidade que se insinua como contrastante da tradição, e que ganha forma e substância justamente a partir dessa oposição (MACAMO, 2014). Daí que, nessa perspectiva, o abandono das tradições, espelhadas nos hábitos e costumes de origem africana, foi visto como imprescindível para que a sociedade baiana se modernizasse.

A construção de lugares padronizados tem sido uma das estratégias encontradas pelo poder público para controlar e regulamentar as atividades comerciais de rua no centro de Salvador. Essas ações têm sido desenvolvidas no sentido de, a curto e médio prazo, liquidar os focos de comércio de rua ou submetê-los ao controle da municipalidade.

Assim, tornou-se fundamental, dentro da construção do urbanismo progressista, disciplinar e controlar os locais que não obedecem às regras e estejam completamente sob o domínio popular. Os espaços de comércio, que antes estavam sob o controle popular, agora passaram a ser controlados e disciplinados pelos interesses do mercado e os do poder público municipal (UZÊDA, 2006, p. 216-217).

A criação de locais padronizados para albergar comerciantes de rua segue sendo uma estratégia usada pelo poder público para “disciplinar” esses espaços nos

dias de hoje. Novos projetos de realocação dos comerciantes no Centro Antigo têm sido executados. Entre eles, cabe destacar os projetos que preveem a reestruturação e reintegração dos comerciantes em camelódromos temáticos em função do tipo de produto comercializado, a troca de pavimento das ruas, iluminação, paisagismo, barracas padronizadas e coleta regular de lixo. O grupo de comerciantes licenciados é o único beneficiado dessas novas estruturas, os demais grupos têm sido forçados a abandonar o local, já que um dos propósitos desse projeto seria o de devolver as calçadas aos pedestres e reorganizar, desse modo, o comércio de rua na região.

Assim, conforme sugerido por Santana (2008), qualquer caminho possível de interpretação da dinâmica das ruas da cidade de Salvador deve levar em conta, além das estratégias de sobrevivência, as relações de poder e de laços de solidariedade entre os sujeitos que compartilhavam o mesmo desejo de ascensão econômica e social. Além disso, é importante perceber como as populações negras ocuparam e singularizaram os espaços da cidade, a partir da observação dos locais onde aconteciam os sambas, das ruas que circulavam, das tabernas e dos botequins que frequentavam e dos seus locais de trabalho. Cabe, sobretudo, elucidar territorialidades, itinerários e os conflitos oriundos desde convívio com outros grupos que lhes impunham restrições de mobilidade social (SANTANA, 2008).

## **1.2. Territorialidades e Resistências**

Aqui me interessa desenvolver em maior profundidade a noção de territorialidade negra, já enunciada na introdução. Esse conceito tem sido usado precisamente para sinalizar os modos como as populações negras relacionadas ao “mundo das ruas”, ao longo da história da cidade, ocuparam os espaços da cidade de Salvador e os tornara singularizar. Para Mattos (2008), um dos autores que analisou a forte presença dos trabalhadores nas ruas e as diversas formas de resistências dessa população em Salvador no decorrer do século XIX, a noção de “territorialização” pode ser descrita como:

O processo relacional que define espaços e identidades permite transcender os limites do dado físico apenas, passando a referenciar-

se, sobretudo, nas formas como grupos humanos específicos singularizaram prática e simbolicamente, portanto culturalmente, a ocupação de um espaço físico, ao mesmo tempo em que constroem o seu significado histórico-social [...] (MATTOS, 2008, p. 38).

Se entendida na perspectiva de Mattos (2008), a ideia de territorialidade pode contribuir para problematizar o modo como, ao longo de diferentes momentos históricos, as ações empreendidas por essa parcela da população contribuiu para forjar a cidade. Se se considerar o fato de que a forte e expressiva presença da população negra deixou marcas em atividades e ocupações de rua, pode-se concluir que ela teve influência decisiva sobre hábitos, sinais e símbolos locais. Assim, cabe reafirmar que essa população contribuiu na formação e no desenvolvimento da Bahia, não apenas com seu esforço muscular, mas também com a sua cultura.<sup>16</sup> Já que, quer no setor religioso, quer no setor musical, quer no linguístico, quer no da imaginação, imprimiram, de forma bem vigorosa, o cunho de sua presença. (RIBAS, 2002; GRAHAM, 2013).<sup>17</sup> Daí que, para Mattos território negro pode ser entendido como um espaço social engendrado pelas práticas negras de luta e sobrevivência que singularizaram a cidade do ponto de vista cultural e sobretudo do ponto de vista político (2008, p.39).

A ideia de territorialidade sugere uma implícita associação com o conceito de relações de poder, na medida em que território pode ser entendido como a parcela de um terreno utilizada como meio de controle social sobre outrem e, conseqüentemente, de domínio e apropriação. Por meio desse controle é possível a imposição das regras de acesso, de circulação e a normatização de usos, de

---

<sup>16</sup> Como legado dessas influências, Salvador segue sendo uma cidade com uma forte e expressiva cultura negra. A celebração dessa herança cultural africana têm resultado no seu reconhecimento enquanto espaço de produção cultural e investida de importância simbólica dentro do contexto brasileiro. O Candomblé, os ritmos musicais, a capoeira e a culinária do dendê têm sido apontados como os principais exemplos de expressões culturais de origem africana reelaborados em solo baiano e que têm servido para caracterizar a Bahia como “negra” e “africana” (PINHO, 2004; DUNN, 2008). Outro foco é o adotado por Hita (2014) que reconhece a presença desse legado na forma de organização familiar de muitos lares “pobres” baianos.

<sup>17</sup> Esforços importantes têm sido desenvolvidos por estudiosos no sentido de resgatar “outras histórias” sobre mulheres e homens negros no período escravista, colonial e pós-abolição, nos quais homens e mulheres negros intervêm como agentes. Ainda que reconheçam a importância das condições estruturais, esses estudos geralmente focalizam a “agência” dos escravos e dos negros livres e sua capacidade de agir contra as forças estruturais e humanas que os oprimiam. Esses trabalhos partem da concepção de que a história é produto da interação, em constante evolução, entre as restrições estruturais e o pensamento, a vontade e a ação humana. Trata-se de um esforço para explorar os dois lados do relacionamento entre a estrutura no nível macro e a ação humana no nível micro e, sobretudo, as interações entre as duas, estrutura e ação humana (cf. SLENES, 1999; ANDREWS, 2007; MATTOS, 2008; FRAGA FILHO, 2004; M' BOKOLO, 2011; MACHADO; GOMES, 2010; SCOTT, 2011).



atitudes e comportamentos sobre esse espaço (GOMES, 2002; CIFELLI; PEIXOTO, 2012). É em certo sentido, o que afirma Souza, segundo Trindade Jr. (1998), quando pontua que,

Entendidos como mediação entre a relação dos agentes e o espaço, os territórios configurados no interior do espaço urbano registram ações que o controlam, garantindo a espacialidade dos interesses de um ou de vários agentes. Assim, quando se menciona a existência de territórios na cidade, fala-se de frações do urbano, explícita ou implicitamente demarcadas e controladas por determinadas ações, produtos da correlação de forças ou de diferenças que se estabelecem para com outros agentes. Mais que espaços concretos, que são, na verdade substratos materiais das territorialidades, os territórios são, antes, relações sociais projetadas no espaço, configurando-se como espaços definidos e delimitados por relações de poder, ou em outros termos, como relações de poder espacialmente delimitadas que operam sobre um substrato referencial (SOUZA, 1995 apud TRINDADE Jr., 1998, p. 34).

Com efeito, a noção de territórios faz referência à sobrevivência necessária de espaços de autorrealização de sujeitos identificados por práticas similares. Esse conceito de territorialidade dialoga com outro já explicitado no início deste trabalho, o de resistência. O território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. O controle de uma área, como um meio de submeter coisas e/ou pessoas, pode ser feito de maneiras diversas, explícita ou implicitamente presentes na organização espacial.

Para contornar os mecanismos de controle, de acordo com a noção de resistência de James Scott (2011), grupos ou parcelas da população relativamente desprovidas de poder podem lançar mão de uma série de práticas, muitas vezes ocultas e dissimuladas de resistir, mediante uma variedade de ações.

Essas formas cotidianas de resistência vão desde a utilização de relutância, dissimulação e falsa submissão, a pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, etc. Na visão de Scott (2011), esses têm sido mecanismos de resistência usados pela maioria das classes subalternas que tiveram historicamente escassas possibilidades de ascender socialmente. Nesse sentido, a resistência cotidiana não é aberta, é muitas vezes dissimulada e, em grande medida, preocupada com possibilidade de conquistas e pequenas vantagens imediatas, na medida em que são influenciadas tanto pelas formas existentes de controle do trabalho quanto pelo medo de crenças a respeito

da severidade da retaliação de que seriam vítimas se o enfrentamento fosse mais aberto (SCOTT, 2011, p. 223-225).

Nesse contexto marcado por relações hierárquicas e desiguais de poder, forja-se a construção social de identidades de resistência, entendidas, desde Scott, como aquelas criadas por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Essas identidades constroem trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições e os grupos dominantes da sociedade (CASTELLS, 1999; SCOTT, 2011).

Transporto essas noções de territorialidade e de resistências para analisar o comércio de rua de Salvador. Observo como a permanência de práticas socioculturais e as maneiras de fazer das populações negras na cidade tendem, frequentemente, para o estabelecimento de uma relação de conflito e de alteridade do que para uma relação harmônica entre os diversos grupos sociais que coexistem na sociedade soteropolitana, nesse caso particular, entre os atores sociais que trabalham nas ruas e o poder público. Analisado nessa perspectiva, territorialidade negra aproxima experiências sociais de indivíduos que, de certa maneira, se encontram em situação social análoga. Assim, estar, trabalhar ou habitar a rua passa, também, a fazer parte da identidade social desses indivíduos.

Entretanto, apesar dessa pretensão do poder público em punir e disciplinar essas práticas do cotidiano dos espaços públicos da cidade, isso afetou, mas não significou o fim do comércio de mercadorias na rua. Ele continuou presente no cenário urbano de Salvador e nem sempre seguindo as regulamentações traçadas pela Prefeitura. Pelo que se conclui que a chamada “informalidade” das relações de trabalho chega a ser um traço histórico fundamental na estruturação do mercado de trabalho em Salvador (SANTOS, 2001; BRAGA, 2002).

Variados argumentos têm sido apresentados sobre a continuidade dessas práticas comerciais no contexto de Salvador. Para Ferreira Filho (2003), que analisou as condições sociais das populações da cidade entre os anos 1890 e 1940, a perpetuação de velhas práticas de trabalho e renda por parte da parcela da população se deve a: fatores relacionados às restrições do mercado formal de ocupação; pobreza urbana, resultante das exclusões e restrições econômicas da falida economia agroexportadora do Estado, aliada ao caráter artificial do projeto de

reformas urbanas. De acordo com constatações desse autor, no período histórico em referência:

[...] Salvador contava com um mercado de trabalho extremamente restrito, o que contribuiu para que as alternativas de sobrevivência na cidade continuassem a reproduzir aquelas viabilizadas pela ordem senhorial-escravista. Com agravante de se contar com um fraco poder econômico, fruto do baixo poder aquisitivo da população [...]. A força da tradição, materializada na permanência de um imaginário ainda muito condicionado pelas relações senhoriais escravistas, parecia andar na contramão das intenções reformadoras. Ao mesmo tempo, a remodelação urbana da antiga capital, defendida com unhas e dentes por parcela significativa da elite culta, era um esforço que exigia vultosos investimentos. Todos esses obstáculos deram ao projeto de modernização da sociedade baiana um caráter particular, além de produzir muita irritação aos que o advogavam (FERREIRA FILHO, 2003, p. 24-25).

A respeito dessa débil estrutura do mercado de trabalho apontada por Ferreira Filho (2003), Barreto (2003) assinala que a formalização ou institucionalização do mercado e trabalho no Brasil e na Bahia só se dá no século XX, nas décadas de 40 e 50. O que se pode observar, afirma o autor, é que havia um conjunto de atividades que reunia uma gama de vendedores ambulantes, carregadores e prestadores de serviços dos mais diversos tipos. Trabalhadores que deixaram uma marca na história e na composição cultural e econômica da cidade, sendo possível observar até hoje resquícios e sobrevivências claras dessas atividades em suas ruas. Conclui o autor que o que hoje se chama de trabalhador ambulante ou camelô, nessa cidade, é uma herança histórica de atividades antigas e tradicionais de uma Salvador antiga (BARRETO, 2003).

### **1.3 Do “Informal” à Informalidade: alguns elementos para debate**

Se, no início, precisei me aproximar e me apropriar parcialmente de termos como trabalho e setor informal, agora tecerei algumas críticas a certas linhas de pesquisa que têm sido as dominantes sobre o tema. Alguns estudos, sobretudo os desenvolvidos na década de 1970, procuraram descrever e explicar os desequilíbrios estruturais causados pela urbanização na África, no decorrer da transição da democracia social para o neoliberalismo.

Entretanto, durante várias décadas, muitas dessas abordagens usaram deliberadamente o rótulo “setor informal” para se referir a práticas de trabalho constatadas nos espaços urbanos dos então chamados países do “terceiro mundo”.<sup>18</sup> Percebe-se, nessa abordagem inicial, uma pretensão de demarcar as formas de organização da produção e de inserção no mercado de trabalho que não correspondiam à estrutura das empresas e relações trabalhistas predominantes nas economias centrais.

Nesse período, a atenção dos especialistas concentrou-se no chamado “*desemprego urbano*”, cada vez mais acentuado pela migração de populações das áreas rurais para centros urbanos, e na fraca capacidade de absorção dessa força de trabalho pelos mercados de trabalho locais. Daí a ideia, por um lado, do setor informal enquanto ocupado por analfabetos ou trabalhadores com pouca escolaridade. E por outro, a ideia vinculada de “setor informal” enquanto sinônimo de ausência de regulamentação ou de sonegação de taxas tributárias. Essas ideias influenciaram o olhar “institucional” sobre essas atividades.

Esses estudos vão constituir o primeiro momento da construção teórica sobre empregabilidade e informalidade no mercado de trabalho. A conceituação apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi o do famoso postulado do dualismo transitório associado a uma ideia de evolução progressiva que se move do tradicional ao moderno, um marco teórico e o conceito que dominou esse período. Esse postulado encara o desenvolvimento econômico como uma transição entre uma economia-sociedade tradicional (arcaica ou rural) e uma economia-sociedade moderna (urbano-industrial). De acordo com o referido modelo, existia o postulado de uma transitoriedade na passagem nessa condição dual de uma a outra: da informal a formal. Nesse sentido, reverter esse caráter dual seria uma questão de tempo e, em última instância, um caminho inexorável.<sup>19</sup>

Com o desenvolvimento dos estudos sobre o tema, a perspectiva apresentada pela economia, predominante nas primeiras abordagens, começou a ser relativizada, dando lugar a uma maior ênfase às especificidades socioantropológicas do fenômeno nos contextos locais. Isso, conseqüentemente,

---

<sup>18</sup> A autoria do termo é atribuída ao antropólogo Keith Hart que, em 1971, cunhou o termo “setor informal” para descrever o tipo de inserção dos imigrantes rurais do norte do Gana nas cidades do sul desse país.

<sup>19</sup> Quatro perspectivas teóricas marcaram os estudos em relação a economia informal nos países em desenvolvimento: dualista, estruturalista, legalista, voluntarista. Para um aprofundamento dessa temática ver Hart (1973); Alves (2001); Martins (2003).

ampliou o debate sobre o que significaria essa chamada “informalidade”, e a suposta dualidade formal/informal começou a ser posta em causa.

Adair (1997) argumenta que, para além da informalidade que atravessa o trabalho no “setor formal”, as atividades económicas do tipo formal e as de tipo informal interligam-se e articulam-se na prática. Na medida em que, entre o setor dominante e o sector informal, existem relações de conflito, mas também de complementaridade e de exploração.

Apesar de não haver unanimidade entre os autores sobre a conceituação das atividades tidas como informais, existe na literatura certo consenso de que devem ser entendidas como uma forma de organização dinâmica que se insere e se molda aos movimentos da produção capitalista continuamente deslocado e recriado, tornando-se flexível e permeável, e adaptando-se as condições gerais da economia.

Desde aqui, a informalidade permearia todos os aspectos do funcionamento da sociedade. Desse modo, o informal refere-se também ao comportamento dos atores, aos procedimentos ou aos resultados de processos, sejam os atores formais ou informais (SOUZA, 1980; CACCIAMAL, 1983 apud BRAGA, 2002, p. 29; LAGUERRE, 1994 apud LOPES, 2006). Na visão de Laguerre (1994) segundo Lopes (2006), a informalidade pode ser entendida como:

[...] um processo que não se restringe apenas à dimensão económica, estando presente em todos os aspectos do funcionamento da sociedade, nomeadamente no plano das relações sociais, no quadro dos sistemas de comunicação, no âmbito da tomada de decisão, refere-se antes de mais nada ao comportamento intencional dos atores sociais e é indissociável da existência do subsistema formal, pelo que é regulada, em relação ao qual exerce também um papel regulador e com quem mantém fronteiras fluidas, flexíveis, muitas vezes dificilmente definíveis (LAGUERRE, 1994 apud LOPES, 2004).

A década de 90, a ideia de informalidade é redefinida, deixando de ser concebida apenas como um espaço alternativo ao assalariamento e passando a ser relacionado à esfera da reprodução social e aos conflitos de legitimidade, associados às próprias condições de trabalho. A partir deste marco, a concepção de informalidade passa a substituir a de setor informal. Informalidade se afigura como um conceito bem mais amplo e que pode abarcar situações diversas. Por abarcar uma grande diversidade de situações, podendo ser identificada como uma

combinação de atividades informais tradicionais com novas formas de trabalho sem contrato de trabalho formalizado (ALVES, 2001, p.100).

Ao contrário das previsões iniciais, a economia informal tem continuado a crescer e toma novas formas constituindo parte significativa da economia global e da força de trabalho. Isso tem renovado o interessante por essa temática em vários países aumentando o reconhecimento de que ela está ligada à economia formal e contribui para economia como um todo.

A relevância que as atividades decorrentes da economia informal tem vindo a adquirir sob os pontos de vista social, cultural, econômico e político, quer nos chamados países em desenvolvimento, quer nas sociedades ditas desenvolvidas, tem permitido a emergência de novas formas de abordar o tema. Tanto é assim que o discurso segundo o qual a economia informal é algo a eliminar, pela sua natureza ilegal, começa a ser substituído por outro, que alimenta a possibilidade de legitimar, integrar e enquadrar a economia informal no ordenamento jurídico-legal, devido a dois fatores: por se instituir como elemento de combate à pobreza e à exclusão social, e por contribuir para a diminuição dos mecanismos de intervenção do Estado-Providência (MENEZES, 2008 apud BARROQUEIRO, 2010, p. 22-23).

Dessa forma, tem se apontado para a emergência de uma nova informalidade. Esse conceito tem sido usado para salientar as mudanças ocorridas no trabalho informal, que não permitem mais identificá-lo apenas com as atividades de sobrevivência e/ou com pequenos negócios de baixa produtividade, ocorrendo às margens da economia formal, considerada como tipicamente capitalista. Eles chamam a atenção para a crescente articulação das atividades informais com processos produtivos desenvolvidos na formalidade, para a criação de novos produtos e de novas atividades econômicas informais, bem como para a entrada crescente na informalidade de novos trabalhadores: tanto os detentores de trajetórias profissionais constituídas nas atividades formais, como os autônomos que trabalham para as empresas formais. Além disso, salientam a recriação ou redefinição de outras atividades anteriores existentes, como, por exemplo, a dos ambulantes ou camelôs (ARAÚJO, 2013).

Os elementos extraídos da literatura e em minhas próprias análises constataam uma relevância das atividades comerciais informais no atual contexto socioeconômico brasileiro e baiano em particular. Assim, presumo que, para além de analisar os processos sócio-históricos que impulsionam essas atividades, torna-se

necessário ressaltar que, atualmente, essas formas de trabalho e de reinvenção de estratégias de sobrevivência são impulsionadas por fenômenos como globalização, transformações do mercado de trabalho a nível local, nacional e global. O que torna pertinente a sua importância no debate contemporâneo, sendo colocado no centro dos questionamentos ao “paradigma” do trabalho assalariado e das reflexões sobre fenômenos como: integração social, formas de desigualdades, discriminação étnico-racial e “exclusão social”.

Não pretendo me aprofundar nessa discussão teórica ou me filiar especificamente a uma dessas posições, e sim assinalar a forma como esse conjunto de atividades tem sido pensado no campo dos estudos laborais. No contexto brasileiro, essas atividades têm sido designadas, no caso que nos interessa, como economia informal. Os trabalhadores informais tradicionais são comumente chamados por “ambulantes” e “camelôs”.

Para Martins e Dombrowski (2001, p. 43), os comerciantes de rua ou, segundo a denominação que utilizam, os “ambulantes” e “camelôs”, são trabalhadores que exercem sua atividade em bancas ou barracas instaladas em diversos pontos da cidade, sobretudo nos locais de grande trânsito de pessoas, como: estações de metrô ou trens (e seus arredores), terminais rodoviários ou regiões centrais da cidade por onde passa, diariamente, um grande contingente de pessoas.

A Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM-BA), por seu lado, designa comércio ambulante como um conjunto de atividades exercidas por indivíduos que se deslocam com suas mercadorias, vendendo de casa em casa, em praias, terminais de transporte, escolas, locais de trabalho e em locais de concentração eventual. Também considera comércio ambulante o que abarca as atividades daqueles que operam de forma fixa, com barracas armadas em áreas livres, em pontos regulares concentrados em zonas comerciais da cidade e em outras áreas livres onde ocorre um fluxo regular e intenso de pessoas (BAHIA, 1983 apud SANTOS, C., 2010, p. 149).

Como sintetiza Aguiar (2013) a palavra camelô, pode significar o trabalhador da banca e o trabalhador sem licença. Essa autora distingue camelô de rua, aqueles que ficam no corre, ou seja, que ficam caminhando de um lado ao outro da rua. Não possuem pontos fixos com autorização da prefeitura. Por seu lado, camelô de banca seria aquele que possui licença da prefeitura para ter uma barrquinha na rua.

De acordo com os objetivos preconizados por este trabalho, defino comércio de rua como o conjunto de atividades e práticas comerciais heterogêneas, realizadas de forma fixa ou itinerante em vias públicas, como ruas, praças, ladeiras e largos. Nesse contexto, a denominação comércio de rua constitui um esforço de aproximação das diferentes experiências sociais vividas por indivíduos que fazem da rua seu ambiente de trabalho. Não almejo com esse conceito, entretanto, encerrar a totalidade dos indivíduos ou das atividades desenvolvidas no espaço da rua, procuro antes dar conta da dinâmica social que caracteriza essas formas peculiares de comércio nos espaços onde se desenvolveu esta pesquisa.

Nesse sentido, para efeitos deste trabalho, o termo “comerciante de rua” faz alusão a mulheres e homens de diferentes idades que desenvolvem atividades comerciais de rua, dentre as quais a venda: de iguarias, como beiju e acarajé, de produtos mágico-religiosos, de temperos verdes, de balas e lanches, de frutas e água de coco, de frutas e legumes, de CDs e DVDs, de celulares.

Nesse contexto, o comércio de rua, expressão que optei para designar essas atividades, não é uma prática socioeconômica que desarticula algum emprego considerado formal, como foi entendido nas primeiras abordagens sobre o tema. O que ficará evidente é que ele parece representar tendências para o surgimento de novos setores e legitimidades ocupacionais (MOURA Jr., 2010, p. 22).

Pretende-se, antes de qualquer coisa, evidenciar os *modos de estar, de sentir e agir* daqueles que fazem dele o seu cotidiano, salientando os aspectos ligados aos espaços sociais, às tradições culturais, aos percursos sociais e às sociabilidades. Corroborando com Moura Jr. (2010), usar o termo comércio de rua tem o intuito de abarcar as nuances das dinâmicas cotidianas dessa prática social em suas características principais: a troca e o uso de ruas, largos, praças e avenidas como lugar de trabalho e sociabilidade, um traço histórico fundamental na estruturação do mercado de trabalho em Salvador. (SANTOS, 2001; BRAGA, 2002).



## 2 ITINERÁRIOS PELA CIDADE ALTA: CIRCUITOS E CENÁRIOS

No presente capítulo, apresento uma descrição panorâmica do cotidiano do comércio de rua na Avenida Sete de Setembro e no Largo Dois de Julho.<sup>20</sup> Descrevo os cenários, os circuitos, os atores, as interações sociais, as práticas de venda e as especificidades do cotidiano desses dois espaços.

### 2.1 Bancas, Esquinas e Camelódromos: o comércio na Avenida Sete

A Avenida Sete é uma das mais tradicionais e dinâmicas áreas de comércio popular do CAS. Inaugurada em 1916 pelo então Governador José Joaquim Seabra, foi idealizada, como parte do plano de reforma urbana de Salvador iniciado em 1912, para conectar o Centro Antigo aos novos bairros que surgiam ao sul da cidade. Ela concentra um leque de instituições econômicas, religiosas e de lazer (serviços de saúde, supermercados, lojas, bancos, igrejas, bares, praias, centros culturais, faculdades, livrarias, etc.) que atrai muita gente.

Em suas imediações estão localizados os shoppings Lapa e Piedade, além da Estação de ônibus da Lapa. A concentração desses serviços, aliada ao intenso comércio varejista popular presente nessa região, faz com que um numeroso grupo de cidadãos moradores do bairro assim como provenientes de outras áreas da cidade se desloque diariamente para esse espaço, causando um tráfego intenso de transeuntes e de automóveis durante o dia, como se pode notar na **Figura 5**.



<sup>20</sup> Ver o mapa de localização das áreas de pesquisa em Anexo A.

Figura 5 – Cenário da Avenida Sete: transeuntes, comércio e trânsito. Fonte: internet, autor desconhecido.

Tratando-se de uma área comercial que é também residencial, muitas das lojas e dos demais estabelecimentos funcionam na parte inferior e as moradias na parte superior dos edifícios. Essa região da cidade caracteriza-se por possuir um comércio denso e heterogêneo, conjugando um forte comércio varejista “popular” com intensos fluxos de comércio de rua. Geralmente os comerciantes iniciam as atividades a partir das seis horas da manhã e o desmonte das bancas acontece por volta das seis e/ou sete horas da noite, o mesmo horário em que as lojas e os demais estabelecimentos encerram o expediente.

Ela concentra um número bastante considerável de comerciantes de rua, uns exercem a atividade de acordo com as normas estabelecidas pela municipalidade e outros estão às margens dessas normas. Os comerciantes de rua credenciados pela Prefeitura realizam a venda em locais indicados por essa instituição pública, os espaços habitualmente designados por camelódromos<sup>21</sup>, ou ainda em pontos da Avenida previamente recomendados (no caso das baianas de acarajé, de vendedores de lanche), conforme se pode verificar nas **Figuras 6 e 7**.



<sup>21</sup> Como já referido, os camelódromos são locais padronizados, escolhidos pela autoridade municipal para que comerciantes de rua com licença possam exercer a sua atividade. Segundo as estimativas da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), existem, em Salvador, aproximadamente, 11.500 comerciantes de rua cadastrados e cerca de 40 mil trabalhando sem licença da Prefeitura. Desse contingente, estima-se que cerca de 966 ambulantes trabalhem na Avenida Sete. Os comerciantes credenciados pagam uma taxa anual que varia entre R\$ 127 e R\$ 150. A respeito dos tramites para solicitação de licença, ver **anexo B**.

Figura 6 – Placa indicativa das velhas estruturas dos camelódromos na Avenida Sete. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo. Figura 7 – Placa indicativa das novas estruturas dos camelódromos da Avenida Sete. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Os comerciantes de rua não registrados, como se pode observar nas **Figuras 8 e 9**, se estabelecem nas calçadas, nas equinas ou em frente à porta das lojas varejistas e, para expor seus produtos, utilizam caixas de madeira ou de papelão adaptadas como bancas ou tabuleiros no chão. Essa estratégia de exposição das mercadorias permite que os potenciais consumidores possam tocá-las e manuseá-las. Concomitantemente, permite uma maior proximidade na relação de compra e venda, abrindo espaço para a pechincha ou barganha e outras formas de regateio e negociação entre compradores e vendedores, expressando uma forma ritual de compra e venda distinta da de outros centros comerciais, como os shoppings ou supermercados. O preço, nesse caso, pode ser um elemento que enseja uma discussão e a interação.



Figura 8 e Figura 9 – Detalhes dos pontos de vendas na Avenida Sete. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

O comércio praticado nos estabelecimentos, por sua vez, atrai grande contingente de consumidores devido às inúmeras lojas de roupas femininas, eletrodomésticos, calçados, artigos de lar, como: roupa de cama, toalhas de banho e toalhas de mesa, tapetes, capas para almofadas, artigos de decoração para casa. O que explica a estratégia, dos comerciantes de rua, de se estabelecer nas calçadas,

nos passeios e em frente às lojas, pois assim, instituem um contato direto com a potencial clientela que aflui para essas lojas.

A esse grupo de comerciantes de rua que realiza a atividade nos passeios, em frente às lojas de comércio varejista e demais instituições presentes na região, se juntam os operadores contratados pelas lojas para angariar clientes para seus estabelecimentos. Com megafones, microfones ou distribuindo pequenos panfletos, anunciam compra e venda de ouro, consultas médicas (nas mais variadas especialidades), conserto de celulares, empréstimos bancários, venda de peças de roupa íntima, de tecidos ou de produtos eróticos nos pequenos *sex shops* que timidamente vão surgindo nessa região da cidade. “*Sex shop, temos todos os tipos de produtos eróticos*”, anuncia a funcionária enquanto distribui os panfletos aos transeuntes.

No longo circuito que compõe a Avenida Sete, com cerca de 4.600 metros de extensão, 21 de largura e 3 de calçada, o comércio de rua inicia-se nas imediações do edifício do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), passando pelo Relógio de São Pedro e se estende até as imediações do edifício Sulacap <sup>22</sup> defronte à Praça Castro Alves. <sup>23</sup> Na medida em que se avança no sentido do Relógio de São Pedro, as atividades do comércio vão se tornando mais intensas e heterogêneas. Trata-se de um espaço no qual se comercializa essencialmente produtos manufaturados, dentre eles óculos de sol, bermudas, camisetas, relógios, cintos, bolsas, mochilas, bijuterias e ampla variedade de quinquilharias, como ilustra a **Figura 10**.

---

<sup>22</sup> Edifício situado na Avenida Sete de Setembro, esquina da Praça Castro Alves inaugurado em 1946. Possui sete andares e 121 salas. Representa uma das grandes construções “modernas” da primeira metade do século XX, tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC).

<sup>23</sup> O trajeto da Avenida inicia-se no Farol da Barra, seguindo por um caminho que se estende pelos logradouros do Porto da Barra, da Ladeira da Barra, do Corredor da Vitória, do Campo Grande, do Largo do Relógio de São Pedro, da Rua do Rosário, da Rua das Mercês, e termina na Praça Castro Alves.



Figura 10 – Panorama do comércio de rua no Relógio de São Pedro (Avenida Sete). Fonte: Priscila Chammas. JORNAL CORREIO, 23.02.2013.

### **2.1.1 Artes, Táticas e Maneiras de Fazer**

Para obter sucesso nas vendas e atrair um número maior de clientes, os vendedores lançam mão de um conjunto variado de táticas. A criatividade e a empatia tornam-se estratégias-chaves nessa situação social de negociações. O humor, o apelo e a inovação constituem três grandes elementos que compõem o pregão.

Compreender o mundo social do comércio nas ruas do Centro Antigo é, também, entender a linguagem que se utiliza nesse espaço. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que os comerciantes operam num terreno no qual impera um atendimento quase que personalizado, quer seja com os seus clientes no decorrer do “ritual de negociação”, quer seja com as entidades fiscalizadoras ou com os seus colegas de venda.

Um aspecto que se destacou durante o período de realização da pesquisa de campo nessa região é a maior presença de homens exercendo a atividade em relação à de mulheres. Essa maior participação masculina no atual comércio de rua em Salvador também tem sido verificada nos estudos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005) e por autores como Guimarães

(2004), Druck e Oliveira (2008).<sup>24</sup> Embora não se tenha verificado nenhuma forma rígida de estratificação de atividades em termos de gênero e geração, constatei que homens e mulheres mais velhos tendem a se dedicar à venda de lanche, água, refrigerante, água de coco, acarajé, cafezinho, mingau, balas, pastilhas, cigarro.

Penso que tal estratificação, embora não seja rigorosa, tem a ver com a própria complexidade característica de cada atividade, sendo que umas exigem mais experiência, outras demandam maior esforço físico, ao passo que outras requerem maior dinamismo e mobilidade.

Constatei que, nesse espaço, o uso da força física no carregamento e o transporte de mercadorias na cabeça são traços característicos nas maneiras de fazer entre comerciantes de rua atuais e de outros períodos. É necessário lembrar que as formas de transporte de mercadorias durante muito tempo representou um elemento simbólico do lugar subalterno que os negros ocupavam na estrutura social da sociedade da época.

Atividades como a venda itinerante de café é quase que exclusivamente masculina. Durante toda fase de pesquisa nessa região, lembro ter visto uma única mulher exercer esse tipo de atividade. Os vendedores de café são geralmente comerciantes itinerantes, que se locomovem com seus tradicionais e criativos carrinhos contendo potentes caixas de som que, às vezes, chegam a se igualar ao som de um trio elétrico. Eles transitam entre a Avenida Sete, a Carlos Gomes e o Campo Grande tocando reggae de Bob Marley, Alpha Blondy, Lucky Dube, Peter Tosh, pagode, arrocha de Pablo e de Silvano Sales, e despertando a atenção dos demais comerciantes e transeuntes.<sup>25</sup>

Nas atividades de venda realizadas de maneira andante, verifica-se a utilização de carrinhos móveis improvisados e/ou adaptados para transporte de

---

<sup>24</sup> Esse aspecto observado no contexto de Salvador contrasta com os da minha pesquisa de mestrado sobre comércio de rua no contexto de Luanda, na qual os dados apontam para uma visível predominância das mulheres em relação ao número de homens nas atividades de comércio de rua. A par disso, ainda tendo como referência o contexto luandense, constatei que a busca pela inclusão social tem originado um relativo deslocamento da tradicional estratificação sexual das atividades comerciais de venda nas ruas, criando um deslocamento dos tradicionais papéis de gênero. Foi observado que, na busca pela satisfação dos anseios pessoais, os indivíduos mobilizam um grande potencial criativo que extrapola a tradicional estratificação de gênero. Dessa feita, atividades até então tidas como “femininas” ou “masculinas” passaram a ser vistas como lucrativas, o que faz com que tanto homens como mulheres entrem para o mercado rompendo com esses tradicionais papéis de gênero (SANTOS, O., 2010).

<sup>25</sup> Ao analisar o processo da inserção e cristalização da música reggae no cenário sociocultural baiano, Mota (2012, p.17) assinala que “na Bahia dos últimas décadas do século XX, este gênero musical compôs a cena plural dos movimentos políticos e culturais, em consonância com o posicionamento das militâncias negras” (MOTA, 2012, p.17).

mercadorias. A utilização criativa desses meios facilita a locomoção dos vendedores assim como permite que, em determinados períodos do dia, alternem a venda entre vários pontos da região. Movendo-se de um ponto para outro, criam conexões entre esses diversos espaços de comércio espalhados pela cidade alta, e tornam a Avenida Sete o elo que conecta os demais lugares (Carlos Gomes, Dois de Julho e Campo Grande). Aliás, vale ressaltar que as fronteiras entre Avenida Sete, Carlos Gomes e Dois de Julho são bastante tênues, principalmente pela existência, ao longo da Avenida Sete, de becos e ruelas que dão acesso direto à Avenida Carlos Gomes e ao Largo Dois de Julho, o que acaba por facilitar a mobilidade de comerciantes e transeuntes pelos diversos espaços de venda.

Nas **Figuras 11 e 12**, pode-se constatar que carrinhos de supermercado e de bebê usados são adaptados para o transporte das mercadorias. O isopor é empregado para a venda de água mineral, cerveja, refrigerante e suco.



Figura 11 e Figura 12 – Detalhes das práticas de transporte e venda: criatividade e improviso. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Na ausência de outros meios, partes do próprio corpo são utilizadas para transportar os produtos. E desse modo, ao longo do seu percurso, ambulantes vão suprimindo as demandas dos transeuntes, conforme se pode observar na **Figura 13**.



Figura 13 – Vendedor ambulante transportando o isopor na cabeça. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

### 2.1.2 Entre Práticas Globais e Tradições Locais

Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que os comerciantes mais jovens, e com mais apetência em estarem atualizados com as tendências da “globalização”, tendem a se concentrar no comércio de mercadorias manufaturadas: CDs e DVDs, relógios, bolsas, celulares e acessórios, notebooks, *pendrives*, bijuterias, calçados, roupa masculina como bermudas e camisas de time de futebol, e toda sorte dos chamados produtos “pirateados”. Eles estão inclinados a formar pequenas lojas improvisadas a céu aberto.

Os jovens vendedores de CDs e DVDs são os que trazem as novidades da cinematografia hollywoodiana e também do cinema nacional, e os sucessos da música local e internacional. Durante a pesquisa de campo, foi possível ouvi-los tocar as “grandes novidades”, como as músicas de Psirico, Black Style, Viola de Doze, Aviões do Forró, Magary Lord, com seu estilo Black Semba, Marisa Monte, Rihanna, John Legend, Pharrell Williams, a inglesa Adele, assim como as mais diversas trilhas sonoras das novelas da Rede Globo. As **Figuras 14 e 15** exemplificam a maneira como são expostos alguns dos produtos ofertados por esses vendedores de rua:





Figura 14 e Figura 15 – Exposição de DVDs pirateados na Avenida Sete. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Gilberto, jovem negro de 28 anos, faz parte desse grupo. Lembro-me de que no período em que conversamos, no dia 24 de julho de 2013, ele trabalhava na Avenida Sete sem licença da Prefeitura. Gilberto havia abandonado o ofício de ajudante de pedreiro, em São Caetano, bairro onde reside, e decidido montar uma banca de venda de CDs e DVDs na Avenida Sete, onde trabalha de segunda-feira a sábado, das nove horas da manhã às cinco da tarde.

O jovem comerciante afirma que, embora o trabalho seja pesado, tem como benefício a aquisição do equivalente a mais de um salário mínimo e a ausência de um patrão a lhe dar ordens.<sup>26</sup> Para ele, o segredo das boas vendas é “*vender o que as pessoas querem comprar e ter sempre as novidades do momento*”. Gilberto ainda não está registrado na Prefeitura, por isso exerce a atividade de modo clandestino. Durante a nossa conversa, confidenciou-me que a forma como os ambulantes não credenciados são “combatidos” constitui o grande obstáculo que encontra no exercício da profissão:

<sup>26</sup> Esse aspecto revela que, embora a condição formal de trabalho seja mais segura e com mais direitos, as atividades de rua ganham alguns pontos positivos nessa comparação, haja vista que, no aspecto da satisfação pessoal/individual, parece ser muito mais valioso trabalhar para si do que para outros, para patrões (DURÃES, 2013).

O rapa só faz atrapalhar nosso trabalho. Quer dar pancada e tomar a mercadoria. Mas emprego tá difícil e o rapa não devia espancar e prender mercadoria de gente trabalhadora como nós. Agora, prender ladrão, eles não prendem. Só querem dificultar a vida de gente batalhadora (Gilberto, 24/07/2013).

As vicissitudes cotidianas dos comerciantes de rua e encontram-se salientadas na música “Camelô” letra do compositor Edson Gomes<sup>27</sup>:

Sou camelô, sou do mercado informal  
 Com minha guia sou profissional  
 Sou bom rapaz, só não tenho tradição  
 Em contra partida sou de boa família  
 Olha doutor, podemos rever a situação  
 Pare a polícia, ela não é a solução não

Não sou ninguém nem tenho pra quem apelar  
 Só tenho meu bem que também não é ninguém  
 Quando a polícia cai em cima de mim, até parece que sou fera  
 Até parece

Sou camelô, sou do mercado informal  
 Com minha guia sou profissional  
 Sou bom rapaz, só não tenho tradição  
 Em contra partida sou de boa família  
 Olha doutor, podemos rever a situação  
 Pare a polícia, ela não é a solução não

Não sou ninguém nem tenho pra quem apelar  
 Só tenho meu bem que também não é ninguém  
 Quando a polícia cai em cima de mim, até parece que sou fera  
 Até parece .

---

<sup>27</sup> Cantor baiano nascido em Cachoeira, notabilizou-se interpretando músicas de estilo reggae com inspiração em cantores como Bob Marley, Jimmy Cliff e Alpha Blondy.

Essa categoria de comerciantes que pratica a venda de mercadorias “globais” é denominada, por Durães (2013), de camelôs de tecnologia ou de camelôs globais. Trata-se de um subgrupo de vendedores que se encontra mais diretamente envolvido no processo que Ribeiro (2010) designa por “globalização econômica de baixo para cima”, ou seja, “globalização popular”.

De acordo com Ribeiro, a globalização popular se apoia fortemente na existência de superlogomarcas e na presente capacidade de realizar cópias tão perfeitas que se torna cada vez mais difícil ou irrelevante identificar as diferenças entre produtos falsificados e originais. Trata-se de um processo que congrega uma multiplicidade de agentes sociais como produtores, vendedores e consumidores. Grande quantidade das mercadorias aí comercializadas é de produtos piratas e, geralmente, o comércio desse tipo de mercadorias é visto como ilegítimo do ponto de vista do poder público (RIBEIRO, 2010, p. 34).

Na prática, esses comerciantes se tornam os principais redistribuidores de mercadorias e, conseqüentemente, atores importantes na formação de hábitos de consumos entre os soteropolitanos, especialmente aqueles que pertencem às camadas sociais menos abastadas. E são eles que se encarregam em proliferar o que está “na moda”, o que está em “alta”. Em datas festivas, a exemplo do Dia das Crianças, do Natal e do Ano Novo, alteram a configuração desses espaços, com o incremento da venda de produtos referentes a essas datas.

Ainda assim, é preciso diferenciar entre os vendedores que se especializam na comercialização de determinado gênero e aqueles que se aventuram na venda de qualquer mercadoria. Fazem parte desse grupo aqueles que, por exemplo, em dias de chuvas, em questão de minutos, são capazes de incrementar a venda de guarda-chuva, desenvolvendo o que se pode considerar como atividade sazonal ou própria de um comércio oportunista.

A par desses, outro conjunto de práticas comerciais, que designo de tradicionais, também marcam presença nessa região. Essa combinação torna esse espaço um ambiente que mescla práticas de venda tidas como tradicionais, com práticas de venda de produtos tecnológicos ou globais. Entendo que falar de tradição não é necessariamente sinônimo de falar de algo retrógrado ou estático. Pelo contrário, concebo-a como um aspecto dinâmico da realidade social que faz parte da própria vida das pessoas. Nesse sentido, ela, não necessariamente se confunde com o passado, muitas vezes até, o transcende. Assim concebida, a

tradição não mais funciona como polo oposto da modernidade (KITA, 2004). A propósito, Montanari (2008) assinala textualmente que:

O que chamamos de cultura coloca-se no ponto de intersecção entre tradição e inovação. É tradição porque constituída pelos saberes, pelas técnicas, pelos valores que são transmitidos. É inovação porque aqueles saberes, aquelas técnicas e aqueles valores modificam a posição do homem no contexto ambiental, tornando-o capaz de experimentar novas realidades. Inovação bem-sucedida: assim poderíamos definir a tradição. A cultura é a interface entre as duas perspectivas (MONTANARI, 2008, p. 27).

Do conjunto dessas atividades que denomino de tradicional, duas se destacaram: a venda de certos tipos de comida na rua e a comercialização de produtos relacionados às práticas medicinais e religiosas oriundas de tradições culturais afro-brasileiras e indígenas. Como abordado no início desta tese, a venda de comida de rua participa da trajetória social, cultural, nutricional e econômica de Salvador. Determinados tipos de atividades, como a venda no tabuleiro das baianas de acarajé, são hoje considerados patrimônio cultural e constituem uma herança que vem desde os trabalhos das mulheres ganhadeiras que se acoravam nas vias públicas, esquinas e praças com quitutes e iguarias trazidas das senzalas, mesclando as tradições africanas, portuguesas e indígenas.

Vimos também que, de acordo com a tradição religiosa do Candomblé na Bahia, atividades como a venda de acarajé e de iguarias similares estão, historicamente, associadas à comida ritual da religião. Conforme assegura Paim (2005, p. 23), *“o fato de estarem associados aos orixás denota seu caráter sagrado”* e de integração do *“repertório cultural de parte da população baiana nos tempos da escravidão”*. Também Martini acentua o caráter sagrado do alimento:

O acarajé se encontra, a partir de sua trajetória histórica, no cruzamento entre mercadoria palpável e consumível e um complexo sistema simbólico religioso que permeia os cultos afro-brasileiros, que o construíram como uma oferenda, sem buscar uma separação ou especialização que pudesse diferenciar o plano mercadológico do plano sagrado (MARTINI, 2007, p. 249).

O tabuleiro da baiana de acarajé é hoje um “cartão-postal” da paisagem urbana de Salvador que remonta às antigas atividades femininas de ganho, como pode sugerir a observação e análise das **Figuras 16 e 17**.<sup>28</sup>



Figura 16 – O tabuleiro da baiana de acarajé. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo. Figura 17 – Vendedoras de angu no século XIX. “Angu da quitandeira de Debret” Fonte: (Manoel Lima, 2001, p.2).

Atualmente, as mulheres ainda dominam o comércio de certos tipos de produtos como o acarajé e outras iguarias típicas.<sup>29</sup> Até hoje, algumas vendedoras continuam a perpetuar esses preceitos religiosos com a mesma “senhoridade” típica outrora iniciada pelas “mulheres do Axé”.<sup>30</sup> Um exemplo que representa esse universo de mulheres que ainda segue esses preceitos é o de Dona Edna, uma mulher de 59 anos que exerce o ofício de baiana de acarajé acerca de quarenta

<sup>28</sup> Cabe registrar que apesar desse reconhecimento da atividade o tabuleiro da baiana não tem sido poupado pelas políticas de desapropriação dos vendedores de determinados espaços da cidade. Na edição do dia 06/09/2013, o Jornal A Tarde faz uma reportagem sobre a decisão da Prefeitura em retirar as acerca de 550 baianas que trabalhavam entre as praias de São Tomé de Paripe e do Farol da Barra. A notícia apresenta depoimentos que espelham a preocupação das baianas com essa sua relocação na orla de Salvador, já que de acordo com as novas normas da prefeitura de Salvador, com a relocação da orla as vendedoras que montam os tabuleiros nas areias das praias serão retiradas, prevendo que cerca de 80 sejam recolocadas para quiosques a serem construídos no calçadão da orla. O entrave é que, segundo a associação das Baianas de acarajé e vendedoras de Mingau, as restantes 470 profissionais do acarajé ficariam desabrigadas, uma vez que a Projeto da Prefeitura não contempla o número real de vendedoras existentes(**ver anexo C**).

<sup>29</sup> Sobre o assunto, Florismar Borges (2008) aponta em sua pesquisa que, apesar de existirem homens que trabalham na venda do acarajé, a atividade ainda é predominantemente feminina.

<sup>30</sup> Termo de origem Yorubá, axé (Áse) designa "energia", "poder", "força". No contexto do Candomblé, axé representa a força revitalizadora contida nos objetos sagrados (GUILHERMINO, 2011). A palavra também pode ser usada para se referir ao terreiro, Ilê Axé (Casa de Axé).

anos, que será objeto de análise mais aprofundada no capítulo seguinte, “Perfis biográficos e experiências vividas”.

Em sua maioria, para fritar o bolo, as baianas utilizam um pequeno fogão e um botijão de gás. Para além do acarajé, no interior do tabuleiro também estão os recheios do acarajé, como o caruru, o vatapá, o camarão, a salada vinagrete e a pimenta. Na parte externa, veem-se os doces, a cocada e o bolinho de estudante. Durante o período do trabalho de campo na Avenida Sete, identifiquei cerca de oito pontos de venda de acarajé, todos chefiados por mulheres, com exceção do acarajé de Nilson, situado no Politeama de Cima.

A presença dessas atividades num contexto de globalização, no qual há uma oferta maciça e padronizada de alimentos industrializados, sinaliza para a existência de pessoas que ainda preferem consumir alimentos tradicionais vendidos nas ruas. Mostra também a prevalência da escolha do alimento tradicional nos serviços de alimentação considerados *street food*, mesmo com a expansão da comida “americanizada” que arrasta multidões para consumir o repertório de sabores ligados a estímulos decorrentes da vida moderna. O que sugere a existência de uma convivência negociada entre tradição e modernidade (FERREIRA FILHO, 2003; ELOY; REIS, 2012).

Durante minhas incursões em campo, observei que é bastante expressiva a dimensão que ocupa o “sagrado” no espaço das feiras-livres e do comércio realizado nas ruas de Salvador: inclusive há um predomínio das ervas medicinais nesses espaços. Das ervas comercializadas, algumas têm funções medicinais, outras usos religiosos e místicos, e são preparadas em forma de banhos. Servem para purificar o corpo e/ou a residência. Ao falar sobre o perfil da sua clientela, Cláudio afirma: *“São geralmente pessoas religiosas que compram: do candomblé, católicos, da Umbanda. Uns compram para chá, outros compram produtos para limpeza de corpo. Geralmente, esses produtos medicinais aqui são mais vendidos para a parte religiosa, para limpeza” (Cláudio, 16/10/2012).*

As plantas no universo das religiões afro-brasileiras são usadas para propósitos ritualísticos e de rotina pelas comunidades de terreiros. E na medicina popular ou nos sistemas de crenças afro-brasileiros, as plantas detêm um duplo papel: sacral e terapêutico. Deste modo, o consumo de folhas e objetos de uso

medicinal, para obrigações religiosas, iniciações e outros ritos particulares, compõem uma verdadeira economia do sagrado (SOUZA, 2010).<sup>31</sup>

### **2.1.3 Convivências Negociadas:** trabalho e relações de sociabilidades

Durante a realização do trabalho de campo e os momentos nos quais participei do cotidiano dos meus interlocutores, constatei que as atividades que desenvolvem estão frequentemente atreladas a círculos sociais que envolvem relações de parentesco, assentes em valores como reciprocidade, companheirismo, vizinhança, e de trocas de auxílio.

Machado utiliza a expressão ‘Família da rua’ para caracterizar esse tipo de organização de parentesco simbólico que extrapola os limites da banca e/ou da família doméstica. Na maioria das vezes, trata-se de agregações de vizinhos de banca que acabam gerando laços fortes e duradouros, muitas vezes expressos na formalização do compadrio (MACHADO, 2006, p. 7).

Esses valores compõem importantes veículos que sustentam as relações sociais nesses espaços de comércio na medida em que servem de importantes auxílios para os comerciantes na execução das suas atividades. Importa salientar que a vontade pelo cultivo de uma convivência solidária ficou expressa nas ações de entreajuda e cooperação que adotam, e na aceitação das regras de concorrência.

Não obstante os aspectos referentes à solidariedade social existente no seio das populações dos comerciantes, seria ilusório, da minha parte, deixar de inserir as atividades que desempenham na lógica capitalista, dentro das relações de mercado. Ainda assim, a análise dos depoimentos leva-me a afirmar que essas atividades têm como elementos essenciais: a cooperação, a comunicação, a solidariedade e a participação.

Observar e participar do cotidiano desses comerciantes permitiu-me visualizar os pontos de venda enquanto espaços de sociabilidades. Enquanto aguardam a clientela, eles conversam, interagem entre si, trocam ideia e dão risada. O fato de, em algumas dessas atividades, as práticas e as maneiras de fazer serem informais e dispensarem certas regras formais que seriam imprescindíveis em outros contextos “laborais”, permite que se trabalhe com uma indumentária mais descontraída, e que,

---

<sup>31</sup> Sobre uma abordagem histórica da importância do comércio de objetos de cultos aos orixás assim como os aspectos culturais presentes nessas trocas cf. Flávio Santos (2013).

enquanto se exerce a atividade, se tome uma cervejinha ou se converse com colegas ou conhecidos. Ou ainda, o fato de poder conhecer outras pessoas tem também um peso significativo para muitos desses comerciantes.

Outro aspecto a ressaltar tem a ver com determinadas características das relações sociais de comensalidade e entreajuda nas quais se encontram envolvidos comerciantes de rua, comerciantes de estabelecimentos e clientela.<sup>32</sup> Foi frequente observar os vendedores de peixes, que no geral não possuem aparelho de medição próprio, adentrarem folgadoamente os estabelecimentos comerciais da região para usar a balança. Ou contarem com a anuência dos proprietários desses estabelecimentos ou de seus funcionários para guardar os seus meios de trabalhos. De igual modo, observei que é com regularidade que comerciantes de estabelecimentos solicitam a colaboração dos ambulantes na troca de cédulas de maior valor por cédulas de valores menores, no sentido de facilitar os trocos para a clientela.

Observando as dinâmicas que se dão em torno do concorrido tabuleiro de Dona Edna, noto uma multiplicidade de eventos: pessoas ao seu redor, uns degustando recheados acarajés e abarás, outros à espera de serem atendidos por ela. Dona Edna apressava-se no atendimento com uma habilidade ímpar. Vou me apercebendo e me surpreendendo com as teias de relações sociais que se vão tecendo em torno dela e de seu tabuleiro. Reparo na multiplicidade de atores sociais que em sua volta gravitam, todos a ela ligados por relações sociais de freguesia, amizade, parentesco, solidariedade, consideração, comensalidade. São funcionários públicos em trânsito, seguranças de estabelecimentos, policiais militares em ronda pelo local, vendedores das Casas Bahia, moradores da Avenida Sete, vendedores ambulantes, porteiros de estabelecimentos vizinhos, garis, parentes que passam por ali para cumprimentá-la ou pegar algo em suas mãos.

Durante a minha permanência ao redor do tabuleiro de Dona Edna, observo os momentos de interação e convivência. Foi bastante frequente ouvir os inúmeros cumprimentos a ela dirigidos: “*Oi Dona Edna!*”, “*Boa tarde baiana!*”, “*Edna, tudo bem?!*”. E ver Dona Edna responder: “*Oi, meu filho!*”, “*E aí, tudo bem?*”, “*Oi, meu*

---

<sup>32</sup> É muito frequente entre os comerciantes o uso do termo irmão para se reportar a um colega de atividade. Em determinados casos, notei que esse tratamento tem a ver também com uma identificação de afinidades étnicas ou de classe. Esse exemplo me remete a afirmação de Machado: “*Os anos vividos juntos e, principalmente, uma identidade social construída a partir da valorização do sofrimento do trabalho, são sinais frequentemente acionados*” (2006, p. 79).



*amor!*". Em torno do seu tabuleiro de acarajé, as pessoas sentam, degustam as iguarias comercializadas por ela, brincam, dão risada, desabafam e revelam aspectos das suas vidas pessoais, conversam sobre futebol ou sobre a política local.

Lembro que, em uma dessas minhas visitas a Dona Edna, a conversa girava em torno da recém-eleição de Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto) como prefeito de Salvador, em 28 de outubro de 2012. "*Edna, teu candidato ganhou?*"<sup>33</sup>, perguntou em tom de chacota uma conhecida da baiana que passava, às pressas, próximo ao tabuleiro. Dona Edna respondeu: "*não*". E a mulher retorquiu: "*é, o meu também não*". Durante a conversa sobre o resultado das eleições, Dona Edna mostrou-se preocupada com o futuro dos comerciantes de rua da Avenida Sete na era ACM Neto: "*vão nos mandar para os Barris*", ela disse.

Já em outra ocasião, sentado em um banquinho que sempre me era oferecido por Dona Edna, observei a seguinte situação: uma vendedora de uma das famosas lojas de eletrodomésticos presentes na Avenida Sete se aproximou do tabuleiro da baiana e pediu permissão para pegar um copo de água de um enorme garrafão térmico que Dona Edna coloca à disposição do "público", no qual todos os seus conhecidos e desconhecidos amiúde vêm matar a sede. Dona Edna lhe perguntou: "*o que você tem minha filha? Está pálida!*". Ela, sorrindo, se aproximou ao pé do ouvido da baiana e disse: "*ressaca*". Dona Edna soltou uma gargalhada e lhe disse: "*pera aí que vou resolver essa sua situação*". Momentos depois, ela chamou um dos seus colaboradores e o orientou a ir a um barzinho próximo comprar duas cervejas.

Outro aspecto constatado é que, não obstante a concorrência ser uma característica inerente às atividades comerciais, entre os comerciantes há uma espécie de "política da boa concorrência ou de boa vizinhança". Para ilustrar esse fato, cito o caso de Quitério, cujo ponto possui fronteiras bastante tênues com o ponto de um concorrido tabuleiro de acarajé. Devido a essa proximidade, procurei saber de Quitério como era sua relação com a baiana de acarajé no que se refere à concorrência. Em resposta, o comerciante esclareceu:

Eu tenho uma boa convivência. Porque eu sou uma pessoa que procuro ter boa convivência com todo mundo. É tanto que, "nego" me cobra para botar refrigerante aqui, mas eu não posso meter refrigerante porque eu estou de junto de uma lanchonete e de junto do acarajé que vende refrigerante. Se fosse vender refrigerante, eu

---

<sup>33</sup> Referindo-se ao candidato Nelson Pelegrino.

iria vender pelo preço da tabela. O preço de uma Coca-Cola em um bar... Eu iria vender o mesmo preço que a lanchonete vende, mas ia ter problemas com o pessoal do acarajé, porque lá eles vendem mais caro. Eu abdiqueei disso, deixei de vender refrigerante para não concorrer com eles. Eu vendo o meu beiju, aqui ninguém vende beiju. Mas, se eu for vender refrigerante, eu vou entrar na concorrência com quem vende refrigerante. Eu prefiro que as pessoas comprem meu beiju cá e vão comprar a Coca-Cola deles. Ela vende muito, ela vende muito mais do que eu, porque além de acarajé, ela vende cocada, bolinho de estudante, refrigerante, um monte de coisa. Mas eu não estou preocupado com ela lá. Às vezes, eu estou aqui sem uma pessoa e lá está cheio de gente, mas eu não estou preocupado com isso (Quitério, 23/09/2012).

Esse depoimento de Quitério me remete a constatação de Machado “*um fator fundamental que funciona como espécie de código de honra, que dá ordem e sentido as práticas sociais. Não vender o mesmo produto, significa não concorrer com o vizinho e manter a lealdade*” (2006, p. 83).

Ainda em relação a Quitério, observei a relação de comensalidade que ele estabelece com os vendedores ambulantes que deambulam pela região. Todos os dias a partir das cinco da tarde, Márcio, jovem vendedor ambulante de chá e café, passa pela banca de Quitério para deixar essas bebidas e, Quitério, por sua vez, aproveita para fazer trocos, trocando cédulas de maior valor por “miúdos” e moedas que Márcio adquire com suas vendas.

Ora, sabemos que, para quem comercializa pequenos produtos, as cédulas de menor valor e as moedas são imprescindíveis. Daí que Márcio às vezes resmungua, mas nunca deixa de colaborar e ajudar Quitério, que, por sua vez, faz questão de só comprar chá ou cafezinho de Márcio. Esse exemplo me remete a afirmação de Machado: “*Os anos vividos juntos e, principalmente, uma identidade social construída a partir da valorização do sofrimento do trabalho, são sinais frequentemente acionados*” (2006, p. 79).

Ao cair da noite, as lojas são fechadas, os comerciantes de rua e lojistas abandonam o local, e cessa o fluxo de transeuntes na região. A Avenida Sete se torna sossegada e quase deserta.

## 2.2 Cenários, Cotidiano e Memórias do Largo Dois de Julho

Eram sete horas da manhã de sábado do dia 20 de outubro de 2012, quando cheguei ao Dois de Julho. Pretendia acompanhar o “nascimento” do comércio na região, observar a chegada dos comerciantes, acompanhar os rituais de instalação das bancas, a arrumação dos produtos e escutar os primeiros sussurros anunciadores do nascer do comércio nesse espaço. A movimentação começou: os vendedores de legumes, frutas e os peixeiros estão entre os primeiros que se estabelecem na Praça Inocêncio Galvão e na Rua do Cabeça. Os clientes foram chegando e o clima de “feira” de sábado tomou conta do espaço.

Em quase toda extensão da Rua do Cabeça, o comércio é essencialmente baseado na venda de legumes, frutas, queijos, produtos ligados à culinária baiana, peixe e mariscos. Ainda assim, esporadicamente, um ou outro comerciante se arrisca na venda de alguma mercadoria “estranha” a esse ambiente. Para além do comércio exercido na rua, existe, na região, o praticado em estabelecimentos: em mercadinhos de bens de primeira necessidade e produtos ligados à cozinha baiana, além de açougues, padarias, lojas de material de construção, bares e restaurantes, entre os quais o Porto do Moreira e o Caxixi são os mais antigos e renomados.<sup>34</sup>

Como se pode observar nas **Figuras 18 e 19**, uma parcela considerável dos comerciantes de rua nessa região encontra-se espalhada ao longo da Rua do Cabeça, com suas bancas de madeira ou papelão fixadas preferencialmente em frente aos estabelecimentos comerciais presentes nesse espaço. Para além das frutas e dos legumes, peixes e frutos do mar também são comercializados na Rua do Cabeça. Esses produtos do mar são provenientes da Gamboa de Baixo e do Rio Vermelho, de um grupo composto por cerca de dez pescadores.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> O Restaurante Porto do Moreira foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1938 pelo imigrante português José Moreira e está localizado no Largo do Mocambinho. Ele começou a funcionar na Rua do Cabeça. Depois da morte do seu fundador, o restaurante passou a ser administrado por seus filhos. Cabe mencionar que o fundador do Porto do Moreira, José Moreira, é personagem de dois livros de Jorge Amado (*Dona Flor e seus Dois maridos* e *Os Velhos Marinheiros*), e que o célebre escritor foi morador da região e frequentador assíduo do restaurante.

<sup>35</sup> Gamboa de Baixo é uma comunidade essencialmente formada por pescadores.



Figura 18 – Perspectivas do comércio na Rua do Cabeça. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.



Figura 19 – Perspectivas do comércio na Rua do Cabeça. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Lembro que, durante as minhas primeiras incursões em campo, em meados de 2012, cerca de três dos integrantes desse grupo de peixeiros exerciam a atividade nas imediações do Forte de São Pedro. Algum tempo depois, Bernardo, um deles, me explicou que tinham sido retirados daquele espaço por fiscais da Prefeitura. Procurei saber os motivos da decisão da Prefeitura e, em resposta, ele confidenciou-me que ela teve como motivação as constantes reclamações dos

lojistas que possuíam estabelecimentos naquela região. Eles alegavam, em suas queixas, que havia falta de cumprimento das posturas de higiene por parte dos peixeiros que, após o término das suas atividades, não recolhiam devidamente o lixo que geravam, espalhando fedor e moscas no local.



Figura 20 – Venda de frutos do mar na Rua do Cabeça. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Além dos comerciantes de rua, atuam hoje nessa região, os prestadores de serviços, dentre os quais, destaco: os vendedores de gás, os homens do carreto, os flanelinhas<sup>36</sup>, os catadores de material reciclável<sup>37</sup>, e os comerciantes itinerantes que, durante o dia, transitam entre o Dois de Julho, a Avenida Carlos Gomes, a Avenida Sete e o Campo Grande. Dentro desse grupo, destacam-se: os vendedores de café, vendedores de mingau, milho, pamonha, vendedores de picolé, de bala e cigarros. Observei ainda a presença de outros atores, que designo de “externos”: os transeuntes, os policiais, os fornecedores de mercadorias às lojas e os automobilistas.

Saindo da Rua do Cabeça em direção ao Largo Dois de Julho, constatei a existência de uma dúzia de barracas e boxes erguidos em torno da Praça Inocêncio Galvão. De acordo com os depoimentos colhidos, numa das últimas reformas

<sup>36</sup> Jovens arrumadores de vagas, lavadores e guardadores de carros.

<sup>37</sup> Observei que uma parcela considerável dos catadores é de moradores de rua que habitam essa região do Centro Antigo, sendo uns usuários de craque e outros não.

efetuadas no Largo Dois de Julho, a Prefeitura Municipal, na tentativa de formalização dos comerciantes da região, indicou essa área para o exercício do comércio. Nesse espaço, conforme as **Figuras 21 e 22** procuram retratar, se vende, dentre outros produtos, frutas, tempero verde, camarão seco, coco ralado, azeite de dendê, aipim, ameidoim, ervas e produtos medicinais relacionados à religiosidade afro-brasileira.



Figura 21 – Anúncio de produtos típicos da culinária local na Praça Inocêncio Galvão. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Figura 22 – Boxes na Praça Inocêncio Galvão. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Nessa região, encontram-se a barraca “de frutas” de João Renam e a barraca “de coco ralado” de Paulo, assim como as duas bancas que vendem ervas e plantas medicinais. Uma delas pertence a Cláudio.



Figura 23 – Exposição de produtos medicinais e mágico-religiosos. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

No Largo do Mocambinho, também conhecido como Largo das Flores, a venda de rosas e flores é realizada por cerca de uma dúzia de vendedores que ocupa os boxes. Em vésperas da Festa de Iemanjá, do Dia das Mães e de outras datas festivas se dá uma grande afluência de fregueses à procura de rosas e flores para suas oferendas e presentes, sem contar com a compra diária que garante a esses boxes uma freguesia constante.



Figura 24 – Boxes de flores na Rua do Cabeça. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

De acordo com os depoimentos de comerciantes e moradores do Largo, trata-se de uma prática antiga que sobreviveu ao tempo. Sobre a origem dessa atividade, Antônio, comerciante e morador da região, contou:

Havia dois lugares onde se vendiam as rosas e as flores. Um ali onde tem a saída do Procon, onde vendiam o buquê das rosas para casamentos, até as que usavam para ornamentos fúnebres, e havia também o pessoal que vendia nas latas, ficavam debaixo de uma cobertura que vendiam a um preço mais barato. Minha mãe saía de casa sábado para comprar flores para aromatizar a casa. Naquela época, era difícil esses aromatizantes, eram as rosas que colocava dentro de casa para ficar cheirosa (Antônio Pinheiro, 21/11/2013).

Ao cair da noite, a região toma uma feição mais boêmia, em função dos estabelecimentos que abrem ou funcionam nesse horário (bares, restaurantes, motéis, clubes noturnos). Minhas observações me permitiram constatar que, durante

a noite, esse espaço se reconfigura e deixa que “outros” atores sociais tomem conta dele. Dentre esses atores, se destacam moradores de rua e pedintes, coletores de material reciclável e vendedores ambulantes das mais variadas espécies: de amendoim, de ovos de codorna, de queijinho, de caldo de sururu.

Crianças, jovens e adultos de ambos os sexos compõem esse “exército” de vendedores que comerciam na região após o cair da noite. A atividade desses comerciantes consiste em efetuar repetidas voltas pelos bares da Avenida Carlos Gomes, do Largo Dois de Julho e da Rua Direita da Piedade, e oferecer, aos clientes, petiscos como amendoim cozido, ovo de codorna, queijo coalho, caldos. Conforme indicam as **figuras 25 e 26**.



Figura 25 crianças negras no comércio de rua. Figura 26 vendedor de queijinho no Centro Antigo. Fonte: Orlando Santos /pesquisa de campo.

Até aqui, descrevi o atual cotidiano do comércio de rua no Largo Dois de Julho. Na seção seguinte, apresento elementos referentes às histórias e memórias do comércio de rua nessa região, Dois de Julho de “outros tempos”.

### **2.2.1 Entre Memórias e Nostalgias:** como era o Dois de Julho?

Sabe-se que, enquanto espaços de comércio, as feiras há tempos estão presentes no cotidiano dos assentamentos humanos e, desde então, desempenham a função não apenas de recinto onde se desenrolam as trocas, mas também como lugares de sociabilidade. Sob sua forma elementar, diz Braudel (2009, p. 14), as



feiras vão sobrevivendo e, em dias fixos, ante nossos olhos, reconstituem-se nos locais habituais de nossas cidades, com suas desordens, sua afluência, seus pregões, seus odores violentos e o frescor de seus gêneros. Se esse mercado elementar, igual a si próprio, se mantém através dos séculos é certamente porque, em sua simplicidade robusta, é imbatível, dado a qualidade dos gêneros fornecidos, trazidos diretamente das hortas e dos campos de cercanias.

Todavia, não obstante o relevante papel de assegurar o abastecimento de alimentos e bens de consumo, seu caráter cultural tende, cada vez mais, a ser relevante para as sociedades atuais. Dessa forma, através das suas configurações, os lugares de comércio abrem possibilidades para outros usos (de lazer, de apropriação de espaços) e relações que não se resumem somente à compra e à venda de mercadorias (FREIRE, 2010).

Entretanto, cada cidade tem seu próprio estilo. Se se aceitar que a relação entre coisa física, a cidade, sua vida social, seu uso e representação, suas estruturas, forma um conjunto de traços constantes, então se vai concluir que, em uma cidade, o físico produz efeitos no simbólico: em suas escrituras e representações. E que as representações feitas da urbe, do mesmo modo, afetam e conduzem seu uso social, modificando a concepção do espaço (SILVA, 2011, p. XXIV).

Aqui abro um parêntese para lembrar que, embora a temática das feiras não seja propriamente o objeto de estudo desta tese, é quase impossível falar sobre as dinâmicas do comércio de rua em Salvador sem fazer referência às emblemáticas feiras-livres da cidade. Dentre essas feiras, destaca-se a de São Joaquim e as duas feiras que a antecederam, as extintas Feira do Sete e Feira de Água de Meninos. A Feira de São Joaquim surgiu em decorrência dos incêndios de 05 e 09 de setembro de 1964, que culminou com a extinção da antiga Feira de Água de Meninos (detalhes do cotidiano dessa extinta Feira podem ser vistos na **Figura 27**).

O espaço onde atualmente funciona a Feira de São Joaquim seria utilizado como um paliativo até que o Governo reconstruísse a Feira de Água de Meninos no mesmo local onde funcionava anteriormente. No entanto, com o passar do tempo, os feirantes foram se estabelecendo no novo local e assim São Joaquim foi tomando corpo. Atualmente, encontra-se em curso um processo de intervenção para o seu

tombamento como Patrimônio Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).<sup>38</sup>

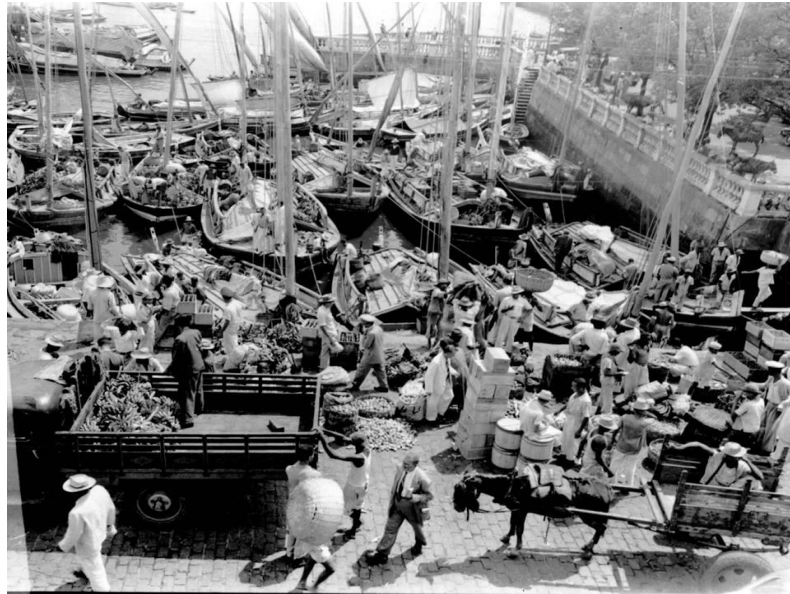


Figura 27 – Aspecto do Mercado de Água de Meninos em maio de 1952. Fonte: IBGE.<sup>39</sup>

A Feira de São Joaquim está localizada na cidade baixa no bairro da Calçada, e situa-se um pouco antes da entrada do terminal marítimo de onde partem os ferryboats com destino à Ilha de Itaparica. Deve-se ressaltar seu papel no abastecimento de gêneros para uma significativa parcela da população na cidade de Salvador, inclusive o fato de servir de fonte de abastecimento para muitos dos comerciantes que praticam o comércio de rua em vários pontos da cidade.

Dados recentes apontam que a Feira acolhe cerca de 8.000 a 8.500 feirantes em mais de quatro mil boxes, que vendem alimentos típicos, temperos, artigos religiosos – principalmente ligados à religiosidade afro-brasileira –, artesanato de palha e cerâmica, frutas, verduras, legumes, carne, peixe e até animais vivos, trazidos de diversas partes do Estado, principalmente do Recôncavo Baiano. A Feira também abriga pequenos restaurantes.

A Feira ganhou ainda mais visibilidade depois que exposições de fotografias e gravações de documentários e filmes foram feitas. Depois de algum descaso e "vista grossa" dos órgãos públicos municipais face ao seu estado de degradação, e após

<sup>38</sup> Sobre São Joaquim, ver Paim (2005) e Souza (2010).

<sup>39</sup> <https://www.facebook.com/groups/nossobairro2dejulho/?fref=ts>

quase 50 anos, a Feira passou por um plano emergencial de reforma da infraestrutura básica e de reorganização.

Durante a pesquisa de campo, constatei que existem redes que ligam os vendedores do centro a outros de outros pontos da cidade, como os da Feira de São Joaquim com os da Sete Portas e da Estrada Velha do Aeroporto. Isso me levou a fazer algumas incursões por esses lugares que, embora não fossem o meu campo empírico, eram importantes como referência para o comércio de rua do Centro Antigo. Geralmente, são lugares de abastecimento dos comerciantes de rua retalhistas, das baianas de acarajé, dos vendedores de raízes medicinais e de produtos religiosos, dos baleiros e dos vendedores de outros quitutes.

É na Feira de São Joaquim que Dona Edna compra os produtos para confecção do acarajé, e é onde Cláudio, outro deles, compra as plantas e raízes que comercia no Largo Dois de Julho. É também numa das suas muitas *bombonieres* que João, um terceiro interlocutor, compra os doces e balas para abastecer a sua pequena banca no Dois de Julho. Minha primeira incursão à Feira São Joaquim foi numa manhã de sábado em finais de 2012. A visita coincidiu com um dia de intensa chuva em Salvador, o que não me impediu de continuar com a minha intenção de visitá-la e de praticar meu intento.



Figura 28 e Figura 29 – Cotidiano dos espaços de venda em São Joaquim.  
Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Cheguei por volta das oito horas da manhã, sendo o sábado “o dia de feira”, a movimentação era já intensa. Na parte exterior até o portão de entrada da Feira, comerciantes em bancas improvisadas no chão aliciavam a clientela, oferecendo

frutas, tempero verde, saco plásticos para compras, utensílios para cozinha. Esse cordão de vendedores de frutas, legumes e tempero verde se estende até a parte interior do portão. Ainda na parte exterior do portão que dá entrada à Feira, me deparei com duas jovens mulheres que aparentavam ter vinte e poucos anos e comercializavam iguarias, dentre as quais, bolos de carimã, bolo de aipim, beiju, pamonha, todas envolvidas em folhas de bananeira e assadas em forno à lenha.

Aproximei-me das duas, perguntei o preço dos quitutes e comprei um pedaço de bolo de aipim. Enquanto degustava a deliciosa iguaria, puxei conversa com as jovens, elogiei o produto que comprei, e indaguei de onde provinham as deliciosas iguarias que comercializavam. Elas me contaram que são elas mesmas que as confeccionam, e que as receitas haviam aprendido com as mães e, que essas, por sua vez, teriam recebido tais ensinamentos das suas avós. Questionei, também, se vendiam sempre naquele lugar e de qual região da cidade provinham. Em resposta, elas afirmaram serem moradoras da Estrada Velha do Aeroporto e disseram também que se deslocavam à Feira apenas nos finais de semana. Terminei de comer o pedaço de bolo de aipim, me despedi das duas vendedoras e adentrei na Feira.

Caminhei até o final de um dos corredores centrais e, já bem no fim, me deparei com uma barraca contendo uma enorme quantidade de plantas e raízes medicinais. Entretanto, o que mais me chamou atenção foi um painel enorme que havia no cimo da construção da barraca, cuja foto me era bastante familiar. Tratava-se da imagem de uma vendedora do mercado de São Paulo, um dos mercados mais emblemáticos de Luanda. Parei para observar, cheguei mais perto, e o proprietário da barraca, observando a minha curiosidade, aproximou-se de mim. Cumprimentei-o e me apresentei como um estudante angolano. O Senhor Lázaro, o proprietário da barraca, ficou encantado e, com o sorrisinho, questionou-me se eu reconhecia o cenário da foto. Respondi que sim, que se tratava do Mercado de São Paulo, em Luanda. Ele falou, então, sobre a origem da imagem, afirmando que tinha muito orgulho de ter aquela foto ali, pois era a última sobrevivente da exposição fotográfica de Sérgio Guerra.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> A exposição fotográfica “Lá e cá: um encontro de São Paulo com São Joaquim”, do publicitário, fotógrafo e produtor cultural Sérgio Guerra, com 438 fotografias, em tamanhos variados, espalhadas ao longo de 34 mil metros quadrados, buscou retratar o cotidiano de duas feiras-livres bastante semelhantes: a de São Joaquim, em Salvador, e a do Mercado São Paulo, em Luanda, Angola. A exposição permaneceu na Feira de São Joaquim de 18 de janeiro a 19 de fevereiro de 2006. Reproduções das fotografias expostas podem ser encontradas em Guerra (2006).



Figura 30 – Exposição de Sérgio Guerra na Feira de São Joaquim. Fonte: (GUERRA, 2006).

A conversa prosseguiu e perguntei ao Senhor Lázaro há quanto tempo exercia a atividade. O comerciante me contou que trabalhava na atividade acerca de quarenta anos, e que veio para São Joaquim depois da extinção da antiga Feira de Água de Meninos, local onde trabalhava, e desde então ficou. Com traços indígenas, tendo 65 anos, conversador e atencioso, Senhor Lázaro é casado e pai de quatro filhos. Ele me confidenciou ter aprendido o conhecimento das ervas com os pais. Senhor Lázaro carrega o nome do santo católico que cura as enfermidades e que, no Candomblé, tem correspondência com o Orixá Omulu, entidade associada à varíola e às doenças contagiosas.



Figura 31 – Plantas e folhas medicinais. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.  
 Figura 32 – Anúncio de artigos religiosos. Fonte: Orlando Santos/pesquisa de campo.

Durante o período em que permaneci junto à barraca do Senhor Lázaro, foi possível constatar que ela é bem concorrida e que ele não se limita a vender os produtos. Ele fornece aos clientes informações detalhadas sobre a utilização de cada planta ou erva, ou como ele próprio afirmou “*somos praticamente médicos, aprendemos a profissão com nossos pais, isso é de raiz*”. Sua atividade começa às seis horas da manhã e termina às cinco da tarde. Trabalha de segunda-feira a sábado e raramente aos domingos, pois aproveita para dedicar esse dia da semana para estar com a família.

No interior da Feira, além dos legumes, frutas, tempero verde, animais, peixe e mariscos, estão as diversas barracas especializadas em produtos usados na confecção de pratos e iguarias baianas (acarajé e abará, vatapá, caruru, moqueca, bolo de aipim, sarapatel, dentre outros). Chama a atenção, a presença de inúmeras barracas que comercializam produtos relacionados ao Candomblé e à Umbanda.

### 2.2.2 Não Tinha quem não ia à Feira do Dois de Julho

Sobre o Largo Dois de Julho, importa assinalar que se trata de um bairro conhecido por fazer parte do núcleo antigo da cidade de Salvador, com uma composição que carrega ainda determinados traços que lembram a “colônia”. Seja pelas marcas da sua construção arquitetônica: com casarões antigos, solares tradicionais e igrejas séculares, como o Museu da Arte Sacra, seja pelos nomes dos becos e ruas que documentam detalhes da história da cidade.<sup>41</sup>

Localizado na parte alta do Centro Antigo de Salvador e fundado na segunda metade do século XIX, seu batismo registra a data da independência da Bahia.<sup>42</sup> O Largo está limitado pela Avenida Carlos Gomes e pelo Largo dos Aflitos, incluindo as ruas do Sodré, Areal de Cima e Areal de Baixo,<sup>43</sup> Cabeça,<sup>44</sup> Democratas, e becos e ruelas adjacentes (**ver mapa** na Figura 33).

<sup>41</sup> Denominações como Beco do Mingau, Ladeira da Preguiça e Rua do Cabeça fazem eco e rememoram o contexto do trabalho de ganho nas ruas de Salvador (BORGES,2001).

<sup>42</sup> Ocorrida em 2 de Julho de 1823.

<sup>43</sup> A rua Areal de Cima esta localizada entre a rua do Sodré e o Largo dois de Julho. A Areal de Baixo Areal de Cima e o Largo dois de Julho.



Figura 33 – Mapa da localização do Largo Dois de Julho. Fonte: internet.

Os acontecimentos históricos marcantes, a arquitetura antiga, as atividades comerciais de varejo e de rua, os estilos de sociabilidade peculiares reforçam a construção simbólica da sua imagem como a de um bairro “típico” de Salvador.

<sup>44</sup> A respeito da origem da denominação rua do cabeça Dorea (2006) aponta que no período da Bahia colonial, a matança do gado se fazia nas imediações do mosteiro de São Bento e o comércio dos seus subprodutos espalhava-se por diversas ruas ali por perto, em açougues ou simples tabuleiro. Os currais, no ano de 1757, segundo descrição da Freguesia de São Pedro, localizavam-se na praça da piedade (...) naquela via, que ainda hoje existe, embora rebatizada como rua do Cabeça, as ‘fateiras’ costumavam expor nas portas dos açougues ou ao lado dos tabuleiros, espetadas em varas, numa cabeça de boi, de onde decorre o batismo rua da cabeça, como a encontramos registrada, em 1866, pelo historiador Mello Moraes (DOREA, 2006, p. 154-155)



Figura 34 e Figura 35 – Visão panorâmica da Rua do Cabeça em períodos diferentes.  
Fonte: internet.

No decorrer da sua existência, o bairro passou por inúmeras reformas. Os primeiros reparos no Largo tiveram início na gestão municipal de Neves da Rocha, mais precisamente entre os anos de 1938 e 1942. Ao passo que as últimas remodelações no Largo estiveram a cargo do projeto de reurbanização da administração do prefeito Antônio Imbassahy, entre os anos 1997 e 2000. Nas **Figuras 34 e 35**, podem-se constatar os contrastes entre a paisagem e a arquitetura atual e a original do bairro, particularmente as efetuadas na Praça Inocência Galvão (BORGES, 2001).



Figura 36 e Figura 37 – Passado e presente, Praça Inocência Galvão. internet.<sup>45</sup>

<sup>45</sup> Fonte: <https://www.facebook.com/groups/nossobairro2dejulho/?fref=ts>



Essas reformas tiveram impacto no comércio de rua desenvolvido no Largo, dentre elas merece destaque a reorganização e reconfiguração do forte comércio feirante que existiu ali. Apesar das inúmeras reformas efetuadas, a região do Dois de Julho não perdeu, na totalidade, as tradicionais atividades de comércio de rua, uma prática antiga no bairro. Portanto, não sendo o comércio de rua uma atividade recente nesse espaço, notícias sobre a existência de pontos de comércio de rua nessa região já figuram em jornais da primeira década do século XX.<sup>46</sup>

Aliás, importa assinalar que, em trabalhos sobre os cantos e ganhadores no século XIX, Mattos (2008) e Reis (2008) têm apontado que, no período, havia uma forte presença demográfica de ganhadores que trabalhavam e residiam na região. Pode-se observar nas **Figuras 36 e 37**, o trabalho de ganhadores exercendo atividades de aguadeiro.<sup>47</sup>



Figura 38 – Aguaceiros na extinta fonte do Largo Dois de Julho.

Figura 39 – Aguaceiros no Largo Dois de Julho.<sup>48</sup>

Nos discursos de origem exógena, particularmente nas inúmeras notícias publicadas pela imprensa soteropolitana, são abordadas as histórias e o cotidiano do

<sup>46</sup> Trata-se de dois artigos. O primeiro, publicado pelo jornal A Cidade (1917), intitulado “As vendedeiras de cocada no Cabeça”, aborda o cotidiano das mulheres vendedoras de cocada na Rua do Cabeça. O segundo, “Os Aspectos feios da Urbs – Vestígios da colônia” (1918), deflagra duras críticas ao comércio nas ruas de Salvador, particularmente aquele praticado na então “Feira do Dois de Julho”. Sobre a análise desses artigos, ver Sanches (2013).

<sup>47</sup> Carregadores de água que vendiam e forneciam água para o consumo doméstico.

<sup>48</sup> Fonte: <https://www.facebook.com/groups/nossobairro2dejulho/?fref=ts>

Dois de Julho. A título de exemplo, na sua edição de 20 de julho de 1987, o jornal Tribuna da Bahia, num tom nostálgico, noticia: “*Largo 2 de Julho, página rica da história*”.

O artigo começa por abordar as transformações ocorridas no Largo, evocando os tempos da *Belle Époque*, na qual a região era considerada como um dos espaços mais centrais de Salvador, albergando algumas das famílias mais tradicionais da cidade. Ele era frequentado por pessoas ligadas ao ciclo artístico e o da intelectualidade “baiana” da época. Figuras como o poeta Castro Alves e o escritor Jorge Amado são apontados como “antigos” ilustres frequentadores e moradores do bairro. A existência da Boate Azul, do Clube Fantoches e do restaurante Porto do Moreira contribuiu para atrair esse público.

Mas o aspecto da referida notícia que interessa aqui reter é a menção que faz ao fato de o Dois de Julho ter se notabilizado, ao longo dos tempos, como sendo um dos principais pontos de comércio de carnes, aves, pescados, mariscos, temperos frescos, venda de flores, ingredientes, geralmente vendidos em plena rua, da culinária baiana, como: aipim, tapioca, dendê, gengibre, tempero verde, feijão fradinho, castanha, amendoim e camarão seco; e da comida sertaneja, como: carne do sol, sarapatel, fato e mocotó. A propósito, uma moradora do bairro, afirma:

Tratando-se do Largo, tínhamos uma boa feira. O peixeiro Vavá, muito atencioso, Dona Maria do Beco do Mingau, aquele beco que fica perto do Sodré, onde hoje há uma loja de animais, na esquina que sai no Areal de cima, fazia um mingau muito saboroso. Os verdureiros eram quase todos Sergipanos, vinham à porta com tabuleiros e cavalete, a dona-de-casa anotava as compras e pagava no fim de semana<sup>49</sup>

Assim, o Dois de Julho tem sido bastante referenciado por albergar um comércio de rua e vajerista bastante diversificado. As memórias dessas formas “tradicionais” de comércio (venda de quitutes, comidas típicas, frutas e legumes, plantas e raízes, animais), outrora bastante pujante na região, estão presentes no imaginário coletivo dos soteropolitanos e são rememoradas não só por moradores e frequentadores.

As narrativas sobre a presença de atividades comerciais de rua, ao longo dos tempos, estão de igual modo presentes nos discursos de comerciantes recolhidos no

---

<sup>49</sup> Maria Julieta Costa, moradora do Dois de Julho (apud BORGES 2001, p. 117).

decorrer do trabalho de campo. Sobre o assunto, João, comerciante na região acerca de quarenta anos, lembra o tempo em que se estabeleceu no Dois de Julho e da Feira Grande que ainda alcançou:

Quando eu cheguei aqui, em 1970, aqui no Largo Dois de Julho era tudo diferente, mudou tudo, colocaram pavimento novo, agora é tudo legalizado. Antigamente no Largo Dois de Julho tinha uma feira, depois acabou e aí modificou a praça toda. Vendia-se tudo. Era uma feira que vendia verdura, fruta, um bocado de coisa a feira vendia. Ela abastecia praticamente toda essa região aqui. Depois a feira acabou e começaram a aparecer os bares, as padarias (João 29/09/2012).

Cláudio, outro comerciante entrevistado, fala também sobre as modificações do espaço público ao longo dos anos e sobre as alterações da antiga feira do Largo:

Sobre o Largo Dois de Julho, antigamente era uma feira. A que eu alcancei. Saía daqui onde se encontra a minha barraca até ali na sinaleira próximo ao prédio do Procon, na saída do Dois de Julho para Carlos Gomes. Depois terminou essa feira, e entrou outra, daí diminuiu e ficou daqui até ali em cima. Depois modificou de novo e ficou essa que você tá vendo aí, sem qualidade. Quando ela foi modificada, eu era ainda garoto. Deve ter mais ou menos uns trinta anos. Era mesmo feira de verdade, que as pessoas ganhavam mesmo dinheiro. (Cláudio, 16/10/2012).

Nos depoimentos, os dois comerciantes ressaltaram, muitas vezes em tom de nostalgia, o período no qual o comércio na região tinha as feições e dimensões de uma feira-livre que inicialmente funcionava diariamente, e posteriormente passou a funcionar um dia por semana até ser “extinta”, pelo menos nos moldes de feira-livre. Aliás, na narrativa de Cláudio, a feira que continua a existir “*ficou essa que você tá vendo aí, sem qualidade*”.

Como observei no depoimento de Cláudio e também no de outros comerciantes da região com os quais conversei, essas reformas tiveram impacto negativo no comércio de rua desenvolvido no Largo. Dentre essas transformações, merece destaque a extinção da feira que existiu no Largo, acerca de quarenta anos atrás. Uma das últimas reformas previa a formalização do comércio anteriormente praticado nos moldes de uma feira-livre, com a criação de barracas e a formalização de uma parcela dos feirantes, muitos dos quais atualmente são proprietários dos pequenos mercadinhos da região.

De lá para cá foi descendo, foi caindo. Foi sofrendo várias modificações, foi mudando de prefeito, foi mudando, foi enfraquecendo também mais as vendas aqui. Aqui, o comércio era forte em geral, era muito bom, mas, devido essa mudança de prefeito, começaram a fechar a rua e aí foi enfraquecendo o comércio (Cláudio, 16/10/2012).

Antônio Pinheiro, morador e comerciante na região, lembrou o cotidiano da Feira que ele também alcançou. Ele falou dos produtos que ali eram comercializados, sobre a relação entre comerciantes e fregueses, e das suas experiências do viver a Feira:

Aqui no Largo existia aquela venda de tabuleiro em que a pessoa conhecia quem vendia o produto, porque não era um produto qualquer, era um produto selecionado. Eles, os comerciantes, iam à Feira Grande e traziam produtos de boa qualidade para ser vendido. Todo mundo aqui vinha e comprava nas mãos deles, porque eram produtos que não ofereciam nenhum prejuízo à saúde e era bonito. Porque, você tinha um produto selecionado, bem arrumado no tabuleiro e isso despertava a atenção das pessoas e, às vezes, você, mesmo não precisando, acabava por comprar. Tudo isso, para manter viva a feira que era também a cultura e para se socializar com as pessoas. Havia uma troca de conversa, havia um diálogo entre vendedores e compradores. A feira servia como um pretexto para um encontro, então você fazia quase que uma higiene mental. Eu tive o prazer de vivenciar nesse bairro pessoas que criaram as suas famílias, criaram filhos, tudo a partir da feira. O vendedor conhecia todos os seus clientes. Nós que chegamos aqui e já os encontramos, começamos a crescer no bairro, éramos bem tratados por eles. Eles tinham um cuidado em saber quem era quem. Porque todo mundo praticamente se conhecia, era uma região pequena, mas para a gente, essa região pequena parecia o nosso mundo, o espaço que a gente vivia (Antônio Pinheiro, 21/11/2013).

O espaço da feira e do comércio de rua adquire, nesses relatos, um elevado significado simbólico para a memória do bairro e no imaginário social dos seus habitantes. Questionado sobre a proveniência dos comerciantes da Feira do Dois de Julho, Cláudio, comerciante que possui longa vivência na região, revelou que,

Alguns eram mesmo comerciantes daqui do bairro, e outros eram os meninos que viam com os pais, viam e aprendiam. Aprendeu a trabalhar e herdou do pai, da mãe. Os pais se aposentaram e passou para os filhos que ficaram trabalhando. Como eu mesmo, eu herdei da minha avó, eu aprendi com minha avó. Quando ela faleceu, eu dei continuidade. É a raiz, né? (Cláudio, 16/10/2012).

Sobre a composição da Feira do Dois de Julho em termos étnico-racial, maneiras de ser e de estar desses indivíduos e as relações sociais estabelecidas, Antônio afirmou:

Eram pessoas humildes! Havia uma predominância negra. Mas, quando se percebeu que o mercado era promissor, começou a ter uma concorrência. Então foram entrando outros grupos também e alguns foram ficando velhos e a família às vezes não tinha vontade de continuar. Pessoas simples, mas muito respeitadas por seus clientes. Não eram pessoas que faziam nenhuma extravagância. Homens comuns que tinha também o prazer de se alimentar. Quando vendiam também ficavam satisfeitos, se realizavam. Após um dia de boas vendas, alguns cantavam, tocavam instrumentos. Não era nenhuma arruaça, a gente observava que a florava vida e esperança. Pessoas que criavam seus filhos, alguns, só porque eram negros, o pessoal chamava de Pelé. Eram pessoas prestativas, não vendiam só por vender. Se você precisasse trocar um dinheiro, se você precisasse de uma ajuda para ajudar nas compras... Mas ainda assim, eles foram bastante perseguidos, a perseguição foi muito grande. Falava-se que a feira sujava o ambiente, mas ao invés de só reclamar... nunca colocaram cestas. Eram pessoas que vinham das redondezas ou de outros lugares, de outros bairros (Antônio Pinheiro, 21/11/2013).

A presença constante e viva da feira nas narrativas dos atuais comerciantes assim como dos moradores antigos do Largo Dois de Julho leva-me a sugerir que esse espaço de comércio e de sociabilidades constitui um importante elemento que documenta a própria história do bairro. A feira representa o bairro, a sua memória, a sua história, e um dos comportamentos considerados específicos dos moradores: ir à feira. Quando questionados sobre como era o Dois de Julho, um dos principais aspectos ressaltados é o comércio do bairro.

Outro aspecto que transparece nas relações sociais entre comerciantes diz respeito à forma como eles se mobilizam perante situações de óbito e doenças de algum colega com quem mantêm relações de amizade, ativando redes de solidariedade para auxiliá-lo. Essa situação ficou patente no depoimento dado por Cláudio, numa das minhas visitas. Eram cerca de dez horas da manhã do dia 13 de dezembro de 2013, quando cheguei ao Dois de Julho e encontrei Cláudio varrendo o passeio que fica em frente à sua barraca. Cumprimentei-o com um aperto de mão e lhe perguntei: “*chegou agora, foi?*”. Cláudio respondeu: “*é, rapaz, acabei de chegar*”. Eu retorqui, em tom de brincadeira: “*tá chegando tarde, hein?*”. Cláudio respondeu:

É, rapaz, estou com dois meninos para tomar conta. Minha mulher morreu tem três meses. Morreu de repente. Ela tinha 48 anos, estava na sala sentada a ver televisão e teve um ataque cardíaco e morreu. Eu estou com dois meninos um de dezessete e a outra de vinte que se separou e está aqui comigo. Tem vinte anos, mas a cabeça ainda é de criança. Passei por essa dificuldade, e o pessoal da Igreja não me ajudou em nada. Ajuda você às vezes encontra mais do povo aqui fora, o povo aqui fora é mais unido. Assim que a minha esposa morreu, um colega aqui me deu mil reais e outro novecentos reais, sem eu pedir. O povo da Igreja só dá valor quando você tá ali com o microfone nas mãos a pregar. Mas, fora isso, não vejo muita união. Aqui, o povo é mais unido. Por isso, acho que [não] deve ter discriminação, nem preconceito. Cada um tem de respeitar a religião do outro, a crença do outro (Cláudio, 13/12/2013).

Algumas formas de interação e laços de sociabilidade que observei, durante o período de pesquisa de campo, sugerem uma extensão dos laços de solidariedade, das redes de vizinhança e das relações de apadrinhamento cultivadas nos bairros “populares” de Salvador. Ao fazer referência a esse aspecto, João afirmou: *“A vida é assim, quem faz o bem não perde nada. Amanhã você pode precisar. Nessa vida a gente tem que ter união. Devemos estar unidos”* (João, 29/09/2012). A ideia contida no depoimento de João aponta para importância dessas redes de relações sociais enquanto fonte de suporte social.

Outro aspecto relevante, presente nas narrações dos comerciantes e moradores entrevistados, diz respeito à ideia, quase consensual, de uma atual “decadência” do bairro Dois de Julho. São apontados vários fatores como justificativa para a situação de degradação do bairro. Para alguns, o declínio é consequência do comércio de rua efetuado por barraqueiros e camelôs, do crescimento de pedintes e moradores de rua que se instalaram na região: *“antigamente, podíamos ter uma ampla visão da praça, o que hoje não é possível por causa do amontoado de barracas [...]. Isso alterou o nível social do bairro, e o intelectual também acabou sendo atingido”*<sup>50</sup>

De acordo com essa corrente, a presença desses novos “inquilinos” originou a retirada de muitas famílias para melhores moradias, casas mais modernas, apartamentos que oferecem o conforto que já não se tinha no Dois de Julho. Essa nostalgia dos tempos auréos do bairro está patente num dos depoimentos feito pelo dono de um “tradicional” restaurante da região:

---

<sup>50</sup> Alberto Luiz da Silva Viana, morador do Dois de Julho cf. Borges, 2001, p. 111

O número de barracas e de camelôs que aumentou consideravelmente e a falta de limpeza foram mudanças lamentáveis. O Largo Dois de Julho mudou muito, era um lugar bonito. Os antigos moradores pintavam as casas regularmente, famílias de trato residiam ali. Aos poucos, entre 1977 e 1980, foi acontecendo a evasão de algumas famílias que se mudaram para bairros como Caminho das Árvores, Itaipara, e tanto a paisagem quanto ao ambiente foram se degradando. As boas casas de antigamente tornaram-se pensionatos. Hoje, estão envelhecidas e descuidadas, há muito hotel, comércio de bebidas, travestis transitando. O centro da cidade nunca mais será o mesmo (apud, BORGES, 2001).

Em 2008, a Prefeitura elaborou um plano para a criação denominado Santa Tereza, abrangendo parte significativa do bairro Dois de Julho. Esse plano previa ações de reurbanização de encosta e logradouros públicos, relocação de ambulantes, implantação de espaços de convivência, mobiliário urbano e estacionamentos, qualificação do sistema viário, da acessibilidade, do transporte e da iluminação pública. A Prefeitura justifica a intenção de reorganizar a mobilidade e ordenar os espaços públicos, objetivando o desenvolvimento do turismo e a dinamização do comércio. No entanto, não fez nenhuma consulta aos moradores ou promoveu qualquer debate com os comerciantes e frequentadores do bairro, tampouco previu a adoção de instrumentos de proteção e inclusão socioespacial das populações vulneráveis e de medidas para inibir a especulação imobiliária (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014, p. 446-447).

Atualmente, verifica-se um conjunto de ações no sentido de resgatar a dignidade do bairro e afastar o estigma de periculosidade. O “Movimento Dois de Julho”, por exemplo, é um projeto que consiste na realização de diversas atividades culturais no bairro, tais como: exibição de filmes, promoção de debates, organização de feiras de economia solidária e de oficinas de arte, além de apresentações de música, dança, capoeira, performances, artes visuais, poesia e teatro. A programação desse projeto objetiva a mobilização da comunidade para a reflexão sobre o local, e leva em consideração as tensões ligadas ao urbanismo e ao desenvolvimento cultural do bairro. <sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> O movimento possui uma página facebook denominada “Nosso bairro é Dois de Julho”: <https://www.facebook.com/groups/nossobairro2dejulho/?fref=ts>. Os integrantes do grupo se reúnem as terças-feiras nas instalações do CEAO.

Não quero deixar o largo dois de julho. Aqui temos acesso fácil a tudo, a proximidade do comercio da avenida sete, a feira, armazéns, padarias, igrejas e a vizinhança do mar. É descer a rua Democrata e a Visconde de Mauá, lá está a belíssima vista da Bahia de Todos os Santos. Vejo o Largo Dois como um gueto.<sup>52</sup>

A partir dessa mobilização, os moradores e amigos do bairro têm elaborado, a respeito dele, sentimentos de pertença e referências identitárias, mas de outro tipo, a partir das suas próprias experiências de vida cotidiana e do seu quadro de existência social (CORDEIRO, 1999).

---

<sup>52</sup> Teresinha Serrano Batinge, moradora sexagenária do Largo Dois de Julho, cf. Borges (2001).



### 3 ITINERÁRIOS OCUPACIONAIS E EXPERIÊNCIAS VIVIDAS

*“[...] As experiências de vida, tão singulares que sejam, podem quando muito ser consideradas como experiências da vida em sociedade”*

(HOULE, 2008, p. 326).

Neste capítulo, apresento ao leitor, primeiramente, perfis biográficos e fragmentos de trajetórias de vida de cinco personagens desta pesquisa, captados a partir de entrevistas e conversas informais. E, posteriormente, analiso as narrativas que fazem sobre suas experiências sociais e suas histórias ocupacionais, buscando discutir o modo como compreendem e vivenciam suas existências.

Partindo da perspectiva de que os percursos de vida são produtos da interação, em constante evolução, entre as restrições estruturais e o pensamento, a vontade e a ação humana (ANDREWS, 2007), busco perceber os contextos sociais nos quais se desenrolam essas experiências de vida relacionadas às atividades comerciais de rua.

Para efeitos dessa análise, concebo as trajetórias de vida como fragmentos da história de vida, um determinado percurso, itinerário ou ciclo de vida do entrevistado que vai ao encontro aos interesses da pesquisa (GONÇALVES; LISBOA, 2007). Nesse contexto, podem ser consideradas como narrações dos atores sociais relativas aos seus percursos biográficos e referentes às circunstâncias histórico-sociais que os caracterizam. Ou ainda, como relatos que um indivíduo faz a alguém da sua experiência numa interação face a face (BERTAUX, 1981; FERRAROTTI, 1981 apud CRESPI, 1997, p. 224;).

Conforme destacam Jovchelovitch e Bauer (2008, p. 91), é através da narrativa que as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para ela, e encadeiam acontecimentos que constroem a vida individual e social. Assim sendo, contar história implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que conformam a vida cotidiana normal.

E é a partir da minha participação nesses contextos que descrevo os perfis sociais e os percursos de vida dos meus interlocutores, buscando contemplar três dimensões das suas trajetórias de vida: o seu passado de sucessos ou de

fracassos, o seu presente plétórico de estratégias e o seu futuro de receios e expectativas. Com base nelas, apresento a seguir fragmentos das suas vidas.

### 3.1 De Pelé a Quitério do Beiju, “Na rua você está em contato com o mundo”<sup>53</sup>

Começo por abordar o percurso de vida de Quitério, com quem estabeleci o primeiro contato. Homem negro de 62 anos, nascido no município de Nazaré das Farinhas, cidade do Recôncavo Baiano, Quitério provém de uma família humilde, cujas mulheres exercem papel central.<sup>54</sup> Quanto tinha cerca de nove anos de idade, após a morte do pai, ele mudou-se com a mãe para Salvador, onde buscavam encontrar outras possibilidades de vida.<sup>55</sup> Quitério é casado, tem dois filhos, frutos de relacionamentos anteriores<sup>56</sup>. Sobre a sua origem familiar, depôs:

A minha bisavó foi escrava, morreu com cento e poucos anos. Eu tinha por volta de sete anos, ainda tenho a imagem dela na cabeça. E a minha avó era mulher muito batalhadora, ela fazia mingau, cocada, essas coisas. Eu era muito agarrado com ela, a minha avó. Minha mãe era parteira, mas também lavava roupa e vendia quitutes (Quitério, 23/09/2012).

São três gerações citadas, a da bisavó, a da avó e a da mãe, todas “mulheres muito batalhadoras”, usando as próprias palavras de Quitério. Memórias do passado de escravidão também estão presentes no depoimento do comerciante, quando, por exemplo, afirmou: “a minha bisavó foi escrava, morreu com cento e poucos anos”.

Abordei Quitério pela primeira vez, em finais de 2012, na Avenida Sete de Setembro, no espaço onde trabalhava como vendedor de beiju. Sua barraca de beiju costuma ser bastante concorrida. Lembro que, frequentemente, eu encontrava um grupo de seis a sete clientes à espera de atendimento, enquanto outros clientes chegavam. De segunda a sexta-feira, a partir das quatro da tarde até às nove da

<sup>53</sup> Frase de Quitério.

<sup>54</sup> São inúmeros os trabalhos que destacam a centralidade das mulheres em famílias afro-brasileiras pertencentes a estratos sociais mais desfavorecidos no que se refere a fatores socioeconômicos. Sobre a temática, ver: WOORTMANN, 1987; VERGER, 1992; SOARES, 1996; FERREIRA FILHO, 2003,1994; MARTINI, 2007; HITA, 2014.

<sup>55</sup> A designação Nazaré das Farinhas advém da intensa produção e comercialização da farinha de mandioca na região. Nazaré também é muito conhecida por realizar uma feira que reúne artefatos de cerâmica comercializados por artesãos da região de Maragogipinho, distrito do município vizinho, Aratuípe, a Feira dos Caxixis.

<sup>56</sup> No período em que a pesquisa foi realizada, Quitério estava no sexto casamento e morava com a atual esposa e o seu filho mais novo. A casa de Quitério fica numa invasão situada entre os bairros do Politeama e do Campo Grande. A filha mais velha mora na Boca do Rio com o marido e os filhos.

noite, Quitério monta a sua “empresa móvel”, composta por: uma banca de madeira, um fogão a gás, vários potes e marmitas com os ingredientes do beiju, um sombreiro, o menu, um isopor grande onde conserva os recheios do beiju (queijo ralado, goiabada, carne seca desfiada, presunto, calabresa), dois bancos para acolher a clientela.<sup>57</sup>

Quitério tem o ponto próximo de sua casa, situação privilegiada que facilita o traslado dos meios de trabalho de casa para o local de venda e vice-versa. Quando chega à sua casa, às nove horas da noite, após um breve descanso, começa a preparar o necessário para mais um dia de trabalho. Sobre a preparação do recheio do beiju e técnicas de confecção, o comerciante explicou:

Tem dia que vou dormir meia noite, uma hora da manhã. Chego em casa e já preparo. Eu não sabia como colocar a massa, comprava a massa já pronta no pacotinho, depois eu descobri como é que se molhava a massa. Três kg de goma dão pra fazer cinquenta beijus, um kg de queijo dá para fazer 20 beijus, eu coloco 50 gramas de queijo em cada beiju. Hoje eu já sei tudo. Quando comprei aqueles potes, eu comecei sem potes, depois eu disse “vou botar nos potes, porque eu quero saber quanto dá por dia”. (Quitério, 23/09/2012).

Em relação ao lugar ocupado pelos laços de parentesco na estruturação das atividades dos comerciantes, observei que meus interlocutores, em algum momento do exercício da atividade, contam com a ajuda de pessoas ligadas às suas redes de parentesco e de vizinhança. A respeito, Quitério confidenciou-me que, ao iniciar o negócio do beiju, contou com a ajuda da esposa, embora ela tenha ficado impossibilitada de auxiliá-lo com regularidade, por ter começado a trabalhar em um restaurante como ajudante de cozinha algum tempo depois. Mesmo assim, ela ainda representa uma ajuda fundamental no preparo e na arrumação dos ingredientes para que Quitério possa ter tudo pronto para mais um dia de venda. Sobre o assunto, Quitério afirmou:

Minha esposa tem um salário do beiju, meu filho tem e um amigo meu também. Eu pago a minha mulher 60 reais por semana pra ela me ajudar no preparo, pago 30 por semana a meu filho e pago mais trinta a outro menino, meu vizinho (Quitério, 29/09/2011).

---

<sup>57</sup> Algum tempo após o término da pesquisa de campo, encontrei Quitério na Feira de Diversidade, evento realizado na Praça do Campo Grande. Quitério estava feliz e entusiasmado, pois conseguira comprar um carrinho compacto que alberga no seu interior fogão e isopor, e lhe facilita a locomoção.

A trajetória profissional de Quitério é bastante interessante e não está restrita a ser vendedor de beiju. Por volta da década de 1970, recém-chegado a Salvador, ele se inseriu no mercado de trabalho como ajudante de jardineiro no Corredor da Vitória (bairro nobre de Salvador), ofício com o qual não se identificou. O comerciante atribui essa não adaptação às exigências formais do uso de uniforme e de sapatos, hábito com o qual não estava familiarizado, “*Rapaz! Foi um sofrimento, eu não estava habituado a calçar sapatos, apertava no pé*”, disse Quitério.

Tempo depois, ele começou a trabalhar como “*ajudante de pedreiro, enquanto estudava de noite*”. Passado pouco tempo, abandonou o ofício de ajudante de pedreiro e passou a trabalhar como baleiro.<sup>58</sup> Aos catorze anos de idade, foi morar sozinho e, tempos depois, já aos quinze anos, começou a “*trabalhar em bar. Deixei de estudar. Aí minha vida era trabalhar, beber, passear*”, relatou Quitério.

Depois, Quitério iniciou uma longa trajetória como barman, que vai da década de 1970 ao início dos anos 2000. O seu percurso profissional, como pode ser visto nos trechos da entrevista apresentadas a seguir, está marcado pela passagem em conceituados bares e restaurantes da época, entre os quais se destacam o Avalanche, o Quintal e o Zanzibar. A respeito desse percurso, ele comentou:

Eu trabalhei muito tempo em bar. Trabalhei no Avalanche, que era um bar de referência dos estudantes de Salvador. E aí, eu conheci muita gente, comecei a me infiltrar no meio dos intelectuais, professores, estudantes. Então, o Avalanche, na década de 1970, era uma referência em Salvador. O Avalanche ficava no Canela, era de junto à residência universitária feminina. Aí, eu comecei a crescer, não numa sabedoria acadêmica. Eu comecei a ganhar muito dinheiro. Um cara com quinze, dezesseis anos, ganhava bem. Por ali eu tinha meu salário e ganhava os 10 por cento daquilo que eu vendia. Eu era a pessoa mais requisitada, e tinha gorjeta. Se bem que os estudantes não tinham muito dinheiro, mas, às vezes, se sobrava cinco centavos eles diziam: “não, fique pra você”. Aí chegou uma época que eu comecei a andar com esse pessoal e aí começou [...]. Daí eu fiquei no Avalanche até uns quatro anos (Quitério, 29/09/2012).

Depois de quatro anos trabalhando no Avalanche, Quitério abandonou o restaurante e tentou montar o seu próprio negócio. Em sociedade com um amigo, abriu um bar na Pituba, empreendimento que durou apenas dois anos. No trecho da

---

<sup>58</sup> Vendedor ambulante de balas e/ou guloseimas.

entrevista que se segue, Quitério explicou os motivos que estiveram na base do insucesso dessa iniciativa:

Quando eu abri o bar, já estava no meu quinto casamento [risos]. As coisas estavam indo direito, aí me surgiu um ponto para mim alugar, na Boca do Rio. Era um bar já montado. Eu, como tinha contrato ainda e não queria fechar o bar da Pituba, porque tinha muita conta para pagar e para receber, aluguei e botei a minha ex-mulher. Eu disse a ela “você vai ficar aqui tomando conta e eu fico lá. Quando, eu fechar lá, eu venho para aqui”. Aí ela tocou o bar, eu sempre estava lá. Aí, quando eu fechei o bar da Pituba e fui tomar administração do da Boca do Rio, ela disse: “Não, que nada. Isso aqui é meu!”. Eu disse: “o que é, rapaz?”. Ela diz: “você aqui não apita em nada! O bar é meu”. Eu digo: “tá legal. Eu botei no teu nome, então realmente o bar é seu”. Agora é o seguinte: “vou me afastar, vou embora e vou refazer a minha vida”. Aí, resultado, por conta disso, a gente rachou, se separou, né? Vinte e quatro meses depois, o bar fechou. Não foi porque eu me afastei. Quando o pessoal chegava “cadê Quitério?”. Eu dizia: “aquele negócio é de Luiza. Eu não tenho nenhuma zorra lá” (Quitério, 29/09/2012)<sup>59</sup>.

Após o fracasso do negócio, Quitério foi trabalhar no Restaurante Polo, no qual permaneceu por cerca de um ano e meio. Em 1979, começou a trabalhar no Bar Quintal e nele permaneceu por quinze anos. O Quintal apareceu em sua narrativa como um espaço emblemático, frequentado por intelectuais e políticos de esquerda. Ele narrou que:

O Quintal era um bar de referência de Salvador, onde se concentrava a esquerda política de Salvador. Era onde as pessoas se reuniam, onde foi fundado o PT [baiano]. Bem, não foi onde foi fundado não, era onde as pessoas se reuniam para discutir questões políticas e o PT praticamente foi fundado dentro do Quintal. As maiores discussões eram no bar Quintal. Nego vinha da Europa... Já vinha com a referência que o Quintal é onde se encontravam os intelectuais de Salvador, os intelectuais de esquerda, porque os intelectuais de direita não iam lá. Iam alguns, mas não frequentavam o bar (Quitério, 29/09/2012).

A entrada de Quitério na venda de beiju surgiu com a necessidade de ocupar os tempos livres, depois de ter se aposentado por conta de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que teve enquanto trabalhava no Restaurante Zanzibar, no início dos anos 2000. De acordo com o depoimento do comerciante:

---

<sup>59</sup> Quitério confidenciou-me que essa era uma prática corriqueira. Sempre que se separava de uma mulher, deixava tudo “para trás”, inclusive a casa. Ainda assim, Quitério afirmou manter uma relação de amizade com as cinco das ex-companheiras.

Há um tempo atrás, tive um AVC que deixou sequelas. Aí, deixei de trabalhar. Decidi procurar alguma coisa para me distrair e aumentar ou manter o meu padrão de vida. Fui chamado para gerir um bar, mas já não tinha saco de aturar bêbado. Eu ia ali em baixo da rua jogar baralho, mas comecei a me aborrecer. Os caras jogavam baralho como se disputando um prato de comida. Aí foi que eu pensei: “poxa o que eu vou fazer?”, foi então que comecei o beiju. Na época, o beiju era o quê? Era uma ocupação. Porque nessa altura, eu tinha o trabalho da câmara, que eram mil e duzentos reais e ainda tinha o INSS que na época eram quinhentos e pouco. Mas eu queria fazer alguma coisa. Se for jogar baralho, vou me aborrecer. Tinha que arranjar alguma coisa pra fazer. No início, eu comecei a vender por dia cinco beiju, não era ainda aqui onde estou agora, era do outro lado, em frente ao Forte. Eu dava mais do que eu vendia, eu ficava satisfeito quando passasse alguém conhecido ou um amigo meu que eu oferecia um beiju. Mas, às vezes, as pessoas diziam: “não quero não, acabei de comer agora” [risos] (Quitério, 29/09/2012).

Com o tempo, a clientela foi aumentando e Quitério começou a levar o negócio mais a sério, e foi aperfeiçoando o seu beiju, conforme me confidenciou:

Fui aos poucos me aperfeiçoando. Lá em Itapuã tinha um beiju que é muito bom, tão bom quanto o meu. Eu chegava lá, ficava olhando, pedia o cardápio e ficava meia hora olhando o cardápio, pedia o beiju, o cara me dava, eu levava meia hora comendo para poder olhar como funcionava, para pagar levava mais meia hora [risos]. As pessoas não dão as dicas, mas eu ficava a ver como era. No meu primeiro carnaval, eu botei, eu botava o queijo, era um pedaço. Mas, eu fui olhando e fui vendo que tem coisas. Todos os dias, eu vendo 60 beiju por dia. Todo dia, eu desço com 60 potinhos e levo uma vasilha sobressalente. Hoje eu já me dou o luxo de dizer que eu posso viver do beiju. (Quitério, 23/09/2012).

Quitério falou da atividade que exerce com orgulho e elevado grau de satisfação:

Me dá prazer, porque eu gosto de estar sempre conhecendo pessoas. Eu jamais seria um cara que sentasse [procurando palavras]... Se fosse uma pessoa que trabalhasse no escritório, ficar no escritório, detesto. Eu gosto de estar com as pessoas, conversar com as pessoas. Às vezes passa uma menina bonita, você faz um elogio. De vez em quando, você também é elogiado (Quitério, 23/09/2012).

A partir do relato de Quitério acima transcrito, nota-se certa satisfação pessoal no seu ofício, e me parece que o espírito empreendedor e empresarial com o qual

tentou pela primeira vez abrir o próprio negócio, o bar da Pituba, voltou a se desabrochar e tendeu a se realizar no negócio do beiju.

Eu faço eventos também, de vez em quando eu faço evento. Se você me chamar para fazer um evento, eu pergunto quantos beijus você vai querer, se for cem, eu já sei quanto eu vou gastar para fazer os cem beijus. Fui fazer um aniversário que a mulher pediu 150 beijus. Eu comprei uma saca de goma, comprei duas barras de queijo e, cheguei lá para fazer o evento, quando voltei com um [pausa para atender cliente, mudança de assunto]. Quando comprei aqueles potes, eu comecei sem potes, depois eu disse “vou botar nos potes, porque eu quero saber quanto dá por dia”. Por isso, eu hoje, se botar uma pessoa para trabalhar, a pessoa não vai me quebrar muito, eu já dou os potes a ela e já sei mais ou menos quanto vai dar por dia. Ele não pode me dar menos que [...], porque eu tenho beiju de dois reais, de dois e cinquenta, de três reais e de três e cinquenta. O que mais sai é o de dois, então na hora de fechar eu levo cinquenta beijus, no mínimo eu vou fechar tudo a dois e cinquenta, no mínimo dá cento e cinquenta reais. Não pode ser menos que isso, não pode ser cento e vinte. Porque cinquenta beijus a dois reais são cento e vinte, e a dois e cinquenta são cento e cinquenta. Porque o de três e o de três e cinquenta compensa o que eu vendo de dois e de dois e cinquenta. Eu tenho dez sabores. Ontem mesmo, eu vendi cento e cinquenta reais. Eu comecei levando vinte potes, cheguei naquela meta, aí comprei mais vinte potes, ficou quarenta. Agora já ultrapassei a meta de quarenta, comprei mais vinte e ultrapassei a meta de sessenta. Agora, vou comprar mais vinte e subir para oitenta potinhos. Se eu conseguir vender oitenta, aí eu parto para cem (Quitério, 23/09/2011).

Apesar das limitações deixadas pelo AVC (sobretudo a paralisação parcial dos membros superiores e inferiores esquerdo), Quitério tem uma vida ativa e externa à venda do beiju. Ele mesmo vai à feira comprar os produtos para confeccioná-lo, faz visitas a familiares e amigos, se encontra engajado em associação partidária e associação de bairro. Após contar a história de Quitério, apresento ao leitor o segundo perfil, o de Dona Edna, baiana de acarajé.

### 3.2 Dona Edna: a profissão, a fé e o axé, “a fé move montanhas”<sup>60</sup>

Nascida em Salvador, no bairro do Garcia, Dona Edna é uma mulher negra que durante a realização da pesquisa contava com 59 anos e exercia o ofício de baiana de acarajé por volta de quarenta anos. Como ela própria se define: “*Eu sou baiana, soteropolitana da gema*”.

---

<sup>60</sup> Frase de Dona Edna.

Solteira e mãe de quatro filhos, “*todos criados e casados*”, a baiana reside no bairro de Nazaré. Mas é na Avenida Sete que, de segunda-feira a sábado, das dez horas da manhã as seis e/ou sete horas da noite, ergue e desmonta o seu tabuleiro.<sup>61</sup> Seu ponto fixo é localizado em frente a uma movimentada loja de eletrodoméstico da Avenida Sete.<sup>62</sup>

Dona Edna é uma das poucas vendedoras de acarajé, no período da realização de minhas pesquisas, que ainda mantinha a fritura do bolinho de fogo no carvão. A maioria das baianas utilizam um pequeno fogão e o botijão de gás para fritar a massa do acarajé. Para além do acarajé, encontramos no interior dos tabuleiros os recheios do acarajé: caruru, vatapá, camarão, salada vinagrete e a pimenta. E em sua parte externa, os doces: cocada, bolinho de estudante. Ao lado, o fogareiro e o isopor com água e refrigerante. A respeito de como é um dia típico de baiana de acarajé, Dona Edna contou:

Às três horas da manhã, tomo banho e faço a minha oração. Vou para cozinha preparar o acarajé, tenho um carinho em preparar tudo. Eu faço tudo sozinha, só confio em mim mesma. Trabalhar com comida é muita responsabilidade, porque se der algum problema quem é responsável por isso sou eu (Dona Edna, 29/10/2012).

Dona Edna se iniciara nas lides do comércio de rua ainda criança. Em 1965, na companhia da irmã mais velha, começara a vender frutas e pequenas iguarias confeccionadas por sua mãe para contribuir no incremento da renda domiciliar. As suas experiências de trabalho estão circunscritas a atividades comerciais de rua, dentre as quais, a venda de frutas, iguarias e acarajé. Ela me confidenciou já ter trabalhado como baiana “*em outros lugares*”, como Garcia e Nazaré, e disse também que a Avenida Sete “*é onde eu enterrei o meu umbigo e daqui só saio para o cemitério*”.

Meu contato com Dona Edna aconteceu, pela primeira vez, no final de tarde de sexta-feira, em finais de novembro de dois mil e doze na Avenida Sete. Aproximei-me e pedi licença para me sentar e ela indicou-me um dos bancos que serve de assento para a clientela. Sentei próximo a ela, mas não consegui chegar

<sup>61</sup> O horário estabelecido por Dona Edna para o término das vendas é às cinco horas da tarde. Entretanto, dependendo do fluxo de clientela, ela estende mais as horas de trabalho para seis ou sete horas da noite.

<sup>62</sup> Dona Edna afirmou ser membro da Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (ABAM), possuir licença para o exercício da atividade e ter as anuidades em dia.



muito perto porque, além do tabuleiro, ao redor de Dona Edna tinham ainda inúmeros objetos de trabalho que me impossibilitaram. “*Diga aí, o que você quer mesmo saber?*” inquiriu-me ela, que, no início da conversa, havia relutado, afirmando não gostar de gravar entrevista, e dizendo que, no meu caso, abriria uma exceção. Essa postura de Dona Edna reforça a ideia de que, numa situação de pesquisa, a direção e o desenrolar do trabalho não é somente monopólio do pesquisador. Daí que, para Guerra:

É de assumir como pressuposto desta postura metodológica que estamos perante sujeitos racionais (entrevistador, mas também entrevistado). Sendo que ambos dão sentido à sua ação e, de forma aberta e transparente, definem o objetivo dessa interação: um pretende colher informações sobre percursos e modos de vida sobre os quais o outro é um informador privilegiado pelo fenômeno social que viveu. Assim, estamos perante um informador que, como sujeito inteligente, é capaz de reconhecer o seu interesse na pesquisa e concentrar-se na maioria das interrogações que o investigador coloca. Também se lhe reconhece o direito de recusar prestar informações, por não concordar com alguma dimensão da pesquisa ou por outra qualquer razão (GUERRA, 2006, p. 21-22).

Partindo dessas observações, procurei saber de Dona Edna se ela tinha alguma relação com o Candomblé, pois pretendia saber se ela seguia apenas as normas estipuladas para o exercício da atividade ou se, a par disso, era adepta da religião. À pergunta feita, Dona Edna respondeu:

Eu sou e não sou. Eu tenho isso aqui como um trabalho qualquer. Hoje em dia tem aquele pessoal da Igreja que vende, aí fica com aquela coisa. Isso aqui é um trabalho como outro qualquer, cada pessoa tem a sua religião, eu respeito. Sou católica, acredito em Deus e abaixo de Deus, os Orixás que eu acredito. Porque a fé remove montanhas, né, meu filho? Eu acho massa e morro de paixão dessa coisa da religião [Candomblé]. Só não estou mais dentro, porque não tenho tempo. Se eu tivesse mais tempo, eu estava lá dentro do negócio [do Candomblé] (Dona Edna, 29/10/2012).

Mesmo que Dona Edna não estivesse “totalmente” envolvida no Candomblé, naquele espaço ela representava a figura da “baiana”. E, como assinalado no início do trabalho, uma grande parte das baianas de acarajé é associada ao Candomblé. Além disso, não seria excessivo retomar que, de acordo com a tradição religiosa do Candomblé na Bahia, atividades como a venda de acarajé e de iguarias similares

estão, historicamente, associadas à comida ritual da religião.<sup>63</sup> E a venda do acarajé, está particularmente associada às filhas de Iansã<sup>64</sup> e de Xangô.<sup>65</sup> Dona Edna, como filha de Xangô, continua perpetuando esse preceito. Aliás, Dona Edna age para com os que a rodeiam com a mesma “senhoridade” típica de uma matriarca, uma mulher do Axé, uma “mãe de santo”. Sobre a clientela, afirmou Dona Edna:

[meus] clientes são variados. É mais a classe média: os que vêm aqui resolver algum problema, os que vêm ao médico, os que vêm trabalhar, os que vão ou saem da faculdade. Mas eu já tenho os meus clientes de algum tempo, que vêm lanchar. Mas o negócio agora está um pouco fraco. Há uns anos atrás, eu vendia grandes quantidades, hoje trago pouquinho, fico aqui a tarde toda. Antigamente, era melhor, hoje não está mais como antes. Eu acho que é falta de dinheiro, de emprego. O pessoal vinha trabalhar, dava meio dia e vinham fazer lanche. Agora, ou vai em casa almoçar, ou traz o almoço de casa. Porque agora o pessoal tem que fazer economia para transporte e outras despesas. Antigamente não era assim, porque o pessoal tinha dinheiro, ganhava e gastava. Agora, com esse desemprego, tá complicado (Dona Edna, 29/10/2012).

Durante o período em que convivi com Dona Edna e acompanhei o seu cotidiano, observei que o seu tabuleiro é concorrido, embora ela se queixe da queda do volume de vendas. Também observei que raramente o seu tabuleiro fica vazio. Os preços do acarajé que vende variam entre cinco e sete reais, dependendo se o produto tiver recheio completo ou não. Num dia de boas vendas, a baiana comercializa cerca de sessenta acarajés. Tal como fiz com outros dos meus interlocutores, procurei saber, de Dona Edna, qual o grau de satisfação que tinha com relação à sua atividade. E ela me disse:

Tudo que eu tenho, agradeço ao meu trabalho, estou feliz. Tenho saúde, gosto do que faço, amo o que faço. Faço isso aqui com muito amor, faço para as pessoas comer e eu quero comer também, porque gosto de fazer. Você quer ver uma falta que sinto daqui? É no carnaval. Carnaval, eu fico doida por não poder estar aqui a trabalhar. Quando tem feriado, Ave Maria! Eu sinto falta disso aqui. Porque aqui eu converso e brinco, isso para mim não é trabalho, para mim é terapia. Todos os dias, eu digo aos meninos que sinto falta disso. Eu sou feliz, muito feliz (Dona Edna, 29/10/2012).

---

<sup>63</sup> Sobre o assunto cf. Ferreira Filho (2003).

<sup>64</sup> Orixá dos ventos e dos raios.

<sup>65</sup> Orixá da justiça, dos raios, dos trovões e do fogo.

Diante de tanta satisfação, perguntei-lhe se havia alguma coisa que lhe chateava na atividade que desenvolvia. Ela me respondeu:

Eu acho que não tenho, ouviu, meu filho? Aqui eu não tenho o que me queixar. Para mim, está tudo ótimo. Vivo bem, quero que todo mundo viva bem. Todo mundo feliz, todo mundo bem. E aí eu vou levando minha vida. Não tenho o que me queixar.

A satisfação de Dona Edna tem a ver também com os bons rendimentos auferidos com a atividade que desempenha. Como queria saber sobre a parte econômica, sobre os rendimentos, perguntei a Dona Edna: “*Dá para viver do acarajé?*”. Ela, prontamente, me respondeu:

Para mim, dá tranquilo! Eu tenho minha casa própria, comprei com dinheiro daqui. O que eu ganho dá para eu pagar minhas contas, não sou rica e nem quero ser. Só quero ganhar o básico, quero viver bem e quero ser feliz. Graças a Deus, não me falta nada, tudo o que eu tenho é daqui, do que eu ganho aqui. Tenho quatro filhos, todos criados, todo mundo já casado, todo mundo com a sua vida já encaminhada (Dona Edna, 29/10/2012).

Perguntei-lhe também: “*algum dos seus filhos vai herdar seu tabuleiro?*”. Ela retorquiu:

Meu filho! Ninguém quis assumir isso aqui. É muito trabalho, isso aqui a pessoa tem que ter amor, né? Ninguém quis [silêncio], nem meus sobrinhos, nem meus filhos. Cada um ganhou seu rumo. Eu gostaria que alguém assumisse, agora que trabalhasse igual como eu trabalho. Eu tenho clientes que se passarem aqui e eu não tiver, eles não comem acarajé (Dona Edna, 29/10/2012).

Na sequência da conversa que estabeleci com Dona Edna, quis saber dela o que fazia “fora” do tabuleiro de acarajé. Ela replicou:

Às vezes quando tem um aniversário, eu vou. Mas, quando eu estou muito cansada, eu prefiro ficar em casa. Agora, verão, eu gosto muito de ir para praia. Vou para praia tomar meu sol, tomar a minha cervejinha que ninguém é de ferro. Dar minha relaxada, mas minha vida é normal. Carnaval, eu não trabalho, mas tenho umas amigas aí que gostam de sair de bloco, quando elas me chamam e eu não quero ir, fico em casa. Eu já saí muito no Alerta Geral. Cada dia, saía em um bloco, isso quando eu tenho vontade. Porque quando não estou... eu fico em casa. Às vezes, eu vou à praia. Lavagem do

Bonfim já foi muito bom, mas hoje não vale a pena (Dona Edna, 29/10/2012).

Deixo, por agora, a história de Dona Edna, para apresentar a seguir a trajetória de vida de Cláudio.

### **3.3 A Trajetória de Vida de Cláudio, “Decidi dar continuidade ao que aprendi com a minha avó”<sup>66</sup>**

Na época em que o conheci, Cláudio possuía uma barraca no Largo Dois de Julho. Nela, comercializava ervas e plantas medicinais, folhas para banho de limpeza espiritual, incensos, objetos usados para propósitos ritualísticos e de rotina pelas comunidades de terreiros de Candomblé e de Umbanda, dentre os quais pólvora, água de flor, aguidá, nagé, incenso, quartinhas. Algumas ervas comercializadas por Cláudio têm funções medicinais, outras têm usos religiosos e místicos, e são preparadas geralmente na forma de banhos.<sup>67</sup>

Morador do bairro de Boavista de São Caetano, Cláudio, todos os dias, se dirige ao Centro para administrar seu negócio.<sup>68</sup> Com aproximadamente 38 anos, há 20 anos exerce o ofício. Viúvo, pai de dois filhos, trabalha de segunda-feira a sábado, das nove horas da manhã às cinco da tarde. Segundo afirmou, sua clientela é majoritariamente formada por adeptos do Candomblé e da Umbanda: *“Uns compram para chá, outros compram produtos para limpeza de corpo. Geralmente, esses produtos medicinais aqui são mais vendidos para a parte religiosa, para limpeza”* (Cláudio, 16/12/2012).

Cláudio passou uma parte da infância na companhia da avó paterna e foi através dessa convivência que aprendeu a conhecer e identificar as folhas e ervas medicinais. No trecho que se segue, Cláudio rememorou a infância junto à avó e falou sobre os ensinamentos e saberes adquiridos nesse período:

---

<sup>66</sup> Frase de Cláudio.

<sup>67</sup> “Aguidá”: vasilha de barro onde se colocam comidas votivas. “Quartinhas”: vasilhas de barro, de determinada forma, onde são colocados os líquidos para os orixás.

<sup>68</sup> Boavista é um dos bairros que faz parte do distrito de São Caetano. São Caetano está localizado entre os bairros de Fazenda Grande do Retiro e Lobato, e é um dos bairros mais populosos de Salvador.

Minha avó me chamava para ir para o mato para catar erva, eu mais ela. Eu ia para não deixar ela sair sozinha as quatro ou três e meia da manhã e vir com saco de lá para o centro, na Avenida Sete. Aí, eu pegava e vinha com ela. Eu, menino, vinha com o saco de folha e ajudava ela a trazer. Para eu não ficar só em casa, depois do colégio, ela me mandava vir ficar com ela na venda... Aí eu ficava com ela na loja e fui aprendendo, fui gostando de trabalhar com ervas medicinais (Cláudio, 16/12/2012).

A avó de Cláudio tinha ascendência indígena e possuía uma loja de ervas medicinais na Rua da Força (no bairro Dois de Julho). A ideia de capitalizar os conhecimentos das ervas e montar o próprio negócio surgiu após o falecimento da avó em 1992.<sup>69</sup>

Comecei a trabalhar com um amigo, depois ele faliu. Entrei com os documentos na Prefeitura, corri atrás para botar uma barraca aqui. E, estou aqui até hoje a trabalhar com ervas medicinais (Cláudio, 16/12/2012).

No entanto, antes de tomar a decisão de abrir o próprio negócio, Cláudio passou algum tempo em São Paulo, onde fora levado por um tio paterno que lá residia há anos.<sup>70</sup> Cláudio afirmou que, durante os seis anos em que permaneceu em São Paulo, passou por dificuldades financeiras e trabalhou como ajudante de obras, juntou algum dinheiro até conseguir comprar uma passagem para retornar para Salvador.

Sobre a sua rotina cotidiana, Cláudio conta que levanta às seis horas da manhã e ajeita as coisas em casa. Depois, sai de Boavista de São Caetano para a Feira de São Joaquim onde, semanalmente, adquire os produtos que comercializa. De São Joaquim, vai para o Dois de Julho montar a barraca e iniciar a venda, por volta das nove horas da manhã.

Cláudio afirmou gostar de estar em baixo da árvore onde sua barraca está localizada. E me disse viver da atividade que desenvolve, já que é através dela que sustenta a si e a família: *“vivo da minha profissão. Não só eu como também a minha família. Já que lá em casa eu sou o único que trabalho, a minha família vive do que eu ganho”*. Prosseguir na atividade de vendedor é satisfatório para ele, conforme afirmou: *“Satisfeito eu estou, pelo incrível que pareça eu estou, porque dá para mim sobreviver, dá para manter a minha família, dá para mim comer o que eu gosto”*.

<sup>69</sup> Depois aprendi, mas com outras pessoas.

<sup>70</sup> Cláudio permanece em São Paulo de 1986 a 1991.

O comerciante concilia esse cotidiano de trabalho pesado com as atividades que desempenha como membro da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Apesar de evangélico, Cláudio comercializa produtos relacionados à religiosidade afro-brasileira e indígena.<sup>71</sup> Durante as nossas conversas, foi recorrente a sua intenção em se justificar por sua escolha, o que de certa forma evidenciava certo desconforto com a situação que vivia:

Geralmente, a pessoa que trabalha com esse produto é muito discriminado. As pessoas dizem que é coisa de macumba, de feitiçaria, que a pessoa que tem fé em Deus não pode vender esse tipo de coisa, não pode trabalhar com essa coisa, que isso é contra a lei de Deus. Então quem trabalha com isso sofre essa discriminação, porque pensam que a pessoa também é frequentadora dessas religiões, Umbanda, Candomblé, e às vezes não tem nada a ver. Por eu vender isso aqui, eles acham que eu também não posso pensar em Deus, porque trabalho com um produto que é até contra Deus mesmo. Isso não é só de pessoas de fora, é também de pessoas que frequentam também. Não, eu nunca me envolvi, entendeu? Eu nunca me envolvi. Quando era pequeno, eu ia para festas que tinha lá no bairro, ia só para comer. Eu sempre tive minha fé em Deus, que eu não vejo, mas eu posso sentir. Então, eu trabalhando aqui sofro discriminação por causa da minha fé, que eu tenho, e trabalho com algo vendendo que é contrário da minha fé. Então, porque às vezes eu vou para igreja ouvir minha palavra, então as pessoas acham que eu não posso trabalhar com esses produtos porque eu tenho fé em Deus. Como é que pode uma coisa dessa, então existe uma discriminação (Cláudio, 16/12/2012).

Ser membro da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e comercializar produtos relacionados às práticas religiosas afro-brasileiras tem lhe criado alguns constrangimentos. Trata-se de uma condição que o coloca numa posição “ambígua”. Cabe ainda argumentar que essa desconfiança ou ilegitimidade com que Cláudio é tratado pelos adeptos do Candomblé e clientes deve-se também ao fato de a IURD ser uma das instituições religiosas que mais tem se envolvido em atos de intolerância religiosa contra as práticas religiosas de matriz africana.

### **3.4 João e seu “Comercinho”, “*Quarenta anos nesse cantinho, ganhando o pão de cada dia*”**

---

<sup>71</sup> Candomblé e Umbanda.

De estatura baixa e de poucas palavras, João tem 67 anos, é casado há trinta anos e tem três filhos. Desde o início da década de 1970, período em que se deslocou de Feira de Santana para tentar a vida em Salvador, João possui uma banca improvisada na saída do Largo Dois de Julho. É lá onde acerca de quarenta anos, de segunda-feira a sábado, João ergue a sua banca improvisada ao lado de uma afamada vidraçaria do bairro. Na sua banca, vende cafezinho, balas, doces e salgados, paçoca, cigarros e sucos. As balas e demais guloseimas são adquiridas na *bomboniere* da Feira de São Joaquim.

João começou por vender balas e cigarros e, com o passar do tempo, introduziu o cafezinho até chegar aos lanches, composto por doces, salgados e suco, confeccionados por sua filha. O dia de João, segundo me contou, começa às sete horas da manhã e termina ao cair da noite, por volta das seis da tarde. Nos dias em que necessita comprar novas mercadorias, ele sai de casa às seis horas da manhã com destino a *bomboniere* da Feira de São Joaquim e de lá para o Dois de Julho.

De acordo com suas próprias palavras, fez “*Quarenta anos nesse cantinho*”. Sobre esse percurso, João narrou:

Eu fui criado no interior e vim para aqui a procura do pão de cada dia. Porque meus pais eram pobres, trabalhavam na roça e aí eu vim pra cidade ganhar um meio de vida, ter uma vida mais tranquila. Porque eram oito filhos, então, o velho não tinha como ajudar todos. Vim para aqui, comecei a trabalhar com dezessete anos para ganhar a vida e estamos aqui até hoje, trabalhando para sobreviver, né? Até o dia que Deus quiser. Quando cheguei, comecei logo com esse comércio aqui. Vim pra trabalhar e não tive tempo de estudar. Sei ler e escrever, mas não tenho estudo. Lá, trabalhávamos todo mundo na roça. Lá, a gente plantava milho, feijão, batata, aipim, coisa de lavrador mesmo. Mas a gente só plantava mesmo pra comer. Meus pais falavam que todo mundo da família foi criado assim na roça. Meus avôs, meus pais, todo mundo da roça. Até hoje os que estão vivos continuam a trabalhar na roça, os que já se foi, já se foi. Tenho lá três irmãos, duas irmãs casadas e um irmão. Uma morava em São Paulo e quando a minha mãe ficou doente regressou para cuidar dela. A outra trabalha na Prefeitura. Moram lá todos juntos com o meu pai, a mãe foi-se embora no dia sete de setembro de 2011. Meu pai está com 84 anos. Minha mãe morreu com 88 anos (João, 29/11/2012).

Sobre a família e o cotidiano de casa, João falou:

Tenho três filhos, um é de menor. A menina trabalha numa livraria aqui na Joana Angélica e o menino trabalha como mecânico. O rapaz não está a estudar, eu falo “meu filho, vai estudar mais um pouco, fazer uma faculdade para ter uma vida melhor”. Ele diz “pai, quero ganhar meu dinheiro para ajudar em casa, você ganha pouco”. A gente também tem que se virar, ele parou no segundo grau e agora está lutando para sobrevivência. A menina tem quatro anos de casada e o menino é solteiro. E vamos se virando aí, minha esposa é dona de casa, toma conta da casa (João, 29/11/2012).

Enquanto conversava com João, uma de suas filhas apareceu. Conforme relatou João, ela trabalha em uma livraria na Avenida Joana Angélica, no centro de Salvador e, como faz habitualmente, aproveitara o horário de almoço para ir merendar na “barraquinha” do pai. Como ela mesma disse, em conversa com ele: “*Oxe, com merenda aqui, eu vou gastar dinheiro em outro lugar?*”. Segundo me contou João, a filha está casada há quatro anos e confecciona os doces e salgados que ele comercializa na banca. A chegada da filha de João, ao mesmo tempo em que me possibilitou ter contato parcial ao seu universo de relações familiares, criou também certa interferência na conversa que mantínhamos.

João afirmou que passou a incorporar a venda de doces e salgados na sua banca por intermédio da filha, com quem, após as vendas, reparte os lucros. Prosseguindo meu diálogo com João, questionei-o sobre de onde partira a ideia de montar um comércio no Dois de Julho. Ao que ele me respondeu:

Foi assim, eu botei uma banca e trabalhava só com cigarro. Daí, fui arrumando, botando doces e umas coisinhas mais, e ficou até hoje. Estou nessa luta aí, do dia a dia. Aqui, sempre eu sozinho, no meu cantinho (João, 29/09/2012).

Indagado sobre os motivos de prosseguir com essa atividade durante tanto tempo, João afirmou “*é aqui onde sai a sobrevivência, não ganho muito, mas...*”. A falta de estudos “suficientes”, as responsabilidades familiares e a ausência de formação profissional foram os fatores que João considerou como motivadores para seu ingresso na atividade que exerce e também para permanecer nela atualmente. Contudo, ele ressaltou que foi através dessa atividade que conseguiu construir a casa própria: “*tenho minha casinha construída, que é a única coisa que a gente tem. Porque, a pessoa sair do interior e não ter uma casinha na cidade, é melhor ficar por lá mesmo*”.



Enquanto exerce seu ofício, João conversa com clientes e conhecidos. Também presta alguns favores para conhecidos que por ali transitam, moram ou trabalham. Lembro que a primeira vez que o abordei, numa manhã de sábado, ele estava tomando conta do cachorro de um conhecido que havia precisado comprar alguma coisa na vidraçaria. Em outra ocasião, um senhor que passava com o filho saindo do colégio, pediu-lhe que olhasse por alguns instantes a enorme mochila que o menino carregava. Nesse momento, João olhou para mim e retorquiu: *“aqui é assim, o pessoal pede para guardar de tudo.”* O desabafo de João espelha, de certa forma, a relação de complementaridade entre comerciantes de rua e ambulantes, moradores e lojistas estabelecidos.

João relatou não ser registrado e nem ter problema com a Prefeitura, uma vez que exerce a sua atividade num espaço pertencente a um condomínio: *“Tenho um lugarzinho para guardar as minhas coisas. Você sabe, né? Amizade boa, a gente consegue tudo. Graças às minhas amizades, consigo lugar para guardar as minhas coisas”*.

### **3.5 Entre Idas e Vindas: o caso de Seu Miro**

Seu Miro é um homem negro que, em 2012, época em que o conheci, contava com aproximadamente 65 anos. Miro nasceu em Ilhéus, e nos finais da década de 1940, quando contava com cerca de um ano de idade, mudou-se com os pais para Salvador. Em Salvador, ele e a família se estabeleceram no bairro de São Caetano, onde Miro reside até hoje. Em 1958, Miro perdeu a mãe e, alguns anos depois, seu pai, um músico que conciliava a atividade artística com o trabalho de carregador de mercadoria no Mercado Modelo. O pai de Miro morreu vítima de uma cirrose causada pelo consumo excessivo de álcool.

Miro comercializa pequenas porções de tempero verde e, muito esporadicamente, algumas folhas para banhos de descarrego no Largo Dois de Julho. Sua jornada começa nas primeiras horas do dia:

Levanto às cinco horas da manhã. Quando tenho dinheiro, vou na Feira de São Joaquim comprar coentro, salsa e cebolinha, porque é o que o pessoal compra mais. Quando to fraco, pego ali, próximo ao Hospital das Clínicas na mão de um amigo meu. (Miro )

Aos dezesseis anos, Miro começou a trabalhar como vendedor de frutas e hortaliças nos arredores do Mercado Modelo, permanecendo nessa atividade por cerca de cinco anos. No início da década de 1970, quando contava com aproximadamente vinte três anos, deixou o Mercado Modelo e começou a trabalhar como carregador de mercadoria numa distribuidora de leite em pó no bairro do Comércio, ofício que o pai exercera durante anos.

Por conta de desentendimentos com o gerente do estabelecimento e devido ao cansaço com o trabalho que considerava bastante pesado, abandonou o serviço e voltou para o antigo ofício de vendedor de frutas e hortaliças na Rampa do Mercado Modelo. Ainda nessa década, migrou do Mercado Modelo para os arredores do Dois de Julho, onde passou a atuar com o comércio de tempero verde, continuando sua longa trajetória de trabalho nas “ruas”.

Durante as duas conversas que mantive com Seu Miro, ele, frequentemente, mencionava dois assuntos: suas mulheres e suas evasões de empregos de carteira assinada. Quanto ao segundo assunto, Miro destacava o fato de sua trajetória profissional ser marcada por idas e vindas entre as atividades de comércio de rua e a passagem por empregos de carteira assinada (como vigia no Teatro Castro Alves e auxiliar de limpeza em um estabelecimento hospitalar na Avenida Centenário, por exemplo). Como vigia no Teatro Castro Alves, ele permaneceu cerca de doze anos e pediu demissão, cansado da rotina do emprego, voltando para seu antigo ofício de comerciante de rua.

Algum tempo depois, arrependido, tentou recuperar o antigo emprego, mas não obteve sucesso. Continuou como vendedor de frutas e tempero verde, até um amigo o aconselhar a se candidatar para uma vaga num hospital na Avenida Centenário. Miro candidatou-se e conseguiu o emprego, ocupando a vaga de auxiliar de limpeza, abandonando-o oito anos depois, e voltando para seu ofício de comerciante de rua, onde permanece até hoje. Atualmente, o comerciante reside no nordeste de Amaralina com uma de suas cinco filhas. *“Eu moro aqui, mas tem lugares de Salvador que eu nunca fui”*, exclamou. Seu Miro nunca se casou, e suas cinco filhas são filhas de mulheres diferentes. Ele lamentou o fato de nenhuma das filhas ser casada: *“estão todas amigadas, hoje se mete com um, amanhã com outro”*, desabafa.

A imagem de Miro, vestindo calças e camisa, sentado em um pequeno banco de madeira, com um olhar profundo e distante, me recordava a figura de um Preto Velho.<sup>72</sup>

### **3.6 Aprendizados, Motivações e Caminhos Possíveis**

A partir dos dados apresentados na seção anterior, neste tópico, busco analisar, em primeiro lugar, o modo como os meus interlocutores compreendem e vivenciam as experiências referentes aos seus trabalhos e seus cotidianos. Em seguida, reflito sobre em que medida as atividades desenvolvidas por eles representam projetos alternativos ou são simplesmente estratégias imediatas de sobrevivência, impulsionadas por fatores decorrentes dos sistemas de oportunidades intrínsecos ao contexto sócio-histórico no qual estão inseridos.

Das narrativas analisadas, foi possível observar que comerciar na rua constitui uma das maneiras mais acessíveis e imediatas de obtenção de recursos socioeconômicos para aqueles que são provenientes de estratos sociais menos abastados, nos quais a invenção e criação de estratégias alternativas de obtenção de recursos financeiros faz parte das práticas de manutenção de si e de seus agregados familiares. Lembro o caso de Dona Edna, que, ao narrar acerca dos motivos do seu ingresso nas atividades de venda, confidenciou-me:

Em 1965, meu pai largou a casa e minha mãe teve que trabalhar, então, eu e minha irmã começamos a ajudar ela. Começamos a botar fruta na cabeça para vender, depois comecei a frequentar a casa da minha vizinha e aprendi a fazer o acarajé e aí fiquei. Depois, em 1970, vim para aqui [na Avenida Sete] e comecei a trabalhar. Infância, tive pouca, porque minha vida foi corrida, só trabalho, trabalho (Dona Edna, 29/10/2012).

Já no caso de João, comerciar na rua surgiu como uma das alternativas que lhe pareceu das mais acessíveis, seja por exigir pouco em termos de capital inicial e formação, seja por ser uma forma mais imediata para obtenção de rendimentos. O drama da falta de “competências” requeridas para ingresso em postos de trabalhos

---

<sup>72</sup> Na religiosidade afro-brasileira, a figura do Preto Velho simboliza os anciãos negros conhecedores profundos da magia Divina e da manipulação de ervas, crê-se que em referência à dor e aflição sofrida pelo povo negro durante a escravidão. Desse modo, representam a humildade, a sabedoria, a paciência e a perseverança.

socialmente mais desejáveis ficou patente no seu depoimento, quando mencionou as razões que o fazem permanecer na mesma atividade por cerca de quarenta anos:

Estou aqui por causa da falta de estudos. Para estar em outro lugar, teria que ter um estudo mais avançado. Teria uma vida melhor, mas com estudo atrasado, fica tudo mais difícil. E, outro, pela idade. Tenho idade avançada, aí fica mais difícil. Por isso, me mantenho no cantinho de cá. Às vezes, tentava procurar outra coisa para fazer e não dava certo (João, 29/11/2011).

Observa-se na narrativa de João que a idade avançada, o longo percurso passado no comércio de rua e o baixo nível de escolarização fizeram com que, de alguma forma, se acomodasse nessa atividade, pois, de certa maneira, foi ali que fez a vida. Com bastante suor, João conseguiu construir a casa própria e educar os filhos. E, desse modo, ele não visualiza outra alternativa senão tocar em frente o seu “comercinho”.

Observa-se que, na ausência de alternativas ou requisitos condizentes com o perfil requerido para ocupar outros espaços no mercado de trabalho, a invenção do próprio emprego torna-se uma alternativa-chave. Esse aspecto é recorrente nas histórias profissionais da maioria dos meus interlocutores.<sup>73</sup>

Iniciarem-se, nos casos de Dona Edna e de João, nas atividades comerciais de rua não implicou verdadeiramente em uma escolha deliberada. Dona Edna porque foi desde cedo socializada nas práticas comerciais por familiares, e João por ter sido encaminhado nessa atividade pelas circunstâncias da vida. Nesses casos, esses ingressos surgiram como uma das várias tarefas que cabem a indivíduos sem outras opções.

Dona Edna, durante uma de nossas conversas, proferiu a seguinte frase: “*a gente da nossa cor, temos todos uma história para contar. Nada nos é dado de bandeja*”. Ainda que de modo implícito, ela introduziu o peso da componente étnico-racial na estruturação da trama de relações sociais na cidade de Salvador e aludiu para a relevância da associação existente entre as dimensões sócio-ocupacional e racial na análise do mercado de trabalho. E evidenciou as dificuldades que a população afrodescendente encontra para se inserir no mercado de trabalho soteropolitano.

---

<sup>73</sup> Vimos que Quitério se inicia como baleiro, Dona Edna como vendedora ambulante de fruta, João como vendedor de café e cigarro, Miro como vendedor de hortaliças.

A referência ao lugar ocupado pelos afrodescendentes na estrutura social surgiu de igual modo nas memórias que Quitério guarda do período em que trabalhou como barman:

E meu nome ainda era chamado de Pelé. No Avalanche, o pessoal me chamava de Pelé. Chegou no Quintal, o Sr. Barreto, que era o dono, disse: “não! aqui o teu nome não vai ser Pelé. Pelé é Pelé, Pelé é do futebol. Aqui você vai ser Quitério. Você não vai deixar mais esse pessoal te chamar de Pelé. Teu nome é Manuel Quitério”. Foi aí quando ele começou a se bater com os clientes: “não, o rapaz não é Pelé, o nome dele é Quitério” (Quitério, 29/09/2012).

Perguntei a Quitério a “razão de ser” do apelido. Ele respondeu:

Porque naquela época qualquer negão que se destacava em qualquer coisa era chamado de Pelé [risos]. Eu me destaquei no meio dos meus colegas. O garçom era eu, as pessoas só preferiam eu. Era um destaque, então eu era Pelé. Mas aí, Senhor Barreto disse: “você não vai ser Pelé, Pelé é do futebol. Você vai ser Quitério. Quando alguém lhe chamar de Pelé, você diz: ‘meu nome é Quitério’”. Aí, não aceitei mais. Foi aí que eu coloquei isso na cabeça, e comecei a dizer: “não quero mais esse negócio de Pelé não. Meu nome é Quitério e ninguém me chame mais de Pelé” (Quitério, 29/09/2012).

Outro aspecto que se destaca na análise das narrativas dos comerciantes sobre seus percursos de vida e trajetórias ocupacionais relaciona-se ao fato de o ingresso nessas atividades mobilizar saberes adquiridos em outros momentos de seus percursos de vida, sejam eles de caráter ocupacional ou de “tradição” familiar. Como observado no depoimento de Cláudio, no qual afirmou que, para montar o próprio negócio, fez recurso aos aprendizados de conhecimentos das ervas adquiridos com a avó, uma mulher de origem indígena que detinha profundo conhecimento de ervas e plantas medicinais: “*todo esse conhecimento eu herdei da minha avó. Quando ela faleceu, decidi dar continuidade ao que aprendi com ela. É a raiz, né?*”.

Quitério, por sua vez, em seu relato inicial, afirmou que começara o negócio do beiju por “acaso”. Ele esclareceu que devido à venda do beiju lhe proporcionar um contato direto com o público, ela lhe remetia para a sua experiência de cerca de trinta anos como barman. Esse aspecto relacionada a sua trajetória profissional fica evidente na forma como Quitério se relaciona com a sua clientela, assim como na

perícia que demonstra ao atendê-la, conforme pude observar durante as minhas visitas ao lugar onde exerce a atividade. A frase de Quitério, “*A rua também uma escola. Na rua você está em contato com o mundo*”, sintetiza esse aspecto. Ao mesmo tempo, no depoimento sobre a sua origem familiar, Quitério narrou que, durante a infância, por intermédio da avó materna, teve contato direto com o ambiente do comércio de pequenas iguarias, como a venda de mingau e cocada. O que me leva a inferir que essa habilidade de Quitério venha também de hábitos adquiridos no meio familiar, durante a vivência de sua infância, período no qual acompanhou de perto as atividades de venda da avó e, posteriormente, as desenvolvidas por sua mãe.

Dona Edna, conforme me confidenciou durante uma de nossas conversas, adquiriu habilidades sobre a feitura do acarajé enquanto frequentava a casa de uma vizinha no bairro do Garcia. Contudo, iniciou-se nessa atividade ainda adolescente, quando ela e sua irmã mais velha passaram a se dedicar à venda ambulante de fruta nas ruas do centro de Salvador para ajudar na renda familiar. Revelou, ainda, ter herdado de sua mãe o ponto que hoje ocupa.

Analisando comparativamente as cinco “narrativas de vida”, particularmente os casos de Quitério e João, observo dois homens negros que migraram para Salvador à procura de outras oportunidades de vida. Ambos encontram-se atualmente inseridos em atividades por conta própria. Ainda assim, apesar dos elementos comuns aos dois percursos de vida, é possível constatar diferenças nas suas trajetórias.

O primeiro, como já ressaltai, tem uma longa história profissional, foi barman, dono de bar e chegou até a exercer a função de assessor de vereador. Enquanto o segundo permanece há quarenta anos no mesmo lugar, exercendo a mesma atividade e sem grandes avanços no negócio. Quitério, a princípio, iniciou-se no negócio de beiju por necessidade em ocupar os tempos livres, ou ainda, conforme declarou, “*por não ter mais saco para trabalhar em bar*”.

Constato que as motivações para o ingresso desses atores nas atividades comerciais de rua derivam, simultaneamente, de fatores inerentes ao percurso individual de cada um e de um contexto social mais amplo. Ou seja, apesar de as trajetórias analisadas apresentarem aspectos comuns (como migração do interior para capital, origens sociais humildes, entrada precoce no mercado de trabalho ou abandono escolar), cada um dos indivíduos possui um percurso de vida único e é a

diferença nesses percursos que vai influenciar as posições (ascensão ou estagnação) que alcançaram.<sup>74</sup> Como observa Peixoto (1998):

[...] No sentido de mobilidade social, aquilo que está em causa é a realização de um percurso, por parte do indivíduo, por diferentes posições sociais; apesar da importância das forças “estruturantes”, sabe-se que estes percursos assumem, sempre, características individualizadas (ou noutros termos, biográficas). Independentemente do grau de influência perante as variáveis coletivas, o que se verifica, na prática, é o interesse de cada indivíduo em realizar uma trajetória “ascendente” ou noutra terminologia, um “Progresso” na vida e no trabalho. Este percurso é representado pelas “aspirações e responsabilidades dos indivíduos para com eles próprios”, no sentido de fazerem coincidir a sua situação atual (social, emocional, econômica e geográfica) com as expectativas virtuais de inserção (PEIXOTO, 1998, p. 20).

Daí que, para Dubar (1998), existem dois modos de se considerar qualquer processo biográfico e com os quais devemos distinguir e, simultaneamente, pôr em paralelo qualquer análise de uma trajetória individual: objetivamente, como uma “sequência de posições” ocupadas durante a vida; e subjetivamente, expressa em diversos relatos biográficos que revelam uma “história pessoal” e cuja narrativa atualiza visões de si e do mundo. Trata-se, de acordo com essa autora, de se tentar apreender as identidades sociais como processos ao mesmo tempo biográficos e institucionais.

A diferença nos rendimentos obtidos pelos comerciantes é outro aspecto que vale a pena ressaltar. Eles variam dependendo do tipo e da quantidade de mercadoria comprada, do preço praticado e das redes de relações sociais que incluem clientela, parente e amigos. Por outro lado, verifiquei também que a aplicação dos rendimentos varia consoante à idade e às responsabilidades familiares, como o número de filhos, a chefia familiar, o número de dependentes e agregados, bem como em ter ou não parceria nas despesas do lar.

Nesse sentido, para alguns desses comerciantes, por exemplo, os rendimentos obtidos os permitem ir mais além da sobrevivência imediata, fazendo

---

<sup>74</sup> As décadas de 1960 e 1970, período em que esses atores se inseriam no mercado de trabalho, aparece na literatura acadêmica como um momento de significativas transformações sociais no que se refere à expansão e à urbanização. Nesse período, Salvador atinge o estatuto de terceira maior metrópole do país, e tem início a construção de grandes empreendimentos econômicos, como shoppings, e o polo petroquímico na cidade. O que reforça a migração de pessoas do interior do Estado, em busca de outras oportunidades na “grande” cidade. Isso pode explicar a grande leva de migrantes para Salvador, como observamos nos casos da migração de Quitério, João e Miro.

com que almejem, acima de tudo, a reprodução social de suas famílias e o alcance de outros lugares. O investimento na educação dos filhos, a construção da casa própria, a manutenção da casa são indicadores disso. No próprio depoimento dos comerciantes, fica patente esse desejo de ir além da dimensão de satisfação da sobrevivência física.

Essa ideia sugere que se pensem as estratégias de sobrevivência como um conjunto de práticas sociais diferenciadas, realizadas consciente ou inconscientemente por indivíduos, grupos sociais e famílias, seja para conservar ou aumentar seu patrimônio, seja para manter ou melhorar sua posição na estrutura de relações de classes ou, ainda, garantir a sobrevivência.

Identificar os exemplos de Quitério, Dona Edna, Cláudio e de comerciantes de rua “bem sucedidos” leva-me a refletir sobre o modo como esses agentes, muitas vezes rotulados de “pobres” e “precarizados”, reagem às contingências do mundo cotidiano. A análise desses casos me remete para o debate acerca da temática da precariedade, bastante recorrente quando se analisam as condições sociais dos atores que desenvolvem atividades no comércio de rua.

Recordo que, numa das minhas conversas com Dona Edna, perguntei-lhe como transportava o material de trabalho de casa (no bairro de Nazaré) para a Avenida Sete e da Avenida Sete para casa. Em resposta, ela dirigiu o olhar em direção à estrada e apontou o indicador para um carro de cor preta que estava estacionado ao lado do seu tabuleiro, respondendo: “*ali, no meu carro. Eu que trago, eu que levo*”. Para mim, isso ecoou como aquelas surpresas que desarmam as ideias pré-concebidas que levamos para o campo. Quando fiz a pergunta, imaginava que Dona Edna iria dizer que aluga algum serviço de carreto ou que conta com a ajuda de um algum parente ou conhecido, como é comum entre os comerciantes de rua. Daí a resposta ter me causado algum espanto. Presumo que Dona Edna tenha percebido minha surpresa, pois retorquiu: “*Trabalho tanto para quê, né, meu filho?*”.

Em discussão sobre a chamada precariedade dessas atividades ditas “informais”, Braga (2002) considera que a chamada “informalidade” não é, obrigatoriamente, sinônimo de marginalidade social, exclusão, ou pobreza, e na Grande Salvador, ela pode vir a ser também uma estratégia bem sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos postos de trabalho assalariados. Ou seja, embora em menor proporção, as atividades informais podem abrigar trabalhadores e



empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal.

Os próprios comerciantes apresentam como grande motivação para a continuidade nessa atividade, o fato de ela garantir o sustento da família. Ao mesmo tempo, os obstáculos que encontram no dia a dia influenciam nas representações que eles fazem das atividades que exercem. Os lucros são apresentados como a grande motivação que os faz suportar todas as vicissitudes encontradas no espaço de venda.

Entretanto, a perspectiva de análise apresentada não é consensual entre os estudos sobre o tema. Para alguns autores, dentre eles Oliveira (2005), segundo Durães (2006), existe um aspecto ambivalente das atividades informais (particularmente as de rua), na medida em que se apresenta como uma condição social que pode ser ao mesmo tempo provisória e permanente.

Oliveira argumenta que a condição é vivida como permanente pelo fato de as possibilidades de inserção ou reinserção no núcleo estruturado do mercado de trabalho tornarem-se mínimas no contexto de desregulamentação e flexibilidade do trabalho, principalmente para os trabalhadores informais mais velhos e menos escolarizados. Sendo assim, o mundo do trabalho informal, afirma Oliveira, se configura como a única alternativa plausível para fugir do estigma social do desempregado e assegurar a reprodução dos homens e mulheres “sem emprego”. Por outro lado, os riscos, as incertezas e a instabilidade das condições de trabalho e a esperança de ter emprego com carteira assinada fazem com que a condição permanente do trabalhador informal seja vivenciada sob o signo do provisório (OLIVEIRA, 2005 apud DURÃES, 2006, p. 6).

Ainda assim, corroboro que os indivíduos expostos a constrangimentos de origem diversa, longe de se comportarem como puros reflexos deles, possuem capacidades de resistência e de invenção suficientes para modificar e transformar os determinismos estruturais que os cercam (CASAL, 1997, p. 87-88). Recorrendo ao postulado teórico de Bourdieu, pode-se afirmar que o ator social age livremente, dentro dos limites impostos pelo *habitus*, num jogo a que Bourdieu chama de “sentido prático”. Nesse caso, as práticas do agente não são simples reproduções, mas traduzem antes um “sentido prático”, pelo qual o indivíduo age, escolhendo

“livremente”<sup>75</sup> entre alternativas, dentro dos limites impostos pelo *habitus*. No entanto, deve ser lembrado que o *habitus* é uma estrutura dinâmica sempre em processo de reestruturação, pois é, simultaneamente, o produto das vivências passadas e presentes, e reestrutura-se em consonância com as condições objetivas em que os indivíduos vivem.

---

<sup>75</sup> Grifo meu.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:** mudanças, permanências e recriações

Nesta tese, analisei o cotidiano e as práticas do comércio de rua no Centro Antigo de Salvador na sua contemporaneidade, situando os contextos históricos nos quais se desenvolveram essas atividades. Enfatizei que o comércio de rua sempre esteve presente na história da cidade e representa um aspecto marcante da sua paisagem cotidiana desde a época colonial. Época essa na qual se destaca a presença de homens e mulheres africanas e afro-brasileiras, cujas ações contribuíram para viabilizar a cidade não apenas em nível de força de trabalho, mas também em suas dimensões socioculturais, na medida em que imprimiram marcas e cujas influências sobre hábitos, sinais e símbolos locais foram decisivas.

Em seguida, ressaltai que, apesar de contribuírem para viabilizar o funcionamento da cidade, a trajetória histórica dessas atividades foi trilhada em recorrentes envolvimento e confrontos com os poderes públicos. Na tentativa de organização espacial da antiga cidade, as populações que exerciam o comércio de rua foram, repetidamente, acusadas de contribuir para enfeitar a cidade ou colaborar para permanência de hábitos considerados incivilizados que travavam o advento da modernidade. Como vimos, a concepção de modernidade, assim como a visão de urbanidade que orientaram os seus projetos de modernização, considerava o abandono das tradições, espelhadas nos hábitos e costumes de origem africana, como imprescindível para que a sociedade baiana se modernizasse.

Nesse contexto, comerciantes de rua passaram a ser responsabilizados por problemas urbanos, tais como o tumulto das vias, a desordem, a sujeira e a degradação dos espaços nos quais transitavam e vendiam. Assim, controlar, regulamentar, padronizar e disciplinar tornaram-se tarefas prioritárias dessas políticas no sentido de liquidar os focos de comércio de rua ou submetê-los ao controle da municipalidade. Contudo, apesar dessa pretensão do poder público em punir e disciplinar essas práticas, a partir da imposição de regulamentações e de normas higiênico-sanitárias, isso não significou o fim do comércio de mercadorias nas ruas. Elas continuaram presentes no cenário urbano de Salvador e nem sempre seguindo as regulamentações traçadas pela municipalidade.

Utilizando as noções de territorialidades negras (MATTOS, 2008) e estratégias de resistências (SCOTT, 2011), sustentei que a continuidade de algumas dessas práticas foram forjadas em contextos de disputas pelo controle de

determinados espaços da cidade, nas quais se evidenciaram ações de resistências desse grupo de trabalhadores que, como julgo ter mostrado, carregou as marcas do estigma da contravenção. Na perspectiva de Scott (2011) apontei que para contornar os mecanismos de controle, esses grupos relativamente desprovidos de poder lançaram mão de uma série de práticas muitas vezes ocultas e dissimuladas de resistir mediante uma variedade de ações outras vezes mais abertamente declaradas (a exemplo da greve de 1857).

Nesse contexto marcado por relações hierárquicas e desiguais de poder forjam-se a construção social de identidades de resistência, entendidas, desde Castells e Scott, como aquelas criadas por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições e grupos dominantes da sociedade (CASTELLS, 1999; SCOTT, 2011). Analisado nessa perspectiva, as noções de territorialidade negra e resistência, permitem aproximar experiências sociais de indivíduos que, de certa maneira, se encontram em situação social análoga e comungam o que Certeau (1994, p.202) chama de *uma fenomenologia do existir no mundo*. Isso sugere que os indivíduos expostos a constrangimentos de origem diversa, longe de se comportarem como puros reflexos desses constrangimentos, possuem capacidades de resistência e de invenção, suficientes para modificar e transformar os determinismos estruturais que os cercam (CASAL, 1997).

Apoiando-me nessa perspectiva, argumentei que existe um conjunto específico de atividades que tiveram importância em épocas anteriores, com um peso social significativo em Salvador e, que apesar disso foram combatidas pelas políticas higiênico-sanitárias da colônia e pela expansão da produção em moldes mais modernos e capitalistas que são próximas às práticas de comércio atuais. Porém, através de estratégias de resistência forjadas em contextos de extremas desigualdades nas relações de poder, sobrevivem, ainda que o estigma da marginalidade não tenha se extinguido na totalidade.

As descrições etnográficas ressaltaram a história social e as especificidades atuais do comércio de rua na Avenida Sete e no Largo Dois de Julho, dois importantes circuitos de comércio de rua do Centro Antigo. A partir delas, demonstrei empiricamente como esses espaços mesclam práticas de venda de produtos ligados

aos novos hábitos de consumo urbano com tendências globais, como o comércio de mercadorias manufaturadas com outro conjunto de atividades, como a venda de produtos referentes às tradições culturais do povo baiano, que buscam seus recursos simbólicos na tradição oral afro-brasileira e indígena. Dentre essas atividades, destaquei: a venda de certos tipos de comida na rua e a comercialização de produtos relacionados às práticas medicinais e religiosas.

A venda de comida de rua participa da trajetória social, cultural, nutricional e econômica de Salvador. Determinados tipos de comércio, como os do tabuleiro de baianas de acarajé, constituem hoje um patrimônio cultural resultante de uma herança que vem desde os trabalhos de ganhos que se achavam nas vias públicas, esquinas e praças com iguarias trazidas da senzala, mesclando tradições africanas, portuguesas e indígenas. Esses traços da cultura afro-brasileira impregna a vida cotidiana da cidade acompanhando o seu processo de modernização.

Diante dessas descrições e análises, reafirmo meu argumento, apontado no decorrer da tese, de que o comércio de rua do CAS congrega práticas comerciais que têm algum vínculo com o passado e que são reproduzidas, apropriadas, deslocadas e transformadas, enquanto outras são totalmente novas, inventadas nas práticas e experiências cotidianas dos comerciantes. O que abre possibilidades para um constante processo de reconfiguração cotidiana, assim como permite uma coabitabilidade de saberes e técnicas antigas com novos hábitos e práticas culturais urbanas.

Com base em casos ilustrativos de trajetórias profissionais de comerciantes de rua, assinalei que, no contexto analisado comerciar na rua constitui uma das maneiras mais acessíveis de obtenção de recursos socioeconômicos para indivíduos oriundos de estratos sociais menos abastados. Seja por esse comércio ser pouco exigente em termos de recurso inicial e formação, seja por ser uma forma mais imediata para obtenção de rendimentos. Esse aspecto evidenciou-se no caso de João, para quem a ausência de escolarização e de qualquer outra formação técnica-profissional aliada às responsabilidades familiares fizeram com que, de alguma forma, se acomodasse na atividade que exerce e, a partir dela construísse a sua vida, não visualizando outra alternativa senão tocar em frente o seu comércinho. Ainda assim, João conseguiu construir a casa própria e educar os filhos: “*é aqui onde saí a minha sobrevivência. Não ganho muito mas dá para me manter*”.

Nesses termos, observa-se, que na ausência de alternativas ou requisitos condizentes com o perfil requerido para ocupar outros espaços no mercado de trabalho, a invenção do próprio emprego torna-se uma alternativa-chave. Esse aspecto é recorrente nas histórias profissionais dos meus interlocutores.

Um dos fatores que explica essa situação tem a ver com a brutal defasagem entre os níveis de escolaridade dos negros e não negros, sendo que, a maioria da população não negra distribui-se entre os níveis mais altos de instrução. Como se sabe, a escolaridade constitui um elemento de grande importância na qualidade de inserção profissional, já que a tendência geral é que os rendimentos aumentam conforme o nível de escolaridade avance. Em Salvador, as desigualdades de oportunidades educacionais entre os grupos raciais também são muito elevadas, penalizando a população negra que chega ao mercado de trabalho com escolaridade bastante inferior que a dos brancos (SANTOS,1997; INSPIR, 1999; CASTRO E BARRETO, 1998; COSTA E RIBEIRO, 2010; DIEESE, 2013).

Já no caso de Dona Edna, constata-se que o fato de ter sido iniciada ainda adolescente no comércio de rua e de certa forma no universo religioso do candomblé a conduziu para outros horizontes profissionais. Aperfeiçoou-se no conhecimento da feitura do acarajé e acabou herdando o tabuleiro da sua mãe, desenvolvendo competências profissionais fora das estruturas do mercado de trabalho formal. A partir da sua própria experiência, Dona Edna observa que: *“a gente da nossa cor [negra], temos todos uma história para contar. Nada nos é dado de Bandeja”*. Ainda que de modo implícito, o depoimento de Dona Edna introduziu o peso do componente étnico-racial na estruturação da trama de relações sociais na cidade de Salvador e aludiu para a relevância da associação existente entre as dimensões sócio-ocupacional e racial na análise do mercado de trabalho. E suscitou reflexões acerca das dificuldades que a população afrodescendente encontra para se inserir no mercado de trabalho soteropolitano, considerando que destinos são delimitados não só por questões relacionadas à cor da pele, mas também à classe e à escolaridade.

Partindo da literatura consultada conclui-se que parte considerável dos comerciantes de rua, continua a ser composta pela população fenotipicamente mais escura e por uma parcela da população mestiça “pobre”, dois grupos que, historicamente, ocupam lugares marginais na estrutura social da sociedade brasileira. Os dados dessas pesquisas têm revelado que, o conjunto de populações

resultantes do legado escravista e colonial, continua confinado a ocupações instáveis ou mesmo à não ocupação. Encontrando-se de maneira bastante representativa empregados em serviços domésticos, comércio de rua, atividades de artesanato.

Outro elemento, que merece ser destacado diz respeito ao fato dos indivíduos ao ingressarem nessas atividades, mobilizarem saberes adquiridos em outros momentos de seus percursos de vida, sejam eles de caráter ocupacional ou de “tradição” familiar. Como observado no depoimento de Claudio que para montar o próprio negócio fez recurso aos aprendizados de conhecimentos das ervas adquiridos com a avó, uma mulher de origem indígena que detinha profundo conhecimento de ervas e plantas medicinais: *“todo esse conhecimento eu herdei da minha avó. Quando ela faleceu, decidi dar continuidade ao que aprendi com ela. É a raiz né!”*

Concomitantemente, Quitério narra que durante a infância por intermédio da avó materna teve contato direto com o ambiente do comércio de pequenas iguarias como a venda de mingau e cocada. Nessa convivência familiar na qual acompanhou de perto as atividades de venda da avó e posteriormente por aquelas desenvolvidas por sua mãe. No caso de dona Edna é possível constatar que o fato de estar ligada ao universo do candomblé permitiu que forjasse sua experiência profissional de baiana de acarajé ligada a esse contexto. A partir dessas evidências, defendo que esses atores, quando necessário, mobilizam saberes e valores culturais adquiridos dentro dos seus grupos de pertença, experiências de vida, conhecimentos ancestrais, potencializando-os como estratégias para o mercado. Isso demonstra que esses indivíduos tem sabido converter o conjunto rotineiro de saberes e competências em fatores criativos e competentes de intervenção.

Entretanto, nesses casos ilustrativos existem diferenças em termos dos rendimentos obtidos, eles não são uniformes. Variam conforme o tipo e a quantidade de mercadoria comprada, o preço praticado e as redes de relações sociais nas quais os comerciantes se encontram atrelados que incluem clientela, parente, relações de vizinhança e de trocas de auxílio. Para alguns desses comerciantes, por exemplo, os rendimentos obtidos permitem ir muito mais além da mera sobrevivência imediata. Os lucros auferidos nessas atividades proporcionam investimento na educação dos filhos, na construção da casa própria e na manutenção da casa, e representam conquistas que motivam a permanência nessas atividades.

A identificação de casos de comerciantes de rua “bem sucedidos”, como os de Quitério, Dona Edna e Cláudio sugere que se pense o comércio de rua como um conjunto de práticas sociais diferenciadas, realizadas (consciente ou inconscientemente por indivíduos, grupos sociais e famílias), seja para a conservação ou aumento do patrimônio, para manutenção ou melhoria da posição que se ocupa na estrutura de relações de classes, para garantia da sobrevivência. Nos casos analisados essas atividades podem vir a ser também uma estratégia bem sucedida de inserção e ascensão sociais, frente aos escassos postos de trabalho assalariados. Como observa Braga (2002) embora em menor proporção, o comércio de rua pode abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal.

Apesar de riscos, incertezas e instabilidade das condições de trabalho que caracterizam a realidade dos indivíduos que têm a rua como espaço de trabalho. Essas atividades podem ser, também, abordadas na sua multidimensionalidade não só como fonte de sofrimento, mas, também, de vivências positivas. Os casos ilustrativos examinados permite afirmar que, as atividades desenvolvidas por esses indivíduos podem, em determinados casos, deixar de representar simples estratégias imediatas de sobrevivência representar projetos alternativos aos “fracos” sistemas de oportunidades intrínsecos ao contexto sócio-histórico no qual estão inseridos. Desse modo, em determinadas circunstâncias apesar dos limites de educação e emprego que a sociedade reserva, os indivíduos elaboram estratégias para sobreviver e promover sua mobilidade social.

Assim, trabalhar por conta própria pode significar, também, numa maneira de escapar as desigualdades de oportunidades e instabilidade que o mercado de trabalho atual oferece aos seus cidadãos. A flexibilidade oferecida pelas atividades informais em determinados aspectos, como o caso dos horários ou as fronteiras tênues entre trabalho e lazer e o desejo de não se submeter às exigências e aos salários de um “emprego formal”, representam também fatores relevantes a considerar. Outros fatores como o crescimento lento de oportunidades de emprego, desemprego e ajustes econômicos, salários pouco atrativos do mercado de trabalho formal, aliado a uma tradição das populações ligadas as atividades comerciais, estimulam a criatividade dos cidadãos em criar outros modos de inserção no mercado de trabalho e inventar empregos para si.



Como Menezes (2008) acredito que a relevância que as atividades decorrentes da “economia informal” tem vindo a adquirir sob os pontos de vista social, cultural, econômico e político, quer nos chamados países em desenvolvimento, quer nas sociedades ditas desenvolvidas, têm permitido a emergência de novas formas de abordar o tema, tanto assim que, o discurso segundo o qual, a economia informal é algo a eliminar, pela sua natureza ilegal, começa a ser substituído por um outro que alimenta a possibilidade de legitimar, integrar e enquadrar a economia informal no ordenamento jurídico-legal, quer porque se instituiu como elemento de combate à pobreza e à exclusão social, quer porque contribui para a diminuição dos mecanismos de intervenção do Estado-Providência (MENEZES, 2008 apud BARROQUEIRO, 2010, p.22-23 ).

Na realidade aqui apresentada trabalhar na rua pode significar aprendizado, aperfeiçoamento e aquisição de outros conhecimentos. Atrelado a toda uma rede de relações sociais entre vendedores, compradores e outros agentes que com eles interagem: “ *a rua também é uma escola. Na rua você está em contato com o mundo*”, confidencia Quitério. Talvez esse seja um dos sentidos atribuído pelos comerciantes que nela “habitam” e, com os quais dialoguei. Diferentemente das lojas e outros estabelecimentos, na rua, independentemente das vontades individuais as diferenças se encontram e convivem. Assim, a existência de laços de proximidade e de confiança, a informalidade e pessoalidade das relações de base, também ajudam, a sustentar a permanência destas atividades.

Para concluir, vale ressaltar que o trabalho não pretende elaborar generalizações representativas sobre o comércio de rua de Salvador, visou ilustrar com base numa análise detalhada o contexto estudado. Ciente das possíveis limitações do trabalho, meu alento vem da confiança que a contribuição desta pesquisa resultará em outros estudos que abordem o comércio de rua privilegiando abordagens multidisciplinares e longitudinais aprofundando e aumentando a produção de conhecimentos sobre a temática.

## REFERÊNCIAS

ADAIR, Philippe. O setor informal urbano na África. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 2, p. 110-125, 1997.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGUIAR, Ana Lidia de Oliveira. Entre o comércio informal e as margens do ilegal: práticas de trabalho na rua 25 de Março. 2013. 196p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Escola de Filosofia e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, Guarulhos, 2013.

ALENCASTRO, Luís Felipe. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Maria Aparecida. Setor informal ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. 2001. Dissertação (mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências humanas universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ANDREWS, George R. *América Afro-Latina, 1800-2000*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. *Bahia: negra, mas, limpinha*. 2006. 280 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Prefácio. In: DURÃES, Bruno. *Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 11-14.

BARRETO, Téo da Rocha. *A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador*. 2003. 156 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BARROQUEIRO, Maria da Conceição Miranda. *Antropologia e Pobreza: contributo para uma leitura antropológica sobre as estratégias informais de luta contra a pobreza de quatro famílias do Concelho de Sesimbra*. 2010. 96 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciadas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOMFIM, Juarez Duarte. *O centro histórico da cidade do Salvador*. Feira de Santana: UEFS, 2010.

BORGES, Florismar Menezes. *Acarajé: Tradição e Modernidade*. 2008. 133 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BORGES, Jafé (Org.). *Salvador era assim*. Salvador: IGHB, 2001. 2 v.

BORGES, Manuela. "Carga e encargo da empreitada colonial portuguesa no atlântico sul. Contribuição para o estudo das conexões culturais entre África e o Brasil", In programa e resumos: O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades. Programas e Resumos, Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://www.museupedagogico.uesb.br/drupal6/sites/default/files/Associativismo%20Feminino.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

\_\_\_\_\_. *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau*. 2000. 529 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: \_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.159-166.

BRAGA, Thaiz. A Ocupação Informal na Região Metropolitana de Salvador: uma análise das décadas de oitenta e noventa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 4-8 nov. 2002, Minas Gerais.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 2 v.

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 89-114, nov. 2002.

CASAL, Adolfo Yañez. Suportes teóricos e epistemológicos do método biográfico. *Etnologia, local*, n. 6-8, p. 87-104, 1997.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 2 v.

CASTRO, Nadya Araujo; BARRETO, Vanda Sá (Org.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho de Salvador*. São Paulo: Annablume/ A Cor da Bahia, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

CIFELLI, Gabrielle; PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIV, p. 35-54, 2012.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. Bairros: contextos e intersecção. In Gilberto Velho (org.) antropologia urbana; cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 58-79.

COSTA e SILVA, Alberto da. *Das mãos do oleiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

COSTA e SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

COSTA SOUZA, Márcio Nicory. *A teia da feira: estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia*. 2010. 257 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)

– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

COSTA, Lygia; RIBEIRO, Marcelo. Estrutura ocupacional e o mercado de trabalho feminino nas metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador nos anos 2000. *e-metropolis*, (s/l), ano 1, n. 2, p. 35-35, Set. 2010.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 21, n.60, p. 117-185, 2006.

CRESPI, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Estampa, 1997.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Senhoras e ganhadeiras: elos na cadeia dos seres. In: \_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 83-113.

DIEESE. *A inserção da população negra no Mercado de trabalho da região Metropolitana de Salvador*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Novembro 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014pednegrosssa.pdf>. Acesso: Janeiro de 2015.

DOREA, Luiz Eduardo. *Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas*. Salvador: EDUFBA, 2006.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. *Revista VeraCidade*, (s/l), ano 3, n. 3, 2008.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-30, 1998.

DU BOIS, W. E. B. *As Almas do Povo Negro*. (s/l) 1998 [1903].

DUNN, Christopher. A Roma negra e o Big Easy: raça, cultura e discurso em Salvador e Nova Orleans. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 37, p. 119-151, 2008.

DURÃES, Bruno. *Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação*. Salvador: EDUFBA, 2013.

DURÃES, Bruno. *Trabalhadores de Rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*. 2006. 238 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trabalho informal, sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador*. 2004. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ELOY, Antonia Lúcia de Souza; REIS, Renata Ramos Vieira dos. A comida de rua como ferramenta na preservação dos alimentos tradicionais. In: SEMINÁRIO SOBRE ALIMENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, 1., 21-13 maio 2012, Sergipe.

ESPINHEIRA, Gey; SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15., 18-22 set. 2006, Minas Gerais.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu Matheus, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza (Salvador, 1890-1940)*. Salvador: CEB, 2003.

\_\_\_\_\_. *Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)*. Afro-Ásia, Bahia, 21-22, 1999.

\_\_\_\_\_. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. 1994. 224p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 2004. 355p. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano. *GeoTextos*, (s/l), v. 6, n. 2, p. 11-32, dez. 2010.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Katál.*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

GORDILHO, Ângela. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (Re)-Qualificando a questão de Salvador – BA. *Cad. Metrop.*, São Paulo, n. 5, p. 63-90, 2001.

\_\_\_\_\_. Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GUERRA, Sérgio. *Lá & Cá: um encontro de São Paulo com São Joaquim*. Luanda: Maianga, 2006.

GUILHERMINO, Sebastião. *Iansã do Balé: Senhora dos Eguns*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Maturidade e experiência em atividades informais de baixa renda. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, p. 389-404, 2004.

HART, Keith. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *The Journal Modern African Studies*. v. 11. n.1, mar. 1973, p.61-89.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HEINONEN, Noora. A Cidade alta em alta? Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador. *GeoTextos*, (s/l), v. 1, p. 81-116, 2005.

HITA, Maria Gabriela. *A casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador-Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2014.

HOULE, Gilles. A Sociologia como ciência de vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, Jean (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 317-334.

IBGE. Economia informal urbana. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>. Acesso 17 de janeiro de 2009.

INSPIR/DIEESE. *Mapa da população negra no mercado de trabalho. Regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal* – out.1999. São Paulo: Centro de Solidariedade AFL-CIO, DIEESE, 1999.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 90-113.

KITA, Pierre. *Education Traditionnelle*. São Paulo: FEUSP, 2004.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Lima, Manoel Roberto Nascimento de. A construção do nacional: de Debret às fotografias de Gaensly e Pastore. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.



LOPES, Carlos. Informalidade e desenvolvimento: algumas pistas para reflexão. In: Anais do CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS DO MUNDO IBÉRICO: África Camina, 4., 2004.

M' BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo II (Do Século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casas das Áfricas, 2011.

Macamo, Elísio. Modernidade e tradição. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio ALVES (Orgs.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p.363-380.

MACHADO, Rosana Pinheiro. “Tudo isso é a família da gente”: Relações de parentesco entre camelôs e sacoleiros em contextos locais e translocais. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 10, v. 17, n. 2, p. 65-94, 2006.

MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana: Revista de Estudos em Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-60, out. 1999.

MARTINI, Gerlaine Torres. *Baianas do Acarajé: a uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira*. 2007. 291p. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. Mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 24-39.

Martins, Gildo R. dos santos. Mercado de trabalho, economia informal e políticas públicas. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdade Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porto alegre, 2000.

MATA, Henrique Tomé da Costa et al. *Observações sobre elementos distintivos do microempreendedorismo informal de rua na cidade de Salvador*. Salvador: FCE/UFBA, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis* (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNEB/EDUFBA, 2008.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MIRANDA, Luciete Barreto; SANTOS, Maria Aparecida S. C. dos. *Pelourinho: desenvolvimento socioeconômico*. Salvador: Secretaria da Cultura, 2002.

MONSMA, Karl. Prefácio. A história comparativa dos negros da América Latina e dos países que eles ajudaram a construir. In: ANDREWS, George Reid. *América Afro-latina*. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p.15-28.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac, 2008.

MOURA Jr., Cosme Oliveira. *Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua: o caso de São Luís*. São Luís: EDUFMA, 2009.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 437-460, 2014.

NASCIMENTO, Silvia Maria. Avenida Sete é comercial, histórica e cultural. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 5, 13 jul. 2005.

NETO, Claudemiro Ferreira da Cruz. O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana, de Milton Santos. *Bahia Análise & Dados*, v.19, n.2, p. 629-634, Salvador, 2009.

OLIVEN, Ruben George. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAIM, Márcia Regina da Silva. *Do Sete a São Joaquim: o cotidiano de “mulheres de saia” e homens em feiras soteropolitanas (1964-1973)*. 2005. 151p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

PANTOJA, Selma. *Uma antiga civilização africana*. Brasília: EDU, 2011.

\_\_\_\_\_. A dimensão atlântica das quitadeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 45-67.

\_\_\_\_\_. “Da Kitanda à quitanda”, *Revista de História*, Set. 2008 Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/da-kitanda-a-quitanda>. acesso: 09 outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. Três Leituras e Duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos. In PANTOJA, Selma e SARAIVA, Flávio Sombra (Orgs.) .*Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul Rio de Janeiro: Bertrand Brasil*, 1999, p.99-126.  
PANTOJA, Selma.

PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

PEIXOTO, João. *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal: fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intraorganizacional*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações) – School of Economics & Management, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1998.

PINHEIRO, Eloísa Petti. Dois centros, duas políticas, dois resultados. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 23-30 maio 2008., Barcelona.  
PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

RAMOS, Maria Estela Rocha. Origens da segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras. In: CUNHA Jr., H.; RAMOS, M. E. R. (Org.). *Espaço Urbano e Afrodescendência*. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

REIS, João. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e Candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

\_\_\_\_\_. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista da USP*, n.18, p.6-29, jul. ago. 1993.

RIBAS, Óscar. *Temas da vida angolana e suas incidências: aspectos sociais e culturais*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sunguilando. Contos tradicionais angolanos*, Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1989.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *RBCS*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 22-38, 2010.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 Anos de Urbanização Salvador da Bahia no Século XIX*. Rio de Janeiro: Versal ; Salvador: Odebrecht, 2005.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. “Sobre o Chão de Salvador”: mercado de trabalho, hierarquias raciais e relações de gênero (1900-1940). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 22-26 jul. 2013., Natal.

SANSONE, Livio. Da África ao Afro: uso e abusos da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24., p. 249-269, 2002.

SANTANA, Ligia Conceição. *Itinerários negros, negros itinerantes: trabalho, lazer e sociabilidade em Salvador, 1870-1887*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos. *Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador–BA: um percurso de desqualificação social?*. 2010. 302p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Elisângela Silva dos. *Impactos de um projeto de renovação urbana nas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores informais*. 2007. 80p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/1937*. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti. Lições de desigualdade: Instrução, raça e oportunidades de trabalho em Salvador. Relatório Final. Salvador, 2001. (1º Concurso Negro e Educação, Anped/Ação Educativa, [mimeo]).

SANTOS, Orlando. *A Mulher no sector informal: trajetórias sociais e estratégias de sobrevivência*. 2006. Monografia (Licenciatura em Sociologia) – Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2006.

\_\_\_\_\_. *Do pregão da Avó Ximinha ao grito da Zungueira: trajetórias femininas no comércio de rua em Luanda*. 2010. 167 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Priscila Monteiro dos. *Segregação socioespacial urbana: o caso de Salvador*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Sales. A formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: tensões raciais e marginalização. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

SCHNAPPER, Dominique. *A compreensão sociológica: como fazer análise tipológica*. Lisboa: Gradiva, 2000.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 217-243, 2011.

SEADE/DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego: manual do Entrevistador*. São Paulo, 1998.

SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Cecília Moraes. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no Século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n.17., p. 57-71, 1996.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 152, n. 09-27, p. 79-98, 2005.

SWEET, James H. *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos*. Brasília: IPEA, 2008.p.15-43.

\_\_\_\_\_. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena. *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis: CAALL, 2004.p.77-111.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. *Território*, local, ano 3, n. 5, 31-50, jul./dez. 1998.

UZÊDA, Eduarda. Avenida Sete de Setembro faz parte da história de Salvador. *A Tarde*, Salvador, p. 5, 14 set. 1988.

\_\_\_\_\_. Largo Dois de Julho guarda a história. *A Tarde*, Salvador, p. 4, 28 ago. 1999.

UZÊDA, Jorge Almeida. A cidade de Salvador e a modernidade da máquina no período de 1935 a 1945. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 603-615, 2009.

\_\_\_\_\_. *O aguaceiro da modernidade na cidade do Salvador (1935-1945)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

VERGER, Pierre; BASTIDE, Roger. Contribuição ao estudo dos mercados nagôs do Baixo Benin. In VERGER, Pierre. *Artigos*. São Paulo: Corrupio, 1992.

VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia – 1850*. Salvador: Corrupio, 1981.

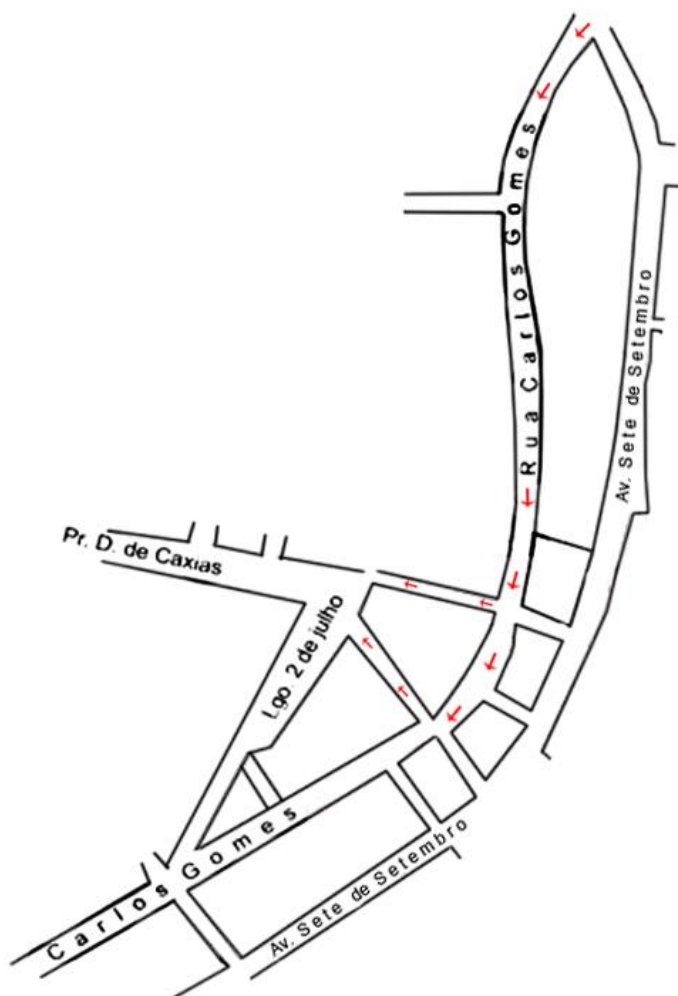
WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2005.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

## **ANEXOS**



## Anexo A Mapa de localização das áreas de pesquisa



## **Anexo B** Legislação comércio de rua

### **Decreto nº 12.016 de 08 de junho de 1998**

Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouro público do Município do Salvador e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA,  
no uso de suas atribuições DECRETA:

Art. 6º - As atividades informais referidas neste Decreto somente poderão ser exercidas com os seguintes equipamentos, facultado à SEMOP decidir pela adoção de modelos padronizados:

I. Banca desmontável com dimensões de até 1,05x0,80m;

II. Tabuleiro com dimensões de até 1,20x0,60m;

III. Equipamento móvel, sobre rodas, movido à tração humana ou tipo reboque, com dimensões máxima de 0,95x1,35m;

IV. Recipiente tipo mala com tampa, com dimensões máxima de 0,80x0,50m;

V. Isopor, com alça, com capacidade para 50 litros;

VI. Mostruário ou cruzela, com dimensões máximas de 0,80x1,20m;

VII. Cantimplora;

VIII. Cestos de vime e / ou garrafas térmicas;

IX. Pequenos recipientes, com capacidade para 30 litros;

X. Cadeira de engraxate;

XI. Máquina fotográfica tipo lambe-lambe;

XII. Máquina com esmeril tipo amolador de facas, tesouras, alicates,

Parágrafo único - A utilização de qualquer outro tipo de equipamento para exercício de atividade de comércio ambulante ou de prestação de serviços dependerá de expressa autorização da SEMOP.

--Secretário Municipal de Ordem Pública--

[http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36&Itemid=0](http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=0)

### Decreto nº 12.016 de 08 de junho de 1998

Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouro público do Município do Salvador e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições DECRETA:

Art. 15 - O não cumprimento dos dispositivos deste Decreto acarretará ao infrator as seguintes penalidades, que podem ser aplicadas em separado ou cumulativamente, pela mesma infração:

I. Advertência escrita quando da ocorrência da primeira irregularidade cometida, com fixação de prazo de até 3 dias úteis para regularização ou após expedição de Notificação Preliminar;

II. Aplicação de multa;

III. Suspensão da atividade por até 30(trinta) dias, quando da reincidência ou cometimento de outra falta, por ato do titular da CLF;

IV. Apreensão do equipamento e mercadoria;

V. Cassação da Autorização.

1º - São infrações puníveis com multa, aplicada de forma cumulativa, as seguintes:

I. Exercer a atividade sem devida autorização; 40 UFIR s

II. Comercializar produtos outros que não aqueles especificados na Autorização; 25 UFIR s

III. Alterar a localização do equipamento sem autorização da SEMOP; 25 UFIR s

IV. Modificar o modelo padronizado e aprovado pela Prefeitura; 25 UFIR s

V. Fazer uso de caixotes, tábuas, lonas ou qualquer outro meio destinado a ampliar o equipamento ou área reservada a sua instalação; 25 UFIR s

VI. Utilizar serviços de alto-falante e/ou congêneres, bem como exibir cartazes ou outros meios de publicidade nos equipamentos sem prévia autorização da SEMOP; 15 UFIR s

VII. Deixar de apresentar-se portando o crachá estabelecido pela SEMOP; 15 UFIR s

VIII. Não manter o equipamento ou a área onde o mesmo está instalado em perfeito estado de limpeza; 20 UFIRS

IX. Quaisquer outras infrações que contrariem disposições deste Decreto ou demais normas e posturas municipais vigentes. 15 UFIR s

2º - A apreensão da mercadoria e/ou equipamento ocorrerá quando o Vendedor Ambulante ou Prestador de Serviços transgredir qualquer uma das disposições previstas nos Art. 10 e 11 deste Decreto.

3º - A cassação da Autorização ocorrerá nos seguintes casos:

I. Alteração das especificações técnicas e/ou dimensões do equipamento ou de sua localização;

II. Modificação da atividade comercial autorizada;

III. Não cumprimento, nos prazos estabelecidos, das normas previstas para o exercício legal da atividade;

IV. Cometimento de infrações puníveis com multas por mais de 02 (duas) vezes;

V. Ausentar-se do ponto de comercialização por um período superior a 30 (trinta) dias, em comprovação de motivo justo perante a CLF.

Art. 16 - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

Art. 17 - Para liberação do equipamento e da mercadoria apreendidos, o Vendedor Ambulante ou o Prestador de Serviços deverá pagar multa prevista para a infração cometida, bem como atender as exigências estabelecidas na legislação aplicável à matéria, além de cumprir a obrigação de retirar o equipamento no prazo legal.

Parágrafo único - Quando a apreensão recair sobre bens de natureza perecível, será aplicada a norma pertinente contida na Lei 2.455/73, que autoriza a sua doação, após decorrido o prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas.

Art. 18 - As penas de suspensão da atividade e de cassação da Autorização serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurado amplo direito de defesa.

Art. 19 - Das decisões que resultem aplicação de penalidade prevista no caput do Art. 15, cabe ao infrator defesa no prazo de 10 (dez) dias dirigida à CLF, contados do recebimento do ato.

Parágrafo único - As penalidades referidas no caput deste Artigo serão julgadas, em primeira instância, pelo titular da CLF, e, em grau de recurso, desde que apresentado no prazo de 10(dez) dias, contados a a partir da ciência da decisão, pelo Secretário de Ordem Pública.

Art. 20 - Os equipamentos mencionados no Art. 6º deverão ser identificados pela SEMOP, contendo numeração, e o código de atividade e o logradouro onde o mesmo se encontra instalado.

Art. 21 Compete ao titular da SEMOP baixar normas complementares às disposições do presente Decreto, além das relacionadas com modelos padronizados, quantidade de equipamentos e logradouros liberados para os fins deste Decreto, bem como decidir sobre os casos omissos.

Art. 22 As disposições deste Decreto deverão ser aplicadas sem prejuízo das normas contidas no Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador.

--Secretário Municipal de Ordem Pública--



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR/PMS

## REQUERIMENTO: LICENÇA PARA AMBULANTE

A(o)  
 Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP  
 Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização – CLF  
 Setor de Licenciamento – SEALP  
 Nesta

Eu, \_\_\_\_\_ RG nº \_\_\_\_\_  
 emitida por \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_  
 telefone \_\_\_\_\_ venho solicitar que V.S.<sup>ª</sup>. Se digne conceder licença para  
 comercializar os seguintes produtos: \_\_\_\_\_  
 utilizando o equipamento: \_\_\_\_\_, medida \_\_\_\_\_  
 a ser localizado no(a) \_\_\_\_\_  
 na forma do Dec. 12016/98, e para tanto anexa a documentação abaixo. Declara estar  
 ciente de que a possível instalação pública mencionada do citado decreto; - havendo  
 imóvel próximo ao local solicitado, deverá ser apresentada autorização escrita do  
 ocupante, com firma reconhecida das assinaturas.

Nestes termos, pede deferimento.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do requerente

### DOCUMENTAÇÃO A SER ANEXADA

- Xerox de RG
- Xerox de CPF
- Comprovante de endereço (em nome do requerente ou se estiver em nome de outra pessoa, comprovar parentesco ou contrato de locação).
- Desenho (croqui) ou foto do local solicitado
- Atestado de Saúde Ocupacional (para comercializar alimentos, bebidas, etc).
- Pagamento da taxa PSE (Preço de Serviço de Expediente).
- Após deferida a solicitação providenciar 02 (duas) fotos 5X7 coloridas.

**ESTE REQUERIMENTO É GRATUITO, VENDA PROIBIDA.**

**PROCESSO Nº 01450.008675/2004-01**

REGISTRO DO OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ EM SALVADOR, BA.

Após a projeção de audio-visual, a palavra foi concedida ao Conselheiro Roque Laraia para a apresentação do seu parecer, interrompido por minutos pela chegada do Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, e do Secretário-Executivo do Ministério, João Luiz Silva Ferreira, transcrito integralmente a seguir: "O pedido do registro do Acarajé com bem cultural de natureza imaterial foi proposto ao Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Cultura, em 5 de novembro de 2002, pela Associação de Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia, conjuntamente com o Terreiro Ilé Axé Opô Afonjá e o Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia. O processo foi encaminhado inicialmente à Diretoria do DID, em 12 de novembro de 2002, pela Sr<sup>a</sup> Adalgiza Maria Bonfim d'Eça, responsável pela 7<sup>a</sup> Superintendência Regional do IPHAN. Consta da solicitação as declarações de apoio da comunidade, assinadas pela Sr<sup>a</sup> Clarice Santos dos Anjos, Presidente da Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia e pela Sr<sup>a</sup> Maria Estela de Azevedo Santos, Ialorixá do terreiro Ilé Axé Opô Afonjá. Em 24 de agosto de 2004, a Sr<sup>a</sup> Claudia Márcia Ferreira, diretora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular encaminhou ao Departamento de Patrimônio Imaterial, dirigido pela Dr<sup>a</sup> Márcia Sant'Anna, o texto de instrução apropriado para o Registro do ofício da Baiana de Acarajé, no Livro dos Saberes, de acordo com o Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000. Em 28 de outubro de 2004, foi apensado ao parecer da Sr<sup>a</sup> Ciane Gualberto Feitosa Soares, técnica do Departamento de Patrimônio Imaterial, que esclarece ter sido o objeto inicial do processo "redimensionamento de modo a contemplar a totalidade do bem cultural que importa reconhecer e preservar, como patrimônio cultural brasileiro, o Ofício das Baianas de Acarajé, em Salvador, Bahia". A referida técnica justifica esta transformação em função dos dados gerados pelo Inventário realizado. Ficou demonstrado que o acarajé faz parte de um conjunto cultural mais amplo. Ele não pode ser separado de sua origem sagrada bem como dos "elementos associados à venda, como a complexa indumentária da baia, a preparação do tabuleiro e dos locais onde se instalam, a natureza informal do comércio e os locais mais costumeiros de sua venda, os significados atribuídos pelas baianas ao seu ofício e os sentidos atribuídos pela sociedade local, e nacional, a esse símbolo da identidade baiana, que também é representativo dos grupos afro descendentes em outras regiões do Brasil". Baseando-se no Inventário, a parecerista chama a atenção para alguns pontos que destacamos em seguida: 1. "As baiana instalam seus tabuleiros em lugares que lembram os antigos cantos, pontos de escravos que comercializavam produtos no período colonial". 2. "As baiana de acarajé que são filhas de santos podem ser definidas como agentes sociais que articulam campos vinculados ao sagrado e ao profano". 3. A prática tradicional



está sendo ameaçada pelo surgimento recente da venda de acarajé no comércio normal, bares e supermercados, bem como pela sua apropriação “por outros universos culturais, como na versão conhecida como “acarajé de Jesus”, vendida pelos adeptos de religiões evangélicas”. Finalmente, a parecerista conclui pela recomendação do Registro do Ofício das Baianas do Acarajé, em Salvador, Bahia, e sua inscrição no Livro dos Saberes e consequentemente o seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil. Em 5 de novembro de 2004, a Sr<sup>a</sup> Procuradora Geral do IPHAN, Dr<sup>a</sup> Sista Souza dos Santos, emitiu o Parecer 17/2004 que considerou correta a instrução processual, entendendo que a matéria está apta a ser submetida à apreciação do Egrégio Conselho Consultivo, de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 3º do Decreto 3551. Seguindo a recomendação da Sr<sup>a</sup> Procuradora foi publicado no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2004 o Aviso nº 4, de 5 de novembro de 2004, a fim de permitir que no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação, qualquer interessado possa apresentar a sua manifestação em contrário. A peça central do processo é o Inventário “Celebrações e Saberes da Cultura Popular: acarajé em Salvador” realizado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, órgão do IPHAN, tendo como pesquisadores os antropólogos Raul Giovanni Motta Lody e Elizabeth de Castro Mendonça e como supervisora a Dr<sup>a</sup> Leticia Costa Rodrigues Viana. O trabalho foi iniciado em 3 de setembro de 2001 e finalizado em 15 de abril de 2004. Basicamente o Inventário constitui na definição das localidades a serem estudadas; nas entrevistas detalhadas com os atores sociais; no levantamento de bibliografia sobre o tema; bem como em registros audiovisuais e de acervos museológicos. As localidades escolhidas foram Bonfim, Pelourinho e a orla marítima (Barra, Ondina, Rio Vermelho e Piatã), por serem pontos significativos da história de Salvador e pontos de grande concentração de turistas. Foi incluída, ainda, a localidade de Brotas, por ser onde está situado o ponto de venda de um baiano de tabuleiro, que apresenta duas características pouco comuns: ser homem e evangélico, enquanto as vendedoras tradicionais são mulheres ligadas ao candomblé. O excelente material apresentado pelos pesquisadores do Centro Nacional de Folclore e Cultura popular, produz enfim os argumentos necessários para justificar o Registro em discussão. Como Relator do presente processo, a partir da análise do material que o compõem, temos a honra e o prazer de apresentar o seguinte Parecer: O acarajé é muito mais do que um simples alimento tradicional. O seu nome significa acará (bola de fogo) + comer. Acarajé é pois igual “comer bola de fogo”. Faz parte de um complexo cultural que se inicia pela sua origem, como se pode ver na seguinte narrativa mítica extraída do inventário: “Porque na realidade acará é uma bola de fogo; então, o acará era um segredo entre Oxum e Xangô. Só Oxum sabia preparar o acarajé, porque o acarajé é a forma figurada do agerê que é aquele fogo que é feito na segunda obrigação de Xangô no dia do Agerê, que vem representado de duas formas: primeiro o orixá entra com suas esposas levando a panela do agerê, ou seja a panela da comida dele, a famosa panela que Oxum preparava, tampava e dizia para Oiá que botasse em





IPHAN

INSTITUTO DO  
PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E  
ARTÍSTICO  
NACIONAL

3

sua cabeça e levasse a Xangô. Oiá sempre levava e entregava a Xangô, e Xangô se retirava da frente de Oiá, depois vinha e devolvia a panela como se já tivesse comido o que tinha dentro. Um dia ela {Oxum} já estava cansada das incursões de Xangô (isto é, Oxum era uma mulher mais sensual do que uma mulher ligada a sexo), disse: "eu vou dividir este homem com ela {Oiá}". Então, prepara novamente o agerê e diz a ela: "você vai levar para ele mas não olha o que tem dentro". Aí, ela botou na cabeça o que ela sempre levou, mas Oxum nunca tinha dito antes que ela não olhasse. Então ela disse: "ela vai olhar para ver o que Xangô come". Na metade do caminho ela olhou para os lados e viu que não estava sendo observada, abriu a panela e subiu aquela língua de fogo. Então ela disse: "eu sei o que ele come, ele come acará" Tampou rápido a panela, botou na cabeça e se apresentou na frente de Xangô. Mas, como diziam minhas antigas e todo o povo Yorubá fala, os deuses sempre sabem o que o outro fez ou vai fazer; eles se entendem e se saem bem por suas astúcias. Então, quando ela chegou, Xangô olhou bem nos olhos dela e disse assim: "você viu o que eu como?" Ela disse: "sim, acará". Aí ele disse: "o que é acará?" Ela disse "é fogo, Xangô come fogo" Aí ele disse; "só minhas esposas podem saber do meu segredo, só a minhas esposas comem". Mas não era bem assim: Oxum preparava, mas não comia. Ele diz para ela: "você meta sua mão aí e vai comer comigo agora". Ela olha para o fogo e come acarajé, um JÉ, que quer dizer comer em Yorubá; acarajé que quer dizer comer acará. Então ela passa a usar o acarajé também para ela, porque ela não pode nessa época dessas histórias dizer tempo; se conta a história e a gente não conta o tempo, porque se a gente é de orixá e bem com nosso orixá, agente vai durar muito, então não pode contar tempo entre os Nagôs. O que aconteceu? Ela passou a ser uma de suas esposas. O alimento dos deuses quando produzido pelas filhas de santo transforma-se em oferenda. O alimento sagrado e ritual é ofertado a Xangô e a sua mulher Oiá (Yansã). Seu formato e misturas são diferentes de acordo com os orixás a que são ofertados. Os de Yansã são os menores podendo ser oferecidos puros, com sete pimentas-da-costa ou enfeitados com camarões secos. A comercialização do acarajé iniciou-se, ainda, no período da escravidão por "negras de ganho". Tornou-se posteriormente uma fonte de renda para os terreiros quando as filhas de santo passaram a vender acarajé para o público. Durante a venda, as baianas de acarajé usam as suas vestimentas tradicionais, cuja peça mais importante é a saia. A expressão "estar de saia" significa estar vestida de baiana. "A saia faz parte da coreografia". As anáguas de goma, a bata, o camisu, os ojá, o pano da costa complementam a sua vestimenta e estão bem descritos nas páginas 33 e 34 do processo. As vestimentas identificam a que candomblé a usuária pertence. Por exemplo: "Toda pessoa que é nagô, a bata é curta e não bota ojá na cabeça; se bota borboleta, tem que ser o tradicional, e quando a bata é comprida, tem uma história que diz assim: quanto maior a bata, maior a burrice. Então, se você observar no dia da baiana, você vai ver que as nagô estão muito diferentes, em pequeno número". O tabuleiro faz parte do conjunto. Ele contém outros



bens que são associados às baianas de candomblé: abará, lelê, cocada branca, cocada preta, pé-de-moleque, passarinha e bolo de estudante, além dos adubos do acarajé (vatapá e camarão seco). Guardam, também, as panelas e as colheres de pau, além dos objetos rituais, como as figas, dandás e colares de conta. A receita do acarajé é acessível a todos, por isto ele pode ser consumido em outros contextos, como vimos. Mas o consumidor tradicional prefere adquiri-lo no tabuleiro da baiana, contemplando o ato do fervimento do acarajé. Admirando a sua habilidade, a sua coreografia e os seus gestos ritualizados, que não permitem a confusão do acarajé com “fast food” qualquer. Segundo Paloma Jorge Amado, em seu livro “A comida baiana de Jorge Amado” (Editora Record, Rio de Janeiro, 2003), “antigamente fazia-se a massa do acarajé descascando o feijão fradinho, grão a grão, e ralando na pedra. Manoel Querino descreveu assim a *pedra*: “*A pedra de ralar, como vulgarmente lhe chamam, mede cinqüenta centímetros de comprimento por vinte três de largura, tendo dez centímetros de altura. A face plana em vez de lisa é ligeiramente picada por canteiro., de modo a torná-la porosa ou crespa. Um rolo de forma cilíndrica, da mesma pedra de cerca de trinta centímetros de comprimento, apresenta toda superfície também áspera. Esse rolo, impelido para frente e para traz, sobre a pedra, na atitude de quem mói, tritura facilmente o milho, o feijão, o arroz, etc.*” meu compadre Aurélio Sodré teve um vizinho que era afiador de pedra: com um martelo bicudo dava pancadinhas na pedra, que pelo excesso de uso estava ficando lisa, refazia assim sua aspereza”. A pedra descrita pelo grande Manoel Querino desapareceu, tornou-se um instrumento ritual. As informantes do Inventário falam “em descascar o feijão e socar em um pilão de pedra”. Uma delas se referiu-se ao uso do liquidificador. Com efeito, transformações têm ocorrido. As baianas vendiam acarajé para pagar as obrigações dos Santos, hoje as vendas complementam as receitas domésticas. Sabem que os seus fregueses são os que respeitam as tradições ou os turistas que se encantam com estas mesmas tradições. Ambos gostam de degustar o alimento dos deuses, diante do tabuleiro da baiana, assistindo a fervura do óleo de dendê, que transforma o bolo de feijão em uma bola de fogo, o alimento de Xangô. Quaisquer que sejam as transformações ocorridas no contexto do profano, no contexto sagrado estas transformações são mais lentas, mais difíceis, por isso o acarajé continuará sempre a ser um elemento importante nas cerimônias do candomblé, principalmente durante o agerê. Pode parecer que estamos dando uma importância maior ao acarajé do que ao Ofício das Baianas de Acarajé, mas este fato tem um sentido: neste complexo cultural, o acarajé é o elemento central. O Ofício não teria a importância que tem se o acarajé fosse apenas um dos alimentos tradicionais. Portanto, ao recomendar o registro do Ofício das Baianas de Acarajé estamos reconhecendo a importância de ambos. Que as baianas continuem a enfeitar o mundo multicolorido da Bahia, que o cheiro e o sabor do acarajé continue a atrair a todos, ao sons dos pregões que as baiana não cansam de



repetir: 'I abará, ô abará, acarajé, acarajé'. Salvador 1º de dezembro de 2004. Roque de Barros Laraia. Relator.

## Anexos C - Jornais

# Avenida Sete de Setembro faz parte da história de Salvador

Eduarda Uzêda

**A** Avenida Sete de Setembro, centro de Salvador, é de fundamental importância para o estudo histórico, social e antropológico da cidade. Na verdade, é uma avenida que guarda vários nomes em seu percurso. Basta lembrar que a Avenida Sete de Setembro começa na Ladeira de São Bento e termina no Farol da Barra. Para quem não sabe, integram a avenida a Ladeira de São Bento, Largo de São Bento, São Pedro, Piedade, Rosário, Mercês, Campo Grande, Praça da Aclamação, Vitória, Ladeira da Barra, Porto da Barra e Farol. As obras da avenida foram iniciadas no governo Seabra. Em décadas passadas, já foi ponto de glamour.

Só para lembrar da importância histórica, na Praça da Piedade, hoje totalmente restaurada, depois de muito tempo de abandono, funcionava a força, onde eram sentenciados e enforcados os rebeldes, a exemplo dos mártires da Conjuração Baiana. O Forte de São Pedro foi construído em 1642 e serviu, durante muito tempo, como uma trincheira para as constantes revoltas que explodiam na Bahia. O Palácio da Aclamação, que serviu de residência de governadores baianos, tem nos seus fundos o Passeio Público, onde se tem acesso ao Teatro Vila Velha, um dos mais importantes da cidade.

O Campo Grande, que assistiu no século XVII ao acampamento dos holandeses, se destaca nas comemorações da Independência da Bahia, além de abrigar vários monumentos e árvores raras. No Corredor da Vitória e Largo da Vitória, importantes mansões residenciais dividem espaços com museus e teatros. É na Barra que a Avenida Sete tem a sua face mais bonita. O Porto da Barra, com sua paisagem ímpar, é um dos mais representativos cartões postais da cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos.

## Artistas

No Farol, a Avenida Sete se encerra, mas não vamos esquecer que os lojistas e ambulantes têm parte da sua história gravada ao longo da avenida, assim como os estudantes, sindicalistas e trabalhadores realizam até hoje, no local, as suas principais reivindicações. Os *outsiders*, a exemplo da "mulher de roxo" e o atual Jaime Figura são representantes do seu espaço democrático. Através do Carnaval, grandes artistas fazem da Avenida Sete seu principal palco. A Avenida Sete também abriga importantes igrejas como a de Nossa Senhora da Piedade e a do Rosário. Lembrar da Avenida Sete é lembrar da Fundação Politécnica que em tempos remotos reuniu a juventude descolada, tempo, aliás em que as escadas rolantes representavam um grande avanço em termos tecnológicos de Salvador.



A movimentada avenida é fundamental para quem deseja conhecer a história da capital baiana

## Fotos lembram passado histórico

"Avenida Sete de Setembro: 83 Anos de Alegria e Glória" é o título da exposição de fotos, recortes de jornais, documentos e textos, que pode ser vista até o próximo dia 15, das 13 às 19 horas, na Rua do Politeama, 140, promovida pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), em parceria com a Fundação João Fernando da Cunha. Um dos principais documentos da mostra é o que traz a mensagem do então governador José Joaquim Seabra, encaminhada à Assembleia Legislativa, em 1916, destacando entre as obras realizadas no ano anterior a ampliação da avenida e sua importância para Salvador.

Em 1915, J.J. Seabra autorizou a iluminação e o assalamento do trecho entre a Ladeira de São Bento e o Porto da Barra, iniciando o processo de desenvolvimento de uma das mais importantes avenidas da cidade. Na mesma época, os bondes passaram a circular entre o antigo Largo do Teatro (hoje Praça Castro Alves) e a Piedade.

O impulso comercial da Avenida Sete ocorreu a partir dos anos 60. Até então os lojistas se estabeleciam na Rua Chile. Na avenida se concentravam os clubes sociais, residências, igrejas e palacetes. De acordo com a gerente do Arquivo Municipal, Vanda Angélica, a Ave-

nida Sete sempre foi palco de festas, procissões, desfiles cívicos e manifestações de protesto.

Os visitantes da exposição vão também ter acesso às moedas antigas encontradas durante escavações feitas em 1988 próximas ao Relógio de São Pedro. No interior de um baú de cobre, além das moedas — a mais antiga data de 1869 e a mais recente é de 1915 — foram encontrados também exemplares de jornais, impressos em 7 de setembro de 1915. Explicou Angélica que era um costume europeu enterrar jornais e moedas ao se começar uma construção civil, que simbolizava prosperidade e sorte.

# Avenida Sete é comercial, histórica e cultural

Vencedor do Big Brother Brasil 2005 revela que 'adora dar a volta' pela região

Silvia Maria Nascimento

**H**oje não se pode dizer que a Avenida Sete de Setembro é uma das mais bonitas de Salvador. Mas que é uma das mais movimentadas e cheias de atrações, está é. Há quem goste de percorrê-la durante um dia de semana, em busca de compras, ofertas, novidades. Afinal, de comércio chique elegante em seus primórdios, hoje ela abriga o comércio mais popular com variedades de lojas, lanchonetes, restaurantes e monumentos históricos por vezes escondidos em meio a fachadas de gosto duvidoso. Mas há os que preferem percorrer este trecho de Bahia nos finais de semana, quando está vazia, com as estantes cheias de livros para uma boa caminhada.

É o caso do jornalista e escritor Jean Wyllys, que elige o circuito da Avenida Sete (assim é chamada pelos baianos) do Campo Grande até a virada do Edifício Sulacap, voltando pela Avenida Carlos Gomes, como o seu canto preferido na cidade. "Adoro caminhar no Centro. Dar a volta na Avenida Sete e Carlos Gomes. Me encanta a arquitetura, tudo", diz ele. Para Jean, a melhor época é o Outubro, e os melhores dias, os finais de semana, quando ele está sozinho e se pode ver melhor seus monumentos, observar melhor a arquitetura e os estilos que se misturam.

Para a cidade, este trecho escolhido por Jean tem vários significados. É o circuito que leva ao Centro Histórico e Patrimônio da Humanidade, o Pelourinho e suas adjacências. É o principal circuito do Carnaval da Bahia. É onde acontecem os movimentos de cunho político, passeatas e caminhadas, é onde o baiano desfila e adorna a cidade e a do Brasil. Enfim, lugar do acontecimento no circuito Osmar (como é conhecido durante o Carnaval).

Mas, provavelmente, não é este apenas o aspecto que encanta ao jornalista baiano que ganhou a fama através do re-



O show Big Brother Brasil de uma emissora de tevê e vem se mantendo na mídia pela popularidade que o seu cenário urbano público conquistou. Começa uma caminhada no Campo Grande, ou Praça Dos de Julho, seu nome oficial, e faz o circuito da Avenida Sete, pode render um bom passeio ao turista. Certo que o visitante turista que ler um pouco de paciência com o burburinho da rua comercial, dos ambulantes, das pessoas em busca das ofertas.

O "grande mercado" de gente que se esboça foi cortado no centro da cidade no início do século XX. Para a sua passagem, a Igreja de São Pedro, onde hoje está o relógio, foi demolida, e o prédio histórico de arquitetura das mais belas, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, teve que ceder parte de suas instalações. Bom, o que ficou de pé ainda pode ser admirado. Localizado entre a Praça da Piedade e o Relógio de São Pedro, o IGH abriga uma biblioteca e guarda a história da Bahia. O funcionamento ao público é à tarde.

A Avenida Sete é a princi-

pal, mais extensa e uma das mais antigas do centro da cidade. Começa no Largo do Fátima da Bahia e vai até a Praça Castro Alves, por cerca de 6km. No caminho, ela ganha várias denominações, como Ladaria da Barra, Conde da Vitória, Campo Grande, Mercado, Relógio de São Pedro e Ladaria de São Bento, equivalente às mais populares construções e sítios históricos de seu percurso.

**O vai-e-vem de pessoas na Avenida Sete durante a semana impede a observação e de outros atrativos ao longo da via pública**

**Jornalista e escritor Jean Wyllys costumava percorrer do Campo Grande até a virada do Edifício Sulacap, retornando pela Avenida Carlos Gomes**



## AO LONGO DA AVENIDA

**Campo Grande** - A área demarcada no século XVII serviu para treinamento militar durante o século XVIII para os soldados do Forte de São Pedro. Em 1911 foi transformado em jardim pelos ingleses, e ganhou, no final do século XIX, o monumento em homenagem à Independência da Bahia. No Campo Grande, destacamos ainda os edifícios Casa do Arcebispo de Insipração inglesa do século XIX, o Teatro Castro Alves, e o Tropical Hotel da Bahia, de meados do século XX.

**Forte de São Pedro** - Construído no lugar escolhido pelos holandeses em 1620 para uma fortificação, foi erguido entre 1646 e 1723. Neste forte, os militares brasileiros se rebelaram pela primeira vez contra o governo colonial português em 1822, visando a guerra pela Independência do Brasil.

**Praça da Piedade** - A Igreja de Nossa Senhora da Piedade, construída no século XVIII, deu nome à praça, que entre os seus usos já foi local de execução de condenações políticas. No final do século XIX, foi transformado em jardim. Destacam-se os prédios da sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Gabinete Português de Leitura, instalado no estilo neoclássico, a Igreja de São Pedro e o grande espaço criado pelo artista plástico Carbel.



**Relógio de São Pedro**

**Igreja de São Pedro** - Foi inaugurada em 1917, em estilo bizantino, linhas sóbrias e elegantes. Na fachada, encontra-se o arripo de São Pedro com os chaves simbólicas.

**Relógio de São Pedro** - Ouidé foge: está o monumento, avista, uma Igreja dedicada a São Pedro, demolida para a passagem da Avenida Sete de Setembro. O relógio foi importado da França.

**Largo de São Bento** - Os monges beneditinos chegaram com Tomé de Souza em 1549 e escolheram este local para erguer a Igreja de São Benedito e o Mosteiro de São Bento. O conjunto data de 1569 e abriga o mosteiro da Iate-antigos em torno de um pátio, biblioteca com 38 mil volumes e museu com objetos representativos da ordem na Bahia e no Brasil.

## FUTURO CALÇADÃO

# Audiência debate comércio na Av. 7

O comércio da Avenida Sete de Setembro e o projeto que visa transformar uma das mais tradicionais vias de Salvador num calçadão, são os principais pontos a serem debatidos durante a Audiência Pública que acontece amanhã, às 9:30 horas, no prédio anexo à Câmara de Vereadores. Organizada pelo vereador Virgílio Pacheco, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a Audiência Pública vai contar com a participação de representantes dos sindicatos dos lojistas e dos vendedores ambulantes, da Secretaria de Serviços Públicos, Secretaria de Planejamento e do Instituto Geográfico e Histórico.

De acordo com o vereador Virgílio Pacheco, economista e professor de Economia da Ufal, o projeto de fechar a Avenida Sete de Setembro, do Campo Grande à Praça da Sé, para os veículos, e transformar o trecho do Politeama ao Sulacap em calçadão, não pode ser tratado de maneira emocional. "É um assunto que precisa ser

um transporte limpo e barato, que poderia voltar a circular no centro da cidade, fazendo o transporte na Avenida Sete. Além de contemplar o saudosismo, há aí um elemento histórico, disse ele.

A institucionalização do calçadão na Avenida Sete, avalia o vereador presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Câmara, "tem que ser cuidadosa, e ser pensada em momentos determinados".

Para Virgílio, o primeiro passo nesta direção será a implantação da Rua 24 horas, na Avenida Sete, num determinado dia da semana, que poderia ser às sextas-feiras, como um incentivo aos lojistas, canalizando a demanda, e também um incentivo aos artistas da terra. "Uma coisa popular, mas muito bem organizada", disse o vereador, explicando que a cidade estaria ganhando também mais uma opção de lazer, oferecida pelo município.

Sua ideia prevê que ao longo da Avenida Sete sejam



Vereador Virgílio Pacheco quer um amplo debate sobre o assunto

## Projeto de um grande calçadão

O projeto de transformar a Avenida Sete de Setembro num grande calçadão, divulgado pelo prefeito João Henrique no início deste mês, faz parte do

transformação da Avenida num calçadão

Quando - Dia 28 de março, quarta-feira, às 09:30 horas Onde - Auditório do Anexo

# Avenida Sete será um calçadão

Fechar a Avenida Sete, (do Campo Grande à São), aos carros, e transformar uma das vias mais tradicionais da cidade num grande calçadão é o objetivo do prefeito João Henrique, que já constituiu um grupo de estudo para viabilizar o projeto. O grupo é coordenado pelo superintendente da Sucom, Paulo Meireles.

Para tentar medir, em parte, o impacto da medida, a prefeitura, em parceria com a CDL, fará um ensaio no dia 11, domingo, último dia da promoção "Liquida Salvador". Nesta data, a Avenida Sete será fechada para o tráfego.

A data não está definida, mas ainda este ano, a Avenida Sete será transformada num longo calçadão, de acordo com o projeto da prefeitura, a exemplo de alguns existentes em São Paulo. No local acontecerão atividades lúdicas, esportes e de serviços. Detalhes da operação serão discutidos nesta segunda-feira, quando o grupo de trabalho vai se reunir com o prefeito João Henrique.

O ante-projeto prevê que o calçadão seja feito com material de grande resistência por causa do Carnaval. Fontes da prefeitura disseram ontem que há preocupação com o culto carnavalesco, e que o calçadão deverá suportar o peso dos três elétricos.

O comércio local passará por um processo de revitalização com a criação de pontos organizados para os ambulantes assim como o seu funcionamento obedecerá a um rodízio. O objetivo das mudanças é atender aos anseios de lojistas e da população.

O horário de funcionamento do comércio na Avenida Sete, que será fechada do Politéama até o Edifício Suiçaco, na Praça Castro Alves-Rua Chile, Baixa dos Sapateiros e Comércio obedecendo a um rodízio, que deverá ampliar as oportunidades de compras e melhorar o trânsito.

A prefeitura oferecerá um domingo de lazer e para incentivar a população ir às compras, disponibilizando carruagens, trenzinhos e brinquedos para as crianças.

O comércio local funcionará das 8 às 18 horas, no último dia da promoção organizada pelo CDL. A SET disciplinará o tráfego na área, criando alternativas para o público ter acesso à principal avenida do centro.

O assunto foi tema de uma reunião que o prefeito João Henrique manteve com representantes dos salteiros, lojista, de ambulantes, da Polícia Militar, além de vários órgãos municipais. Já na primeira quinzena deste mês, o co-

FOTOS: ROMULO DE JESUS



O tráfego de veículos será proibido na Avenida Sete e Rua Chile, que passarão a ser um imenso calçadão, atendendo pedidos da população e dos comerciantes

mércio na Avenida Sete será aberto um domingo por mês.

A ideia é devolver às calçadas aos pedestres, além de criar espaços e locais alternativos para os ambulantes desenvolverem suas atividades. É o primeiro passo que poderá dar para organizar a atividade de comércio informal na cidade", disse o prefeito durante o encontro, no Palácio Thomé de Souza. João Henrique recebeu do Fórum Municipal para o Desenvolvimento Sustentável do Centro da Cidade e outras entidades, um documento com o título "Renovar e organizar o Centro para uma cidade melhor", através do qual as entidades sugerem algumas alternativas para a revitalização do Centro da Cidade, preservando sua essência histórica e cultural, além da evolução empresarial.

A meta, portanto, é ordenar e organizar o trabalho dos ambulantes em vários pontos da cidade, principalmente na Avenida Sete, Baixa dos Sapateiros, Centro Histórico e adjacências. "Entendemos que se trata de um grave problema social, reflexo do desemprego", afirma o documento.

## Comércio dá total apoio

"Queremos ser colaboradores neste processo para organização dos ambulantes, indicar espaços alternativos para desatolar o Centro da cidade. Garantir o direito de antigos ambulantes exercer sua atividade. Muitas pessoas que estão atuando hoje como ambulantes são de fora e acabam prejudicando para de família daqui", enfatizou o presidente do Sindicato do Comércio da Varejistas e Ambulantes, Joel Anunciação.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes, Cláudio Mota, é igualmente favorável: "Queremos espaços alternativos para colocar as pessoas que vivem do comércio informal". O problema do comércio informal provoca impacto na cidade em diversos segmentos, por isso será necessária uma ação efetiva e consistente envolvendo, além das entidades de classe e o município, o governo do Estado.

Todos destacaram a participação dos vários segmentos no projeto. O prefeito João Henrique citou como exemplo de envolvimento da comunidade a discussão para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de

Salvador (PDDU), que está sendo discutido exaustivamente com toda a sociedade, antes de ser encaminhado para apreciação e aprovação da Câmara de Vereadores.

João Henrique aproveitou a oportunidade e entregou aos presentes uma cartilha sobre o PDDU. "Estamos trabalhando numa situação que é consequência, devemos trabalhar juntos também para buscar alternativas para reduzir o desemprego, que é isso que faz crescer o número de ambulantes em nossa cidade. O problema dos ambulantes prejudica o Poder Público de várias maneiras. O excesso de vendedores nas ruas prejudica o trânsito, a limpeza pública, a iluminação e até a segurança, pois sabemos que entre os trabalhadores sérios existem muitos bandidos", enfatizou.

O coronel PM Nilton Régis Mascarenhas, comandante do Comando de Policiamento do Centro, que esteve representando o Comando Geral da Polícia Militar, disse que a PM está pronta para colaborar e ajudar no que for preciso. "A Polícia Militar está engajada para ajudar nessa questão", disse o coronel Mascarenhas.

Mesmo sem a imponência dos tempos do Império, o bairro guarda ainda muitas lembranças da Bahia antiga.

# Largo 2 de Julho, página rica da história.

O Largo Dois de Julho, um dos mais centrais e tradicionais bairros de Salvador, está hoje bastante diferente dos tempos do império quando era considerado um dos endereços mais chiques da cidade. Apesar de conservar o calçamento de pedra de suas ruas estreitas e os casarões seculares em estilo colonial, o progresso modificou tanto a vida do bairro, que hoje já há até motéis de alta rotatividade.

Mesmo assim, as donas-de-casa ainda consideram o Largo Dois de Julho um bom lugar para viver. Bem perto de casa, dizem elas, é fácil encontrar

tudo: carne, aves, cereais e até animais de estimação.

Uma privilegiada vista para a Baía de Todos os Santos é uma das principais atrações do bairro, formado pela Praça Inocencio Gólvão, o largo propriamente dito, e ruas em sua volta, como o Areal de Cima, Areal de Baixo, Rua do Sodré e a rua do Paraíso. O progresso trouxe ao bairro enormes edifícios, mas entrando por um dos becos calçados com pedra tem-se a mesma sensação de um mergulho num livro de histórias, o que não faltam são casarões antigos como o prédio onde funciona o Colégio

Ipiranga e o Museu de Arte Sacra. O bairro é hoje povoado principalmente por estudantes, que lá instalaram suas repúblicas e é também conhecido em toda a cidade por ser o principal ponto do comércio de carnes, aves e pescados de Salvador.

Hoje, a única queixa dos moradores é por conta da segurança que é considerada insuficiente, e do calçamento que precisaria de uma conservação maior. Ao contrário de outros pontos da cidade, os moradores gostam do lugar onde moram, "por ter tudo perto" e a saída e transporte fácil para os demais pontos da cidade.



A localização do bairro é perfeita e não faltam serviços aos moradores.

### IMPÉRIO

No Largo Dois de Julho, no período colonial e nos tempos do império, moraram algumas das famílias mais tradicionais de Salvador. O poeta Castro Alves foi um dos moradores da redondeza e chegou, mesmo, a morrer na casa onde hoje funciona o colégio Ipiranga. Mesmo que hoje abrigue estudantes do interior e famílias de classe média, o bairro ainda conserva os ares de requinte dos outros tempos. É na Igreja de Santa Tezeza, Museu de Arte Sacra, que costumam acontecer os casamentos chiques de Salvador.

No largo, as principais atrações são uma loja de animais vivos que chama bastante a atenção das crianças e o que sobrou do antigo mercado das Flores que foi transferido para lá. Ingredientes de culinária baiana, como dendê, gengibre e camarão seco, comida sertaneja como carne de sol, sarapatel, fato e mocotó são vendidos em plena rua, assim como mariscos e temperos frescos. Os melhores da cidade, dizem algumas donas de casa, mas igualmente os mais caros, como afirmam alguns moradores da área como a comerciante Agda Maria de Souza.

Morar no bairro é tranquilo. Somente a segurança é que tem criado problemas nos últimos tempos. Os roubos de carro têm sido constantes e os moradores reivindicam providências urgentes junto a polícia. Algumas famílias estão querendo mudar de endereço. Se sentem perturbadas com o número crescente de motéis instalados na área e que são frequentados por bancários, comerciantes, funcionários públicos e até mesmo executivos que trabalham no Comércio, o centro financeiro da cidade e um dos bairros vizinhos.

## ROMANCES POVOAM A LONGA EXISTÊNCIA DO BAIRRO.

### Última morada do poeta Castro Alves.

Mesmo que os moradores se sintam abandonados e sujeitos à ação dos marginais, não faltam tradição e história no largo Dois de Julho. Lá morreu e morreu o poeta Castro Alves, cujos romances com as vizinhas povoam até hoje a história do bairro. Nos anos 50 e 60, o largo Dois de Julho concentrou as principais boticas da cidade: a Cios, no fim da rua do Paraíso, da qual só resta o prédio, e a Anjo Azul, que fechou suas portas nos anos 70 após uma polêmica que envolveu os principais intelectuais da cidade.

É ainda no largo Dois de Julho que está situado um dos dois únicos clubes carnavalescos da cidade que conseguiram sobreviver. É o Fanzoches da Euripe, hoje transformado em clube social, com piscina e todas as mordomias e que é frequentado principalmente pelos moradores do lugar. Mesmo tendo crescido e se modificado, o clube ainda conserva o ar de tradição dos tempos em que participava dos desfiles de clubes com imensos carros alegóricos.

Descendo a ladeira do Sodré, há pelo menos dois prédios que marcam a tradição do bairro. O primeiro é o do Colégio Ipiranga, última residência do poeta Castro Alves, que lá viveu seus últimos dias e seu último romance: com a italiana Agnese Marri. Mais adiante está o do antigo Convento de Santa Teresa, um prédio imenso, cercado de saracotes (fraterras), hoje transformado em Museu de Arte Sacra e onde costuma casar os socialistas da cidade.

Apesar de sofrer alguma descaracterização (a botica Anjo Azul foi mesmo transformada em padaria apesar dos inúmeros protestos dos intelectuais, e é crescente o número de motéis no bairro), o que não faltam são casarões seculares cheios de grades trabalhadas. Uma coisa que desapareceu do bairro e faz falta aos moradores do largo Dois de Julho é o cinema Capri, desativado após um incêndio e que nunca mais foi restaurado, apesar de ter sido um dos melhores da cidade.

### FLORES

Lá para tricô e crochê, mariscos frescos vindos diretamente das ilhas da Baía de Todos os Santos, uma profusão de flores como rosas e crisântemos e até um minúsculo pássaro falante vindo da Ásia são algumas das coisas comercializadas no largo Dois de Julho. Quem mora lá se queixa dos preços, mas reconhece as vantagens de morar num lugar "onde se tem de tudo à mão". Da carne para a feijoadinha os animais de estimação e até assistência técnica para o som ou videocassete.

Mas, o que mais chama a atenção no bairro são as flores e os candários. Na loja Tito-Tito, que desde 1973 comercializa animais de estimação como pintos, canários, periquitos e coelhos, crianças não param de entrar e sair para olhar os animais. O ambiente é como o das lojas de desenhos animados, cheias de gaiolas onde canários e periquitos não param de cantar um só instante e o passar asiático, o animal mais caro da loja, custa 18

mil, começa a balbuciar algumas palavras.

Carlos Alberto Bicencourt, dono da Tito-Tito, diz que não tem do que se queixar. Sua principal clientela são criadores de coelhos e aves, que estão sempre em contato com ele. Os preços variam. Mas ele diz que o local é o principal tráfego para quem a loja tem dado certo. "É um bairro central, que todo mundo conhece, fácil de ser atingido de carro ou de ônibus, embora o fechamento da rua do Cabeça e a mudança do terminal de ônibus tenha prejudicado um pouco".

Do outro lado da rua, os remanescentes do antigo mercado das Flores são uma outra atração para quem passa pelo local. Uma enorme profusão de rosas de todas as cores, margaridas, gerânios, crisântemos dão um colorido diferente ao bairro. A principal clientela são as pessoas idosas. Gente que compra flor para levar ao cemitério, ou mesmo quem ainda mantém o hábito de enfeitar a casa.



Mercado das Flores, um dos pontos mais marcantes do bairro.

# Largo Dois de Julho guarda a história

Localizado no centro da cidade, o Dois de Julho expõe imagens urbanas não só de uma antiga Bahia, provinciana, que permanece guardada no imaginário coletivo de seu povo. Do tempo atual são fortes, na área, as imagens da festa multicolorida de frutas e verduras, dos excluídos sociais e do grande número de carros que praticamente tomam conta do largo. Da Bahia antiga, as ruas apertadas, o casario e igrejas recordam um Dois de Julho onde a poesia transgressora de Castro Alves ecoava solta, ao lado de rígidos sermões religiosos. Dois de Julho de mártires e traidores; de prostitutas e "mocinhas de família"; de desfiles festivos de gays e de antigos carnavais de serpentinhas e confetes que animavam famílias ilustres.

EDUARDA UZÉDA

O Largo Dois de Julho guarda nas suas estreitas ruas de paralelepípedos muito da história da Bahia. Uma visita ao local permite, também, conhecer muitos aspectos sociais e antropológicos do povo da cidade de todos os santos e orixás. Limitada pela Rua Carlos Gomes, Largo dos Afritos e Avenida do Contorno, o Dois de Julho abriga casarões antigos e solares tradicionais, além de igrejas seculares. Pela ruas da Fonte e do Cabeça, que dão acesso ao bairro, passaram os líderes da Conjuração Baiana ou Revolução dos Alfaiates.

O movimento revolucionário de 1798, um dos mais amplos do ponto de vista político, econômico e social, tinha como sonho um Brasil livre e independente. Os participantes da Revolução dos Alfaiates desejavam um governo republicano, democracia, abolição da escravidão, oportunidades iguais para todos os brasileiros, além de relações comerciais com todas



Situação no núcleo original da própria cidade, o bairro foi no passado ponto de reunião de revolucionários

as nações. Muitos desconhecem, mas os boletins sediciosos colocados em vários pontos da cidade defendiam, ainda, a constituição de uma igreja brasileira, separada do Vaticano.

Em razão de delações, vários participantes foram presos e degredados para a África. Foram enforcados, ainda, na Praça da Piedade, os soldados Lucas Dantas Torres e Luis Gonzaga das Virgens e os alfaiates Manuel Faustino dos Santos e João de Deus do Nascimento, que várias vezes se reuniam no largo ou, mais propriamente, na Praça Inocêncio Galvão. O Dois de Julho tem mais histórias. No número 43 da Rua do Sodré, hoje Colégio Ypiranga, Castro Alves, o Poeta dos Escravos, viveu os seus últimos dias, depois de irritar governantes e despedaçar centenas de corações femininos. Perto do local, carmelitas descalços ergueram um convento na segunda meta-

de do século XVII, hoje Museu de Arte Sacra.

## "O Anjo Azul"

O Dois de Julho é culturalmente rico, justamente pelos seus contrastes. A religiosidade da área - abriga as igrejas de Santa Tereza e Coração de Maria - nunca impediu que o lado boêmio do bairro se manifestasse. Na Rua do Cabeça, o espaço denominado "O Anjo Azul", que tinha nome de filme estrelado por Marlene Dietrich, recebia, nos anos 40 e 50, a nata dos intelectuais e artistas da época, tornando-se um marco cultural. Vale lembrar que os painéis criados no local pelo artista plástico Carlos Bastos também causaram grande sensação na então cidade provinciana. Hoje funciona no imóvel um restaurante chinês.

Os moradores mais antigos, o exemplo do espanhol Manoel Mário Otavem Suarez, 65 anos,

proprietário da Churrascaria Brazero, estabelecida na área há 35 anos, lembra que o Dois de Julho era habitado por famílias tradicionais da classe média alta, que frequentavam o Cine Capri, hoje transformado em um hotel. O cinema, que exibiu filmes de diretores consagrados, a exemplo de Buñuel, antes de ser incendiado, na década de 80, exibia filmes pornôdos. Os shows da Boite Clock também marcaram época. "O bairro hoje vive de memória", acentua o proprietário da Panificadora Dois de Julho, José Lourenço. Não se pode esquecer que o Dois de Julho abrigou durante muito tempo o GGB (Grupo Gay da Bahia) e o Museu Temporal, que tem um acervo de cerca de 60 mil cartões postais, uma iniciativa do funcionário público aposentado Antônio Marcelino. O GGB e o museu, que funcionavam na Rua do Sodré, hoje estão instalados no Pelourinho.

## Relíquia seiscentista

O Museu de Arte Sacra, um dos mais importantes museus da América Latina, é referência quando se fala do Largo Dois de Julho. Inaugurado em 10 de agosto de 1959, pelo então reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgard Santos, ocupa as instalações do antigo Convento de Santa Tereza, um dos mais belos monumentos de arte colonial brasileira. O seu conjunto arquitetônico é considerado uma das mais notáveis edificações do período seiscentista.

A fundação do convento ocorreu casualmente, por volta de 1660, quando seis carmelitas descalços aportaram à Bahia. Eles se dirigiam a Angola, onde pretendiam instalar um convento por ordem do rei de Portugal. A falta de embarcações, coisa muito comum na época, fez com que permanecessem em solo baiano por mais tempo. Dessa causalidade, resul-

tiu a permanência definitiva dos religiosos na cidade, levando à fundação do convento, que passou a abrigar o museu na década de 50, por convênio entre a Uba e a Arquidiocese, com a finalidade de preservar a arte sacra luso-brasileira do século XVI ao século XIX.

## Raridades

Entre as raridades do acervo do Museu de Arte Sacra destacam-se as esculturas em terracota do Frei Agostinho Piedade, considerado o primeiro artista erudito que trabalhou no Brasil. Outros destaques são a imagem de Nossa Senhora da Piedade, trazida de Portugal em 1706; uma custódia de ouro incrustada de brilhantes, do ano de 1774, com mais de 400 pedras preciosas e semipreciosas, além de inúmeras peças de incontestável valor histórico e estético.

Foto: Acervo



Acervo reúne peças de grande valor da época colonial brasileira

## Fantoches, símbolo de uma época

Na Rua Democrata, o Clube Carnavalesco Fantoches da Euterpe, que completa 115 anos no próximo dia 6 de setembro, já foi *point* da burguesia até os anos 60. Foi perdendo o seu *glamour* à proporção que os trios elétricos tomavam conta da cidade. O presidente do clube, Jorge Amorim Azevedo, lembra que nos momentos de glória do Fantoches as filas na entrada eram enormes. "Não

raras vezes a polícia era chamada para conter os ânimos dos mais exaltados", frisou.

No bairro, ainda se pode encontrar amoladores de faca e sapateiros, profissões quase extintas, resquícios de uma antiga Bahia. Os mais antigos lembram que no Dois de Julho era comum a presença de vassoureiros e vendedores de tabaca, que apregoavam suas mercadorias nas ruas estreitas. O bairro

é bem servido de açougues, peixarias, mercadinhos e padarias. Os moradores registram uma queda na marginalidade após a implantação, há cerca de três meses, de um módulo policial.

"Que ladeira é essa? Essa é a Ladeira da Preguiça". Os versos da música de Gilberto Gil são lembrados quando se passa pela Ladeira da Preguiça, onde se tem uma das mais belas vistas da Baía de Todos os Santos.

Perto do local, na Rua Visconde de Mauá, a cantora Maria Bethânia mora quando está em Salvador. No Dois de Julho, aliás, famílias convivem muito bem com a presença de hotéis de alta rotatividade. Chamam atenção, ainda, no bairro os "comedores de água" que ficam nas esquinas desfiando "causos" e o grande número de gatos vadios, que são alimentados diariamente pelos açougueiros.



ROMANCES POVOAM A LONGA EXISTÊNCIA DO BAIRRO.

Última morada do poeta Castro Alves.

Muito que os moradores se sentem abandonados e sujeitos à ação dos especuladores, não faltam tradições e história no Largo Dias de Julles. Lá nasceu e morreu o poeta Castro Alves, desde o nascimento com os vizinhos próximos até hoje a história do bairro. Nos anos 70 e 80, o Largo Dias de Julles representava um importante bairro da cidade, a Chácara, um dos mais nobres de Curitiba, de qual saíram o príncipe, e o Arcebispo, que tinham suas propriedades ali após uma polêmica que envolveu os principais nobres da cidade.

Foi ali no Largo Dias de Julles que nasceu o bairro em dois setores, Chácara e Fátima, de onde se começaram a desenvolver. E a Fátima da Europa, hoje transformada em chácara, com prédios e lojas e apartamentos e que é frequentada principalmente pelos moradores de Iguape. Mesmo sendo cercada e se mantendo, a chácara antiga conserva o ar de tradição dos tempos em que pertencera aos filhos de criados dos importantes senhores abrigados.

Discando e sabendo de tudo, foi pelo nome deste período que nasceu a tradição do bairro. O primeiro é o do Colégio Ipiranga, última residência do poeta Castro Alves, que lá viveu nos últimos dias e em último momento com a italiana Agnese Muzzi. Mas acabou ali o do amigo Constante de Santa Teresina, um período também, quando de arreios frustados, hoje transformado em Museu de Arte Sacra e onde continua com as tradições da cidade.

Apesar de sofrer algumas descaracterizações no bairro Arcebispo, há muitos moradores em particular apesar das mesmas pretensões das especuladoras, e é evidente o interesse de manter o bairro, o que não faltam os conselhos municipais e outros de grandes tradições. Uma coisa que desapareceu do bairro e foi falta nos moradores do Largo Dias de Julles e o nome do bairro, mantendo-se ali os moradores e que mesmo assim foi restaurado, apesar de ter sido um dos melhores da cidade.

FLORES

É para evocar e lembrar, mostram histórias vividas diretamente dos filhos da Rua de Tereza em Santos, uma tradição de Dias como ruas e estabelecimentos e ali um espaço especial. Também vende de Arcebispo são algumas das casas construídas no Largo Dias de Julles. Uma coisa é se querir dos preços, mas sobretudo as vantagens de quem quer fazer "onde se vive de tudo à mão". De certo para a tradição no bairro de tradição e um movimento técnico para o setor em desenvolvimento.

Mas, o que mais chama a atenção no bairro são as ruas e os caminhos. Na Rua Tereza, que desde 1973 comemorou o aniversário de inauguração das ruas, caminhos, praças e jardins, mostram um período de história e ali para falar os tempos. O bairro é o centro de duas linhas de desenvolvimento, cheio de pontos onde caminhos e praças são pontos de encontro com as histórias e o passado histórico, e assim mais como de hoje, Cel. 18

mas, começa a melhorar algumas partes.

Castro Alberto Bazzano, dono da Tereza, diz que não tem do que se queixar. Sua principal característica são as ruas e os jardins, que estão sempre em movimento com ele. Os preços variam. Mas ele diz que o local é o principal ponto para que o lote seja dado certo. "É um bairro controlado, que tudo mundo conhece, há de ser atingido de certo no de Julles, embora a mudança do nome de Chácara e a mudança do terreno de Julles tenha prejudicado um pouco".

Do outro lado da praça, os moradores do bairro mantendo as tradições ali com muita tradição para quem passa pelo local. Uma enorme praça de ruas de todos os cores, magalhães, jardins, arborização ali com colorido diferente do bairro. A principal tradição são as praças tradicionais. Certo que compra um para levar ao comércio, em outras partes ainda mantem o bairro de tradição e casa.



Parque das Flores, um dos pontos mais importantes do bairro.



**Emiliano José**

Jornalista e escritor

emiliosj@uol.com.br

O que está em jogo é o destino de quase cinco mil pessoas – eram 4.827 no Censo de 2010 do IBGE. Desse total, 47% são homens, 53%, mulheres. Adultos, majoritariamente. E negros, sobretudo – mais de 66%. E pobres: mais de 66% dos domicílios possuem renda mensal de até três salários mínimos. Notaram que empata o percentual de negros com os de baixa renda? E não só o destino dessas pessoas, mas da cultura que elas encarnam – aquela de hoje e a de ontem. A cultura da cidade centenária em que vivemos. A história da Cidade da Bahia. Nosso passado, pretendem enterrar o nosso passado. Pretendem enterrar o 2 de Julho.

Não, não se trata do Aeroporto, já agredido pela subtração da data heróica da Bahia e do Brasil. Agora, querem não só mudar o nome do bairro, chamá-lo Santa Teresa, como, de um jeito ou de outro, fazer uma assepsia social em nome de novos e altos investimentos, imobiliários, residenciais ou de hotelaria. O cerco dos novos bárbaros vem de longe, desde o início dos anos 2000, e deixa a sua população inquieta e indignada, sorte que não imobilizada. O Movimento Nosso

Bairro é 2 de Julho tem levantado os moradores, que insistem em recusar a modernização conservadora com suas cruéis características. No mínimo, pretendem discuti-la, participar, diminuir seus impactos obviamente excludentes.

Os bárbaros modernizantes – sintetizados na palavra mercado – chegam devagar, e o fazem, sempre que podem, em acordo aberto ou velado com os poderes municipais, e nesses últimos anos o fazem com facilidade. Primeiro, o bairro visado é entregue à própria sorte, e a deterioração se acelera, e os imóveis se desvalorizam, por obsolescência. Em segundo lugar, e com ares benevolência, o poder público anuncia uma intervenção modernizadora, e na esteira chegam os grandes empreendimentos, comprando o que lhes interessa, e propugnando, nem sempre abertamente, a retirada dos

moradores pobres da região.

E tome-lhe hotéis de luxo, e tome-lhe empreendimentos com vista para o mar, tudo que está ocorrendo no 2 de Julho, corroendo a alma e a cultura de um bairro centenário, berço de antigos carnavais, da cultura, da poesia, da boemia dessa cidade. Por que o progresso deve necessariamente combinar com a destruição do passado? Por que não é possível conciliar passado e presente? Por que o povo mais pobre deve sempre ser jogado para longe, para periferias cada vez mais distantes, sem casa, sem transporte, sem qualquer infraestrutura? Por que sempre esse destino? É uma maldição dos deuses, ou uma característica essencial do investimento capitalista? Como domar essa sede impetuosa de destruição e de lucros? Creio que só com a participação do povo.

Foi isso que os moradores do Bairro 2 de Julho compreenderam. Lembro-me de Walter Benjamin, crítico revolucionário da filosofia do progresso, evocando o quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee. O anjo de asas abertas tem os olhos voltados para o passado, onde só vê escombros. Uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de

escombros diante dele cresce até o céu. "O que nós chamamos de progresso é essa tempestade" – diz Benjamin. A tempestade chegou ao Bairro 2 de Julho. O deus implacável do mercado quer transformá-lo num monte de escombros para erguer ali estruturas arquitetônicas voltadas para pessoas de alta renda, turistas inclusive.

Os moradores tem, como Paulinho da Viola, repetido: tá legal, eu aceito o argumento, mas não me altere o samba tanto assim. Uma das obras já foi parada pela justiça pelo volume de problemas que trouxe à comunidade. É o caso de parar pra conversar, ver o que pode e o que não pode, pensar primeiro nos moradores, depois nos empreendimentos. Dar condições de vida dignas a toda a comunidade. Os moradores parecem voltar aos velhos carnavais do Fantoches da Euterpe: "Daqui não saio, daqui ninguém me tira. Onde é que eu vou morar? Inda mais com quatro filhos onde é que eu vou morar?". Pois é. É resistir e resistir. Democratizar a cidade. Viva 2 de Julho! Viva o Movimento 2 de Julho! Viva toda a diversidade, toda a cultura e criatividade do Bairro 2 de Julho!

EMILIANO JOSÉ ESCREVE 2ª FEIRA, QUINZENALMENTE

*O Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho tem levantado os moradores, que insistem em recusar a modernização conservadora com suas cruéis características*

SALVADOR COMÉRCIO

# Em seus lugares

## Ambulantes da Avenida Sete serão realocados até dezembro

Priscila Chammas  
priscila.chammas@redetbahia.com.br

Mercadorias espalhadas pelos passeios, assédio aos transeuntes e muito barulho. A confusão causada pela enorme população de ambulantes espalhada pela Avenida Sete já tem data para acabar: 15 de dezembro. Esse é o prazo dado pela secretária municipal da Ordem Pública, Rosemna Maluf, para o término das obras nas 13 vias transversais para onde os camelôs serão realocados.

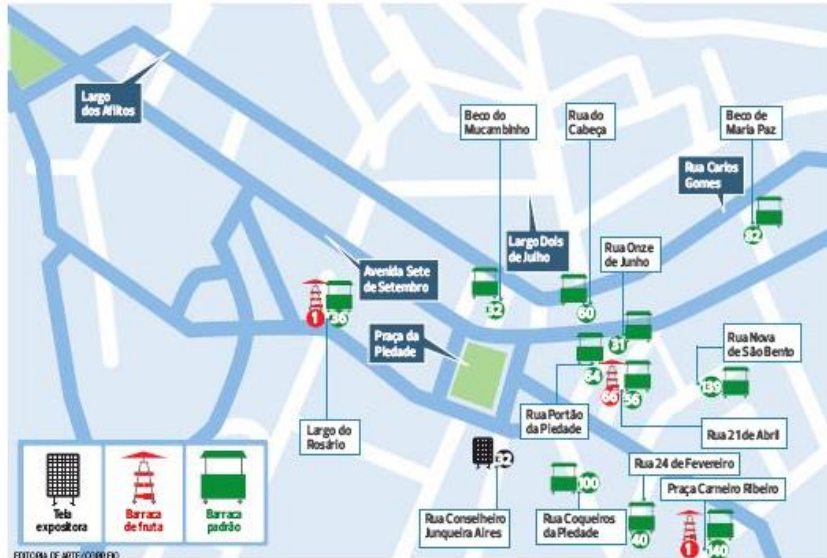
"Essas ruas passarão por uma requalificação, que inclui a troca de todo o calçamento, iluminação pública, paisagismo, barracas padronizadas, coleta de lixo e cobertura onde for possível, para evitar que usem aqueles toldos feios para se protegerem da chuva e do sol", conta a secretária. E a primeira rua já começou a ser reformada. As obras no Beco do Mucambinho tiveram início ontem. Depois virão o Largo do Rosário, a Rua do Cabeça e a Rua 11 de Junho.

No total, serão 915 barracas doadas pela prefeitura aos ambulantes licenciados, em regime de concessão. "Eles vão ter que assinar um termo, se responsabilizando pela manutenção das barracas, porque a prefeitura não tem dinheiro para ficar consertando as barracas que forem danificadas", diz Rosemna. Sobre os outros ambulantes que hoje lotam as calçadas da Avenida Sete, ela explica que eles não poderão mais ficar por lá.

"Hoje são 750 licenciados para a área. Esses irão para as transversais. Do restante, muitos têm licença para trabalhar em outras áreas da cidade, e esses terão que retornar para as áreas de origem. A maioria, que não tem nenhum tipo de licença, vai ter que deixar o local", diz.

Segundo ela, alguns desses conseguiram uma das 165 licenças que sobram para completar as 915 barracas. "A prefeitura tem planos de, num segundo momento, chamar os restantes. Muitos deles nem moram em Salvador, são de

### ONDE FICARÃO OS AMBULANTES



EDITORA DE ARTE/REBRÉO

CVL/GAFO



Perspectiva de como ficará o Largo do Rosário depois das obras de requalificação



Barracas de frutas obedecerão a um novo padrão

idades vizinhas como Simões Filho, Camaçari e Feira de Santana. Eles vêm de manhã e voltam à noite para suas cidades. No processo de licenciamento, temos que dar preferência aos cidadãos de Salvador", defende ela.

**AGRUPAMENTO** O presidente da Fundação Mário Leal

Ferreira, Luiz Baqueiro, lembra que a ideia da prefeitura é agrupar os ambulantes de acordo com o tipo de mercadoria que comercializam. "Assim, o cliente que quiser comprar bolsas, já sabe que tem que ir na rua das bolsas. Se quiser armarinho, importados, bijuterias, também já vai no lugar certo".

As ruas que abrigarão cada tipo de mercadoria ainda não foram todas definidas, mas a 21 de Abril, por exemplo, será predominantemente de barracas de frutas, e a 11 de Junho, de folhas. "Não dá para ser muito rígido porque tem que ver para que rua é alicença de cada ambulante. Mas, dentro do possível, quere-

mos aglomerar de acordo com o setor", emenda Rosemna. Além das barracas de frutas, que obedecerão a um novo padrão (veja acima), também haverá as barracas padrão, que são bem parecidas com as convencionais, utilizadas hoje pelos camelôs, e as telas expositoras, que são ho-

FORNAC 2012 - REVISTAS DO ANUÁRIO DE FOTOGRAFIA



## A requalificação inclui troca de calçamento, iluminação pública, paisagismo e barracas padronizadas

Rosemna Maluf,  
secretária da Ordem Pública

je usadas para expor bijuterias e CDs.

**REPERCUSSÃO** O presidente da Associação dos Trabalhadores do Comércio Informal de Salvador, Arismário Barreto, reclama do espaço destinado a cada ambulante nas novas ruas: "Determinados becos onde só cabem 10 ou 20 barracas, ela quer colocar o dobro ou o triplo. Não vai ter qualidade de trabalho".

Entre os comerciantes e transeuntes da Avenida Sete, o assunto ainda gera polêmica. A técnica de enfermagem Marlei de Souza, que trabalha temporariamente como ambulante, concorda que o orde-

namento é necessário, pois os ambulantes estão tomando conta de tudo. Ela diz que o local é cenário de muitas brigas que acabam deixando muita sujeira.

Apesar de ser favorável, ela se mostra preocupada com o futuro dos comerciantes informais que não têm profissão ou estudo. "Muitos são analfabetos que têm a atividade como ganha-pão, é única fonte de renda", se solidariza.

O vendedor informal Evandro Rocha conta que comercializa em frente à Estação Politécnica há dois anos. Ele diz ser totalmente contra a retirada dos ambulantes sem licença. "Não há mais espaço para novos licenciamentos", reclama. Rocha já tentou se licenciar, mas o local sugerido por ele foi negado por ser área central.

Responsável por uma loja localizada no Relógio de São Pedro, uma comerciante revelou que o estabelecimento enfrenta dificuldades com a entrega de mercadorias. "É difícil passar pela área com os volumes, e os entregadores não conseguem localizar o estabelecimento em meio a tantas estruturas montadas".

Já o professor de Química Edmário Batista diz que o necessário para a melhoria do local é reduzir o número de ambulantes e padronizar a atividade. Outra transeunte, Ana Lúcia reclama que os ambulantes tomam toda a calçada e as pessoas não têm por onde andar.

COLABOROU  
CATIANE RODRIGUES



Transeuntes reclamam que os ambulantes tomam calçada da avenida



Obras no Beco do Mucambinho já começaram desde ontem, e devem ir até a segunda semana de julho

## Ambulantes ficarão na avenida enquanto obras são realizadas

As obras nas 13 vias transversais à Avenida Sete acontecerão de forma gradativa. "Não tenho para onde realocar todo mundo de vez", justifica a secretária Rosemna. Enquanto determinada rua estiver em obras, os ambulantes que lá trabalham ficarão, provisoriamente, atuando na avenida principal. Depois, quem tiver licença continua na área, e quem não tiver terá que sair. A primeira rua a ser requalificada está sendo a Travessa Mucambinho, onde as obras começaram ontem e devem ir até a segunda semana de julho. Na semana que vem começam as obras do Largo do Rosário, que

devem demorar até setembro. Também em junho, serão reformadas a Rua do Cabeça e a Travessa 11 de Junho. As duas vias devem ficar prontas até o final de julho. Em agosto, começam o Beco Maria Paz e a Travessa 21 de Abril. Ficam prontas em agosto e setembro, respectivamente. As últimas ruas a ficar prontas, em dezembro, serão a Rua Nova de São Bento, a Praça Carneiro Ribeiro e a Travessa 24 de Fevereiro. Também está prevista uma qualificação gratuita para os ambulantes, através de uma parceria com o Sebrae. A ideia é transformar os camelôs em microempreendedores.

## Camelôs flagrados na Avenida Sete terão mercadoria apreendida

A partir de 15 de dezembro, quando o reordenamento começar a valer, quem for pego comercializando mercadorias na Avenida Sete receberá uma notificação e terá que deixar a área em até 24 horas. Segundo a secretária Rosemna Maluf, se a ordem não for cumprida, o equipamento será apreendido e armazenado num depósito da prefeitura, até que o dono vá resgatá-lo, mediante o pagamento de uma multa. Ela admite que o efetivo da secretaria ainda é pequeno para garantir uma boa fiscalização de toda a cidade, mas diz que neste primeiro momento vai priorizar a fiscalização na Avenida Sete. "Tem locais que podemos vistoriar em dias alternados, ou de dois em dois dias. Mas

nessa região, vejo a necessidade de ter efetivo todos os dias, das 5h às 18h", anuncia. Ela acrescenta que os 150 agentes fiscalizadores da Semop serão auxiliados pela Guarda Municipal e, posteriormente, por funcionários terceirizados contratados pela prefeitura, até que se possa realizar um concurso público. Um outro problema a ser enfrentado pela secretaria é a falta de carros para transportar as barracas apreendidas. "Temos um número insuficiente, mas dá para começar. Aos poucos estamos reequipando a secretaria", diz. Ela também aposta que os próprios ambulantes legalizados ajudem na fiscalização, fazendo denúncias.

### MEIO DAS OBRAS

- Junho: Beco do Mucambinho
- Junho: Largo do Rosário
- Junho: Rua do Cabeça
- Junho: Travessa 11 de Junho
- Julho: Portão da Piedade
- Agosto: Beco Maria Paz
- Agosto: Travessa 21 de Abril
- Setembro: Coqueiros da Piedade
- Setembro: Rua Nova de São Bento
- Setembro: Praça Carneiro Ribeiro
- Outubro: Travessa 24 de Fevereiro
- Indefinidos: Praça Rio Branco e Rua Conselheiro Junqueira Aires

### \* AMBULANTES EM NÚMEROS

# 11,5

MIL é o número de ambulantes licenciados pela prefeitura. Os ilegais somam o triplo

# 915

AMBULANTES serão realocados para ruas transversais à principal

# 15

DE DEZEMBRO é a data estipulada pela prefeitura para o fim das obras

# Mais\*

## COMÉRCIO DE RUA

O processo de ordenamento dos vendedores ambulantes de Salvador começou pela Avenida Sete, chegou à Praça Cayru e agora vai se estender para os bairros populares, começando por Liberdade e Castelo Branco

SALVADOR ORDENAMENTO

# Ordem ambulante

**Comércio informal da Liberdade vai ser ordenado a partir deste mês**

Alexandro Mota

alexandro.mota@redelash.com.br

Caminhar na Rua Lima e Silva, a principal via da Liberdade, é um desafio. É preciso desviar de tendas improvisadas, se apertar em trechos da calçada por onde só passa uma pessoa ou até mesmo se arriscar na pista. Ali, o comércio informal não vai acabar, mas a Secretaria Municipal da Ordem Pública (Semop) promete iniciar a organização dos ambulantes antes do Carnaval - até o dia 20.

"Diferente da Avenida Sete, na Lima e Silva não temos transversais para alocar o comércio. Vamos, então, pensar em uma rua para o uso coletivo, que permita o comércio, mas que também seja possível ter uma organização para quem quer caminhar na calçada", diz a titular da Semop, Rosemna Maluf.

Na Lima e Silva, os equipamentos dos ambulantes serão padronizados. Além disso, só poderão atuar na área os vendedores licenciados. Quem não tem licença vai ter que deixar o local e indicar, com regularização do cadastro na Semop, um ponto da cidade onde deseja trabalhar.

"Já começamos a estudar a quantidade de postos, se houver a possibilidade de ampliar a quantidade que temos hoje, consideraremos o critério de antiguidade no pedido de licença feito na Semop. Isso é o mais justo", explicou a secretária Rosemna Maluf.

Atualmente, de acordo com a Semop, há cerca de 210 ambulantes licenciados no bairro. Já o número de vendedores atuando sem licença ainda não foi levantado pela prefeitura. O que se sabe de antemão é que



Feira do Japão vai concentrar todas as bancas de frutas e verduras

"A gente que está aqui todo dia percebe que tem muitas pessoas que só aparecem no mês de movimento, um dezembro, um junho. (A prefeitura) tem que ter critérios, claro que todo mundo precisa trabalhar, mas com organização", diz Carlos Augusto Oliveira, presidente da Associação dos Dirigentes Empresariais da Liberdade (Adiel).

**ERRADO** Apesar de no local haver fiscais fixos, como o CORREIO confirmou em visita ao bairro, há irregularidades por toda parte, como ambulantes em locais inapropriados (como próximos a escolas, faixas de pedestre e unidades de saúde) e feirantes com barracas de área superior ao 1,5m<sup>2</sup> permitido.

Wilson da Fonseca Oliveira, 50 anos, vende miudezas em frente ao Colégio Estadual Duque de Caxias, rente a faixa de travessia de pedestre. "Já me avisaram que tenho que regularizar, mas isso (que está em local indevido) não, mas acho

Os próprios ambulantes têm queixas, como a da vendedora de cosméticos Ivonilde de Jesus, 52. "Cada um chega e monta a barraca como quer. Eu mesmo fico aqui apertada, aí tem que resolver isso de alguns terem barracas enormes", diz ela, que tem um pequeno estande.

**SETORES** No projeto de ordenamento da Liberdade está previsto que frutas e verduras só poderão ser vendidas na Feira do Japão. Logo, não haverá licenças para essa finalidade na Rua Lima e Silva, o que já gera reclamações entre vendedores.

"Querem colocar mais pessoas aqui, tudo bem, só não podem reduzir o espaço de quem já trabalha aqui para caber mais gente. Essa aqui é nossa renda, defendemos com unhas e dentes", diz Maria de Jesus, 53 anos, vendedora de frutas há mais de 20 anos na Feira.

Ali, a cobrança é pra que, com o pagamento de taxas pe-



## 210

**AMBULANTES,** aproximadamente, estão licenciados para atuar na Liberdade, de acordo com a prefeitura

somos nós mesmos que passamos um cimento para organizar o espaço da rua que usamos, mas eles (a prefeitura) também têm que cuidar", cobra Maria.

O feirante Moacir Reis Santos, 52, endossa: "Não tem os que escolhem. Se vai ter que organizar, já passou da hora de ter um banheiro público para quem trabalha aqui".

Os ambulantes pedem também atenção especial à limpeza do espaço, que tem cheiro forte e chão pegajoso. "Tem que estar tudo direitinho para não acharem que somos sujos-mundos. A Feira do Japão é uma feira tradicional da cidade", comenta a vendedora de

Outra mudança prevista, recebida com descrença pelos comerciantes, é a concentração da venda de carnes e frutos do mar em um galpão no final da Rua Gonçalo de Coelho, no final da Feira do Japão.

O espaço já abrigou uma Cesta do Povo e foi passado do governo estadual para a prefeitura. "Durante a semana, são poucos que vendem carne. Não vão querer ficar lá um ou dois sozinhos. No final de semana, ninguém anda para comprar no galpão", diz o feirante Genilson Cerqueira, 44.

O relato de Genilson é baseado na experiência que os comerciantes tiveram em 2002, quando foram transferidos para o galpão e acabaram "quebrando" porque, segundo eles, ali dentro eles perdiam na concorrência para os açougues na região.

"O galpão precisa passar por reformas. Existe uma lei federal que impede que esses produtos sejam vendidos na rua, ou seja, não vai haver licença nessas condições. Com

**MUDANÇAS NA AVENIDA SETE COMEÇAM DIA 18**

O objetivo da prefeitura é que, a partir do dia 18 de fevereiro, nenhum ambulante ocupe as calçadas da Avenida Sete. Eles vão ficar em transversais, com tendas uniformizadas. Já na Praça da Piedade, no Relógio de São Pedro e no Largo de São Bento, as licenças serão limitadas para lanche, água, acarajé e pipoca. Cerca de mil licenças serão concedidas para a região.

**JUDICIÁRIO**

Desembargadores do TJ-BA são alvo de investigação por venda de sentenças  
-> pág. 16 e 17

**NAUFRAGO**

Pescador mexicano diz ter ficado à deriva no Oceano Pacífico por 13 meses  
-> pág. 20 e 21



Prefeitura promete proibir situações como esta, em que uma barraca está na direção da faixa de pedestres

## Feirantes de Castelo Branco têm que se regularizar para trabalhar

# 10

**FEIRANTES**, em média, atuam durante a semana em Castelo Branco, mas a quantidade chega a triplicar nos finais de semana

Assim como na Liberdade, os vendedores ambulantes de Castelo Branco terão que trabalhar com estruturas padronizadas e em espaços delimitados. Ali, a organização também começa até dia 20 e a feira poderá ser ampliada com a retomada de uma rua que foi ocupada irregularmente por estabelecimentos comerciais. A Sucom fez a notificação no último dia 17, estipulando um prazo de até 48 horas para a demolição dos 'puxadinhos'. Porém, na semana passada, representantes dos comerciantes estiveram na Sucom pedindo um prazo para retirada de objetos armazenados no local. O novo prazo não foi divulgado. "Atrás do açougue que tem na rua há uma via pública que foi privatizada e três estabelecimentos ampliaram suas áreas e foram notificados", afirma o gerente de fiscalização da Sucom, Everaldo Freitas Júnior. A via ocupada é transversal à rua Genário de Carvalho. Os ambulantes de Castelo Branco também terão que se cadastrar na Secretaria de Ordem Pública. Durante a semana, cerca de 10 feirantes atuam na região conhecida como Primeira Etapa. Mas, nos finais de semana, a quantidade chega a triplicar, segundo os próprios vendedores. "Aqui é o centro de compras não só de Castelo

Branco, mas também de Dom Avelar, Vila Canária e dessas regiões", explica Antônio Cesar dos Santos, 50, responsável por abastecer boa parte das tendas. Ele aprova a organização. "A prefeitura já conversou, algumas pessoas já saíram, antes aqui eram muitas pessoas, acaba que ninguém lucra", diz. Há nove anos trabalhando no local, Jorge Sena, 48, também aprova o ordenamento da área. Na feira de Castelo Branco, nenhum dos ambulantes é licenciado. "A gente com os nossos direitos é melhor do que avulso, com medo de a qualquer momento perder o ganha-pão", opina Jorge. Ele conta que uma equipe da prefeitura já esteve no local medindo as atuais barracas. O vendedor, no entanto, pondera: "A prefeitura precisa ser mais humana. Não pode chegar e levar a mercadoria que é o que sustenta o pai de família. Eu não vou estar feliz em ver minha mesa farta e a do vizinho vazia".



Nenhum dos feirantes de Castelo Branco tem licença para trabalhar. Todos terão tendas padronizadas

## Prefeitura promete reformas em mercados; Itapuã segue no papel

# 12

**MESES** deve durar a reforma do Mercado de Periperi, que teve ordem de serviço assinada no dia 27 de janeiro

A prefeitura está fazendo o levantamento da situação dos mercados populares da cidade. Após a conclusão desse estudo, deve iniciar o processo de licitação para reformas. Segundo a secretária de Ordem Pública, Rosemma Maluf, está no pacote de reformas obras no mercado de artesanato do Bonfim, Mercado do Peixe, em Água de Meninos, e do Núcleo de Abastecimento Central de Salvador (Nacs), na Avenida Dorival Caymmi, em Itapuã. Já o Mercado de Itapuã, que foi demolido em maio do ano passado, com previsão de começar a ser reconstruído em julho, ainda não saiu do papel. A promessa da prefeitura é lançar o edital da obra na próxima semana. Outro plano é criar um mercado popular em Cajazeiras X, perto da L3ª Delegacia. No dia 27 de

janeiro, o prefeito ACM Neto assinou ordem de serviço para início das obras do Mercado Municipal de Periperi, que terá investimento de R\$ 1 milhão e tem previsão de estar pronto em 12 meses. A área terá feiras ao redor do mercado para comércio ao ar livre e estacionamento. "Os mercados são alternativas para que os comerciantes que trabalham no espaço público tenham uma primeira ascensão para deixar a informalidade", diz Rosemma Maluf.



# Mais\*

## RECONQUISTA DO PASSEIO

Ambulantes que trabalham na Avenida Sete terão que deixar o espaço até 18 de fevereiro, prazo da prefeitura para finalizar o reordenamento da área. Cerca de 500 vendedores terão que sair da região. Entre 800 e mil vão ocupar transversais

SALVADOR ORDENAMENTO

# CALÇADA À VISTA

## Ambulantes terão que deixar Avenida Sete até dia 18 de fevereiro

Alexandro Mota

[alexandro.mota@redetbahia.com.br](mailto:alexandro.mota@redetbahia.com.br)

No meio do caminho tinha uma barraca de camelô. Mas a partir do dia 18 de fevereiro essa é uma realidade que vai ficar no passado da Avenida Sete de Setembro, principal centro de comércio de rua da cidade. Pelo menos é o que garante a prefeitura de Salvador.

No entorno da Avenida Sete, há atualmente 800 postos de trabalho autorizados pela prefeitura para atuação de camelôs. A administração municipal estuda a ampliação de mais 200 licenças. Porém, segundo estimativa da secretária de Ordem Pública (Semop), Rosemaria Mahf, trabalham hoje na região cerca de 1.500 ambulantes.

Como as contas não batem, e com o desejo da prefeitura de resumir o comércio às ruas transversais, pelo menos 500 ambulantes irregulares devem se preparar para deixar o local no próximo mês. O projeto foi originalmente apresentado em março deste ano.

"Estamos hoje (ontem) fazendo a demarcação das bancas para, na próxima semana, fecharmos um layout do espaço. Isso vai determinar quantas barracas teremos. Acredito que será possível ter mais 200 licenças, somando mil no entorno das transversais (das avenidas) Sete de Setembro, Joana Angélica e Carlos Gomes", estima Rosemaria.

Na Avenida Sete não haverá nenhum vendedor ambulante, já nas praças da Piedade e Barão do Rio Branco (onde fica o Relógio de São Pedro), além do Largo de São Bento, as licenças serão limitadas para lanches, água, acarajé e pipoca.

Para garantir essas mudanças na região, a secretária diz que



Avenida Sete já está mais livre, mas prefeitura garante que até 18 de fevereiro não haverá mais sequer um ambulante ocupando a calçada

impedindo que veículos que estacionam na Zona Azul comercializem produtos expondo-os no porta-malas.

**ESPAÇO** O presidente da Associação de Trabalhadores Informais de Salvador (Assinformal), Arismário Barreto, disse já ter discutido com a prefeitura novos lugares para onde deslocar os ambulantes que não forem contemplados na Avenida Sete. "Vamos tentar descobrir outros locais na cidade que também possam receber esses ambulantes", disse. Ele, porém, não quis dar detalhes sobre quais locais foram cogitados.

**Projeto da prefeitura distribui ambulantes por 13 ruas e becos transversais à Avenida Sete. Espaços foram reformados**

**Agentes da Semop, Guarda Municipal e Transalvador vão fazer fiscalização do espaço a partir da finalização da distribuição**

fiscalização também sobre uma prática que avalia como recorrente. "Tem muito lojista que, além de loja, quer ter banca, aí paga gente para vender na rua seus produtos". Ela teme perda das vendas com a mudança do local. "Eu já trabalhei no Beco de Maria da Paz e na Rua Nova de São Bento e não dá certo. Eu vendo necessário que fabrico. É um tipo de produto que o cliente está passando, vê e compra. Se for no beco, ninguém vai lá comprar".

A priorização para que os pedestres possam usar as calçadas e a possibilidade de maior ordenamento são os

Telma Costa, 45 anos, se tornou cuidadora de idosos. A falta de emprego, no entanto, fez com que ela retomasse no final do ano passado a atividade. Agora, diante das mudanças, ela não sabe o que fazer.

"Eu não admito ir trabalhar em outro lugar que não seja aqui, porque eu moro nos Barris. A prefeitura está melhorando muito a região, mas precisa entender que as pessoas precisam trabalhar", queixa-se Telma.

De acordo com a Semop, para selecionar os cerca de 200 ambulantes que devem ocupar as novas vagas será usado o critério da antiguidade.



## Rua do Axé vai concentrar produtos religiosos

Além da Sete Portas e da Feira de São Joaquim, quem quiser comprar material para banhos de folha terá um novo endereço. Ele ainda está para ser definido, mas será a já apelidada Rua do Axé, em uma das transversais da Avenida Sete com a Carlos Gomes — possivelmente o Beco do Mucambinho. A rua faz parte de um plano de segmentação do comércio no Centro, que não é bem visto pelos comerciantes. “Vai aumentar a concorrência. Já não basta ter mais vendedores na mesma rua, ainda do mesmo segmento”, reclama a vendedora Lorena Mendes, 24 anos, que teme ainda perder a mobilidade de seus produtos: ela vende pisca-pisca no Natal, mochilas na época escolar e está sempre se adaptando à época. A secretária Rosemma, no entanto, explica que a mudança de local será opcional. “Isso pode ser usado como uma estratégia de marketing para eles venderem mais, o resto é como funciona a concorrência. Cada um precisa buscar atrativos para se destacar. Essa segmentação já acontece naturalmente. Por exemplo, se você perguntar onde fica a Rua 21 de Abril poucos sabem, mas se perguntar a Rua das Frutas, as pessoas já sabem”, ilustra Rosemma.

## \* NÚMEROS DO COMÉRCIO INFORMAL DA AVENIDA SETE

# 800

LICENÇAS já foram distribuídas para ambulantes que trabalham nas ruas transversais da Avenida Sete

# 200

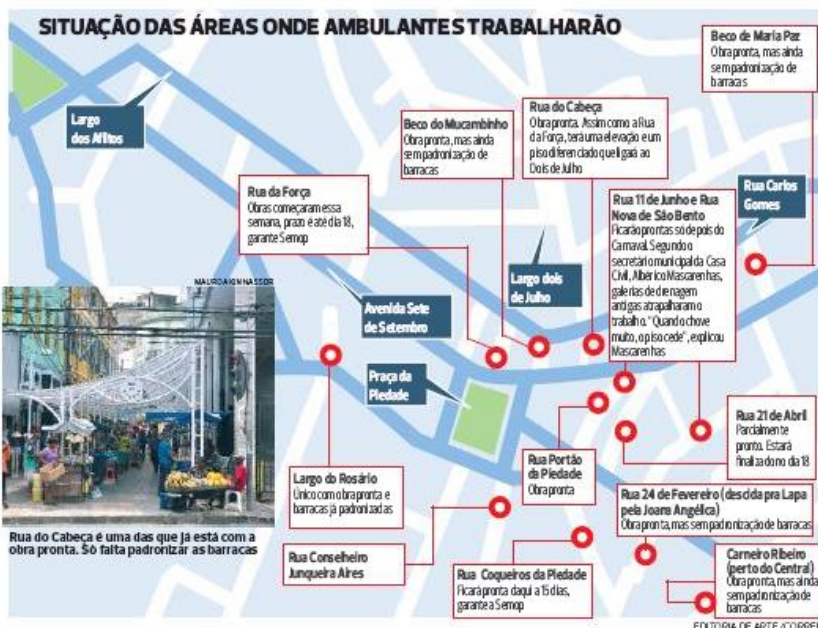
LICENÇAS a prefeitura ainda estuda criar, também nas ruas transversais da Avenida Sete, totalizando 1.000

# 1.500

AMBULANTES a prefeitura estima que trabalhem hoje na Avenida Sete e ruas transversais

# R\$ 5

MILHÕES foi o investimento realizado pela prefeitura no projeto de reforma dos becos e reordenamento do Centro



Não há como privilegiar uns e deixar os demais nas transversais

Rosemma Maluf, secretária de Ordem Pública

Vamos tentar descobrir outros locais que possam receber ambulantes

Arismário Barreto, presidente da Assinformal

## Relógio de São Pedro e Largo de São Bento passarão por revitalização

A Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF) está realizando o projeto de revitalização das praças Rio Branco (onde fica o Relógio de São Pedro) e o Largo de São Bento. Ambos os espaços estão hoje com calçadas que oferecem riscos ao pedestre, com buracos e vegetação solta. O local serve para moradia de desabrigados que improvisam entre os monumentos (alguns deles picados, como a estátua do Barão do Rio Branco e o Relógio de São Pedro, datado de 1916, que não funciona). De acordo com a presidente da fundação, Tânia Scofield, o projeto deve manter o perfil das duas praças. “Nós fazemos uma avaliação criteriosa do uso de cada uma delas, valorizando e requalificando os atributos. A de São Bento, por exemplo, é praticamente uma extensão de uma igreja belíssima (o



Uma das mudanças da Praça do Relógio de São Pedro será o piso

Mosteiro de São Bento). Já no Rio Branco tem alguns idosos que sentam lá, no fim da tarde”, explicou. A proposta, ainda segundo Tânia, é que a reforma dos espaços seja integrada às obras no entorno da Avenida Sete. Uma das principais intervenções será a

ampliação das calçadas. “Temos um comércio muito forte, com um fluxo grande de pessoas, mas os passeios são estreitos. Isso faz com que as pessoas utilizem a própria rua para andar, competindo com os carros. O governo do estado está melhorando a pavimentação e temos

conversado com eles, para trabalhar os passeios”, explicou Tânia. O material, assim como o tamanho da ampliação da calçada, ainda não foi definido, mas todo o espaço contará com piso tátil — faixas em alto relevo colocadas no chão, para ajudar a locomoção de deficientes visuais. “Isso é exigido para todo passeio, hoje. Temos que garantir acessibilidade para todos”. Além disso, as duas praças contarão com novas ações de paisagismo e implantação de mobiliário urbano como bancos e até mesas, onde for possível. Embora, até então, o projeto não inclua ações específicas nos monumentos, tanto o Relógio de São Pedro quanto a estátua do Barão de Rio Branco devem ser recuperados. “Tudo que for preservado e valorizado”.

THAIS BORGES



## ***Camelôs apontam máfia de venda de licenças na Avenida Sete***

Quem passa pela Avenida Sete sabe como é difícil circular em meio ao comércio informal. Ali, cada palmo vale muito

17.01.2013 | Atualizado em 17.01.2013 - 08:14

Visualizações: 7578

Tamanho da letra: [-A](#) | [+A](#)



Na área do Portão da Piedade é difícil até caminhar

**Bruno**

bruno.cardoso@redebahia.com.br

**Wendel**

Quem passa pela Avenida Sete, no Centro de Salvador, já sabe que há ambulantes por todos os lados. O que a maioria das pessoas não sabe é a informação passada pelos próprios camelôs: ali, um espaço de venda chega a custar R\$ 5 mil. Não tem o total para a "compra"? Pode alugar, pagando entre R\$ 200 e R\$ 300.

De acordo com vendedores que trabalham na região, o esquema de repasse de pontos licenciados envolve pessoas ligadas a associações da classe e funcionários da prefeitura.

Os pontos mais disputados são a Rua do Cabeça, Beco Maria da Paz, Rua Portão da Piedade e o Relógio de São Pedro. "Nestes locais passam mais clientes, por isso que são os mais procurados pelos camelôs. É cobrado até R\$ 5 mil. E pode aumentar com a Copa", diz Paulo Bonfim, 45, ambulante licenciado que vende relógios na Rua do Cabeça.

No esquema, o vendedor que detém licença recebe o dinheiro para que outro comerciante fique no seu lugar. Depois de assumir o ponto, o comprador ficaria livre da fiscalização porque funcionários da extinta Secretaria de Serviços Públicos (Sesp) estariam envolvidos na máfia.



**Com desordem nos passeios, pedestres não têm onde caminhar e são obrigados a disputar espaço com os veículos em trânsito na Avenida Sete**

"Isso é injusto, porque tem muita gente trabalhando na clandestinidade porque não consegue a licença e não quer ceder a essa máfia. Os funcionários municipais são coniventes, porque recebem propina para fazer vista grossa", declara uma ambulante legalizada que vende bolsas na Avenida Sete há dez anos.

Ao CORREIO, um membro da Associação dos Vendedores Ambulantes de Feira e Mercados de Salvador (Asfaerp), uma das sete entidades que representam a categoria, confirmou a existência do esquema e ainda informou que há uma extensão dele: grandes comerciantes que compram vários pontos, mas mantêm os antigos donos para evitar que sejam pegos pela fiscalização.

Já o presidente da Associação dos Trabalhadores do Comércio Informal de Salvador (Assimformal), Arismário Nunes Barreto, disse que não tem conhecimento do esquema de irregularidade. O CORREIO procurou as outras entidades, mas os seus representantes não foram localizados.

Por meio da assessoria de comunicação, Rosemma Maluf, titular da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), que assumiu a função da Sesp de organização dos camelôs, informou que também desconhece o problema, mas vai determinar a apuração das denúncias.

De acordo com a Semop, na Avenida Sete e seu entorno, atuam cerca de sete mil ambulantes, mas apenas 1.350 são licenciados. Na cidade, a estimativa é que existam cerca de 40 mil camelôs.



**Sem controle de ambulantes e moradores de rua, área do Relógio de São Pedro é uma bagunça constante**

#### **Desordem**

O repasse dos pontos não é o único problema dos ambulantes. Segundo os vendedores informais, há muitos lojistas expandindo seu território para a calçada. "Eles espalham bancas pelo passeio. Os donos de pronta-entrega fazem muito isso. Algumas pessoas que vendem na rua trabalham na loja", declara uma ambulante.

Já Rosângela Almeida, que tem seu ponto licenciado no Portão da Piedade, diz que muitos comerciantes da Baixa dos Sapateiros também têm buscado espaço ali. "Como o comércio lá está em baixa, eles estão vindo pra cá". A disputa não para por aí. "Muitos chegam de carro, param na rua, abrem o porta-malas e começam a vender", declara.

No meio da briga, quem perde são os clientes que tentam procurar qualquer coisa na região, onde mal dá para caminhar. "A gente não tem mais como transitar. Fica difícil. E se você reclama, corre o risco de ser agredido por um deles", afirma a dona de casa Benedita de Assis.

#### **Projeto de ordenamento ficará pronto em fevereiro**

Semop informou que a prefeitura dará prioridade aos ambulantes já cadastrados. Ainda de acordo com assessoria, o projeto de reorganização será estendido a outras regiões comerciais de Salvador, como a Estação da Lapa, Calçada e Rótula da Feirinha, em Cajazeiras. Segundo a secretária, Rosemma Maluf, Salvador tem cerca de 40 mil ambulantes, mas apenas 12 mil têm licença para trabalhar.

Na terça-feira, a secretária esteve reunida com os integrantes das entidades, que representam os camelôs, e disse que a prefeitura deve reativar 13 áreas para atuação da categoria. Na visão do camelô Jamilton Moreira, 35, que tabalha na Rua do Cabeça, outras tentativas de ordenamento já foram feitas e nenhuma agradou a categoria.

"Da última vez que tiveram a ideia, colocaram a gente na Ladeira da Montanha, um local sem força de comércio", conta. "Isso só piorou. Muitos acabaram se instalando no Relógio de São Pedro", completou Adenair Costa, também camelô no local.

### **Sebrae oferece capacitação a ambulantes**

A Secretaria Municipal da Ordem Pública pretende promover, em parceria com o Sebrae, ações de capacitação dos ambulantes licenciados da cidade. A entidade já tem iniciativas voltadas para os ambulantes, trabalhando temas como higiene e manipulação de alimentos, atendimento ao cliente, requisitos legais para a atividade e empreendedorismo.

De acordo com o diretor técnico do Sebrae na Bahia, Lauro Ramos, haverá uma mobilização para formalizar aqueles trabalhadores que ainda não se registraram como empreendedores individuais. "É importante evidenciar os benefícios aos quais eles terão acesso atuando na formalidade", diz.

Entre as ações que o Sebrae oferece para empreendedores individuais estão as oficinas SEI. Nessas oficinas, são realizadas atividades que ensinam a melhorar a gestão. A oficina SEI Vender, por exemplo, trabalha questões voltadas para adaptação às necessidades do mercado, preparação de produtos e serviços para conquistar mais clientes. Há também oficinas voltadas para compra de materiais, controle financeiro e planejamento.

Sex , 06/09/2013 às 21:53 | Atualizado em: 06/09/2013 às 21:52

## **Relocação na orla preocupa baianas de acarajé**

Maíra Azevedo

• Erik Salles | Ag. A TARDE



Associação diz que, de S. Tomé ao Farol, há 550 baianas, mas prefeitura só quer liberar 80 quiosques

O que é que a baiana tem? Muita dor de cabeça com as novas normas estabelecidas pela Prefeitura de Salvador. Baianas, vendedores de mingau e de beiju terão que se adequar para vender quitutes nas vias públicas.

Serão retiradas todas as baianas que montam os tabuleiros nas areias das praias e 80 delas serão realocadas para os quiosques que estão em construção no calçadão da orla marítima.

"É um absurdo! Temos, entre as praias de São Tomé de Paripe e do Farol da Barra, 550 baianas e eles prometem posto de trabalho para 80? E o restante vai fazer o quê? Representamos a cultura da Bahia, atraímos o turista e é esse tratamento que nos oferecem?", questiona Rita Santos, presidente da Associação de Baianas de Acarajé e Vendedores de Mingau (Abam).

A secretária de Serviços Públicos, Rosemma Malluf, garante que a prefeitura tem apenas 110 baianas licenciadas nesse trecho da orla. "Inicialmente, 80 serão abrigadas nos quiosques e vamos criar uma estratégia para que as outras 30 estejam abrigadas antes do verão".

### **Nova regra**

Mesmo fora da praia, há risco de ficar sem o ponto. A nova regra para baianas e ambulantes é montar toldos móveis de, no máximo, 2m x 2m. Não serão mais permitidos pontos fixos na cidade. "Temos que garantir a acessibilidade dos pedestres e cadeirantes", argumenta Rosemma.

Filha e herdeira de Dinha do Acarajé, a baiana Cláudia Assis, que mantém um ponto fixo no Largo do Rio Vermelho, acredita que as mudanças vão gerar prejuízos. "A proposta não atende minha demanda. O que foi dito em reunião é que tudo seria resolvido da melhor forma possível, mas, até agora, nada", lamenta.

Uma nova audiência entre as baianas e a prefeitura está agendada para a próxima semana, mas ainda sem data definida.

### **O que a baiana tem?**

**Indumentária** - A baiana ou baiano de acarajé precisa estar devidamente caracterizado. As mulheres devem vestir bata, saia, e usar turbantes (ou torços) e colares. Os homens devem trajar calça, camisa e usar filá (espécie de chapéu).

**Bebidas** - As baianas de acarajé e vendedoras de beiju não podem comercializar qualquer tipo de bebida que contenha álcool.

**Tabuleiro** - O uso de balcões e mesas é vetado. Baianas com pontos em espaços públicos só podem vender em